

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP
Campus Guarulhos
Pós-Graduação – Mestrado em Ciências Sociais

José de Alencar e a escravidão: necessidade nacional e benfeitoria
senhorial.

Joyce Nathália de Souza Trindade

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção de título de Mestre sob orientação da Profa. Dra. Gabriela Nunes Ferreira.

GUARULHOS – SP
SETEMBRO DE 2014

JOYCE NATHÁLIA DE SOUZA TRINDADE

**José de Alencar e a escravidão: necessidade nacional e benfeitoria
senhorial.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção de título de Mestre sob orientação da Profa. Dra. Gabriela Nunes Ferreira.

**GUARULHOS-SP
SETEMBRO DE 2014**

TRINDADE, Joyce N. S.

Título : José de Alencar e a escravidão: necessidade nacional e benfeitoria senhorial./ Joyce Nathália de Souza Trindade. – Guarulhos, 2014.

124 f.

Dissertação de mestrado – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2014.

Orientador: Dra. Gabriela Nunes Ferreira.

Título em inglês: José de Alencar and slavery: national need and slaveholder's goodness.

1. José de Alencar. 2. Escravidão. 3. Pensamento Social. 4. Brasil Império. I. Ferreira, Gabriela Nunes. II. José de Alencar e a escravidão: necessidade nacional e benfeitoria senhorial.

JOYCE NATHÁLIA DE SOUZA TRINDADE

**José de Alencar e a escravidão: necessidade nacional e benfeitoria
senhorial.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção de título de Mestre sob orientação da Profa. Dra. Gabriela Nunes Ferreira.

Universidade Federal de São Paulo

Área de concentração: Pensamento Social, Estado e Ação Coletiva.

Aprovação: 17/09/2014

Profa. Dra. Gabriela Nunes Ferreira
Universidade Federal de São Paulo.

Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno
Universidade Estadual Paulista

Prof. Dra. Élide Rugai Bastos
Universidade Estadual de Campinas

À minha família: o começo de tudo.

Ao Rafael: por me permitir fazer parte de você e por fazer parte de mim.

A canção do africano – Castro Alves (1863)

*Lá na úmida senzala,
Sentado na estreita sala,
Junto ao braseiro, no chão,
Entoa o escravo o seu canto,
E ao cantar correm-lhe em pranto
Saudades do seu torrão ...*

*De um lado, uma negra escrava
Os olhos no filho crava,
Que tem no colo a embalar...
E à meia voz lá responde
Ao canto, e o filhinho esconde,
Talvez pra não o escutar!*

*"Minha terra é lá bem longe,
Das bandas de onde o sol vem;
Esta terra é mais bonita,
Mas à outra eu quero bem!*

*"O sol faz lá tudo em fogo,
Faz em brasa toda a areia;
Ninguém sabe como é belo
Ver de tarde a papa-ceia!*

*"Aqueles terras tão grandes,
Tão compridas como o mar,
Com suas poucas palmeiras
Dão vontade de pensar...*

*"Lá todos vivem felizes,
Todos dançam no terreiro;
A gente lá não se vende
Como aqui, só por dinheiro".*

*O escravo calou a fala,
Porque na úmida sala
O fogo estava a apagar;
E a escrava acabou seu canto,
Pra não acordar com o pranto
O seu filhinho a sonhar!*

*O escravo então foi deitar-se,
Pois tinha de levantar-se
Bem antes do sol nascer,
E se tardasse, coitado,
Teria de ser surrado,
Pois bastava escravo ser.*

*E a cativa desgraçada
Deita seu filho, calada,
E pôe-se triste a beijá-lo,
Talvez temendo que o dono
Não viesse, em meio do sono,
De seus braços arrancá-lo!*

AGRADECIMENTOS

Certamente este é um dos mais difíceis “trechos” deste trabalho. Como agradecer a tudo e todos que me ajudaram chegar até aqui? Foi uma jornada muito difícil, cheia de inseguranças. Não tenho dúvidas de que não teria chegado até o final não fosse a força que fui encontrando pelo caminho nas pessoas que me apoiaram. Primeiramente, gostaria de agradecer à minha orientadora Gabriela Nunes Ferreira por toda a paciência, ânimo e compreensão a mim dedicados neste período de dois anos. Sou muito grata pela maneira como você me ajudou a construir este trabalho, respeitando minhas escolhas, orientando o caminho, de uma forma muito suave e tranquila. Tenho certeza de que talvez não tivesse concluído esta pesquisa se não pudesse contar com toda sua competência e tranquilidade.

Também quero deixar meu agradecimento profundo aos professores da banca da qualificação – os professores Carlos Henrique Gileno e Elide Rugai Bastos - pela forma atenciosa e carinhosa com que leram e comentaram meu trabalho. O exame da qualificação, que costuma ser temido pelos mestrandos, para mim foi um evento bastante agradável do qual pude extrair sábios e profícuos conselhos em função do cuidado com que tiveram para com meu trabalho. Por isso, muito obrigada!

À minha família: meu pais, Maria Lucia de Souza Trindade e Idécio José Trindade, meus irmãos, Maiko Charles de Souza Trindade e Taís Fernanda de Souza Trindade, por terem sido o princípio de tudo. Aos meus pais especialmente, por sempre terem me incentivado nos estudos, desde a mais tenra idade. Muito obrigada por toda sua dedicação, seus esforços, seu amor. Sem vocês nada seria possível. Jamais encontraria palavras para expressar minha gratidão a vocês.

Ao meu amigo, companheiro e amor: Rafael dos Santos Marcelo. Por ter me apoiado

durante todo o tempo, por ter me ajudado a organizar meu cronograma no momento em que mais precisei, por me ouvir falar do Alencar, da escravidão, de racismo, de política, de feminismo, e de Ciências Sociais como um todo, o tempo inteiro, e, mesmo sem ser da área, ter a paciência para me ouvir em minhas falas teimosas! E por ser uma pessoa com quem sempre posso contar. Este trabalho se concretizou graças à força que você me deu. Serei eternamente grata por tudo que você fez e faz por mim.

Agradeço especialmente a duas pessoas amigas que acompanharam parte desta jornada e que me inspiraram a seguir em frente: Bruna Scaramboni, por nossas conversas que buscavam otimismo nos momentos de adversidade. Suas palavras me ajudaram em momentos que você talvez nem imagine. E à Ariella Silva Araujo, pela força e ânimo que não me deixaram desistir de tentar o ingresso no mestrado, em um momento em que estava quase desistindo. Também por ter me convidado para fazer parte do Grupo de Estudos sobre a Escravidão na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP/Araraquara em 2011. As reuniões do grupo foram extremamente importantes para que eu conseguisse fazer o recorte do meu objeto de estudos. Foi decisivo. E no âmbito dessas reuniões, também gostaria de mencionar minha gratidão pela ajuda do Professor Carlos Henrique Gileno, que me indicou a leitura de obras inestimáveis para que eu pudesse concluir este trabalho. Sem esse o apoio eu não teria conseguido elaborar o meu projeto de pesquisa. As reuniões do grupo, além de extremamente interessantes do ponto de vista acadêmico, foram momentos muito agradáveis ao lado de vocês. Muito obrigada mesmo!

À Universidade Federal de São Paulo, aos docentes da Pós-Graduação da Escola de Filosofia e Ciências Humanas de Guarulhos, por terem me acolhido, aceitando minha proposta de pesquisa. Agradeço especialmente aos funcionários da Secretaria da Pós, Douglas e Daniela por terem sempre sido prestativos quando precisei.

RESUMO

Esta pesquisa tem como ponto central fazer uma análise da teoria política arquitetada por José de Alencar dando atenção especial ao que ele ponderou acerca da escravidão. Antiabolicionista convicto, Alencar pautou suas concepções pró-escravidão dentro de um contexto histórico de transição em que o Brasil procurava se estabelecer na ordem moderna dos países independentes. Investigar alguns dos fatores que propiciaram o posicionamento favorável à manutenção da escravidão por parte de José de Alencar é o principal objetivo deste estudo. A temática da escravidão é um exemplo das mais candentes questões públicas de seu tempo, sobre as quais o político cearense ocupou-se em refletir e demarcar posicionamentos. O sistema representativo, a Guerra do Paraguai, o uso do poder moderador também foram temas sobre os quais Alencar discorreu. Seu envolvimento em debates produziu polêmicas que se tornaram célebres, tendo encontrado interlocutores em personalidades tais como Joaquim Nabuco e Dom Pedro II. No período de 1857-1873 Alencar desenvolve seus escritos políticos de maturidade, a exemplo de “O Sistema Representativo”, de 1868, ano em que o autor se torna Ministro da Justiça. As fontes de pesquisa são essencialmente escritos políticos tais como livros, discursos, cartas, tendo como referência a compreensão de que esses registros estão conectados de forma a produzir um programa político coerente e integral, uma vez que Alencar, além de autor, também era um ator político.

PALAVRAS-CHAVE: José de Alencar, escravidão, pensamento social.

ABSTRACT

This research has as central point make an analysis of the political theory architected by José de Alencar giving special attention to what he weighed about slavery. Alencar and his slavery believes were within a historical context of transition in which Brazil sought to settle in modern order of independent countries. Investigate some of the factors that led to the positioning in favour of maintaining slavery by José de Alencar is the main objective of this study. The theme of slavery is an example of the most urgent public issues of his time, on which the politician cearense occupied himself in reflecting and demarcate placements. The representative system, the Paraguay war, the use of power moderator were also subjects that Alencar spoke. His involvement in debates produced polemics that have become famous, having found interlocutors in personalities such as Joaquim Nabuco and Dom Pedro II. In the period 1857-1873 Alencar develop his writings of political maturity, the example of "Representative system", in 1868, the year in which the author becomes Minister of Justice. The sources are essentially political writings such as books, speeches, letters, with reference to the understanding that these records are connected in order to produce a coherent and integral political programme, since in addition to author, Alencar, was also a political actor.

KEYWORDS: José de Alencar, slavery, social thinking.

Sumário

RESUMO	9
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – O CONTEXTO INTELECTUAL.	20
ALENCAR: PERFIL CONTESTADOR	20
O MOMENTO: 1856 - 1875	22
LIBERAIS E CONSERVADORES	22
ALENCAR E O PARTIDO CONSERVADOR	27
ALENCAR E O ROMANTISMO	34
<i>Indianismo</i>	34
<i>Gonçalves de Magalhães, Indianismo e Identidade nacional.</i>	36
CAPÍTULO II – ALENCAR EM AÇÃO: POSICIONAMENTOS E POLÊMICAS	46
SISTEMA REPRESENTATIVO – 1868	47
<i>Falseamento da representação</i>	50
<i>Democracia representativa</i>	53
<i>A genuína representação</i>	55
DEBATE COM ARAÚJO PORTO-ALEGRE	58
<i>Primeira carta de Alencar – 18 de Junho de 1856:</i>	59
<i>Primeira carta de Porto-Alegre – 28 de Junho de 1856:</i>	61
A POLÊMICA NABUCO-ALENCAR	62
PODER MODERADOR	68
GUERRA DO PARAGUAI	71
CAPÍTULO III – JOSÉ DE ALENCAR E AS CARTAS A FAVOR DA ESCRAVIDÃO: ENTRE O IMPERATIVO DA NECESSIDADE NACIONAL E A BENFEITORIA SENHORIAL	74
CONTEXTO HISTÓRICO	75
CIÊNCIA E EVOLUCIONISMO	78
1ª CARTA A FAVOR DA ESCRAVIDÃO	81
2ª CARTA A FAVOR DA ESCRAVIDÃO	91
3ª CARTA A FAVOR DA ESCRAVIDÃO	103
CAPÍTULO IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121

INTRODUÇÃO

Estudar o pensamento de uma sociedade é uma tentativa de compreender sua lógica e o sentido da permanência ou da mudança daquilo que faz com que ela se constitua e se reproduza de uma determinada maneira. O processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil fez com que a produção de conhecimento sobre a sociedade, proveniente da tradição que lhe fora anterior, marcada pelo ensaísmo, e geralmente chamada de “Pensamento Social”, tivesse sua importância diminuída, sendo vista como “pré-científica” (BOTELHO & LAHUERTA, 2005). Tratou-se de um ato inerente à diferenciação entre o que já vinha sendo feito até então e o que estava começando a se instituir: o rigor do conhecimento científico.

A despeito de tal polarização inicial, propiciada por uma perspectiva positivista, observa-se atualmente uma retomada dos estudos dos pensadores, também conhecidos como ensaístas ou intérpretes do Brasil. (NUNES & BOTELHO, 2010; RICUPERO, 2008; RIZZO, 2010). Essa retomada é bastante elucidativa, uma vez que o maior interesse no desenvolvimento de estudos que tenham como ponto central a compreensão da articulação do Pensamento Social ocorre pelo fato de entender-se que há uma possibilidade dele ordenar as escolhas que produzem práticas em uma sociedade. Em outras palavras, entende-se que o estudo dos valores e ideias relacionados ao Pensamento Social pode ajudar no exercício de compreensão dos sentidos de um programa político, ou até mesmo de um projeto civilizatório de nossa sociedade, sendo que tal dimensão não caberá nesta dissertação.

No trabalho que aqui será desenvolvido, José de Alencar e seu posicionamento favorável à escravidão serão alvo das atenções. Existem diversos motivos que explicam esta escolha. Alencar, além de detentor de uma carreira política na qual ocupou cargos tais como Deputado Federal pelo Estado do Ceará (1860) e Ministro da Justiça (1868), foi um intelectual preocupado com a formação da sociedade brasileira e a ideia de nação (LOPES, 2010, p. 87). Enviesado por essas inquietações, colocou-se a desenvolver uma produção

literária que, de alguma forma, espelhava o seu programa político. Esse programa, por sua vez, buscava analisar as questões vitais da sociedade brasileira em tempos de Segundo Império: as questões da escravidão, do uso do poder moderador e da Guerra do Paraguai valem como exemplo. Entende-se que o posicionamento de Alencar acerca desses três temas é fruto de seu alinhamento com os valores que considerava essenciais para a implementação desse programa político, desse conceito de nação que Alencar arquitetava. As preocupações políticas estão refletidas em sua arte. Essa produção, portanto, mantém forte diálogo com as convicções políticas deste autor-ator. Apesar de compreendermos a conexão de obras literárias e políticas com as perspectivas políticas do autor, a análise presente neste estudo estará centrada na faceta política de Alencar, e mais especificamente no que se refere aos seus posicionamentos com relação à escravidão. Assim sendo, não trataremos o desenvolvimento de uma análise literária.

Advogado, jornalista, político, orador, romancista e teatrólogo. Foram várias as funções exercidas por este intelectual que nasceu em Messejana, antes uma cidade, atualmente um bairro de Fortaleza, estado do Ceará, em 1º de Maio de 1829, falecendo na cidade do Rio de Janeiro-RJ, em Dezembro de 1877. Filho de José Martiniano de Alencar, que era deputado, José de Alencar ganhou notoriedade no ano de 1856, com a publicação de *Cinco Minutos*, seu primeiro romance conhecido, popularidade que vem a aumentar através de várias publicações em folhetins, a exemplo de “*O Guarani*”. É considerado o patriarca da literatura brasileira pelo fato de sua obra ter sido arquitetada no esforço de se levantar elementos tipicamente brasileiros e estampá-los em nossa produção literária.

O mais que reconhecido caráter nacionalista da obra de José de Alencar foi uma empreitada realizada em consonância com as prerrogativas do movimento Romântico, que estava no auge dentro do contexto histórico em questão. O nacionalismo é apontado como uma das características marcantes do Romantismo entre diversos autores, pertinentes a diferentes gerações. Nossos olhares se voltarão aqui para a figura de José de Alencar

justamente por ele ter um posicionamento de destaque nessa tarefa. É considerado uma figura central por diversos autores. (ALONSO, 2002; RICUPERO, 2004; WEFFORT, 2006). A realização deste estudo tem como um de seus focos desenvolver uma tentativa de compreender os sentidos, a lógica, as possibilidades que estavam em jogo no contexto de efervescência da construção de nossa identidade nacional. Assim como aponta Bernardo Ricupero, no livro “O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)”, quando argumenta:

“nossa questão não é tanto a de interpretar as evidências sobre um problema localizado numa determinada época, procurando avaliar a verdade histórica, mas de buscar traçar como evoluiu, em determinados anos do século XIX, um processo político e cultural de construção nacional” (2004, p. XVII).

Pensar, tentar compreender, produzir ideias, imagens, valores, símbolos sobre a identidade brasileira eram a tônica do contexto. Pensar a identidade de uma nação é pensar em sua população, e vivíamos um momento em que uma boa parcela de nosso povo ainda não era vista ao menos como seres humanos: a população escravizada. Alencar tinha um posicionamento claro quanto à situação dessas pessoas, era contrário à abolição. Travou polêmicas discussões com Joaquim Nabuco, um dos principais nomes do movimento abolicionista, bem como com Dom Pedro II, escrevendo-lhe cartas que expressam intensa decepção com a Lei do Ventre Livre, por exemplo. Em que sentido Alencar era favorável à escravidão é uma das perguntas desta pesquisa. Outras que se desdobram desta é procurar mapear as influências políticas que fizeram com que ele visse na escravidão algo necessário à sociedade brasileira nesse contexto de transição para a ordem moderna. Sistematizar reflexões acerca de como era discutido o ingresso do Brasil dentro dessa ordem, dos países independentes e viventes da livre concorrência capitalista, poderá nos dar pistas sobre elementos com os quais nosso presente ainda mantém diálogos. Os valores produzidos desde então são os que moldaram a formação da nossa cultura política e, por tal, deixaram impressas marcas que podem estar presentes até a atualidade. Nesse contexto, a análise da chamada

modernização conservadora, definida como “uma visão programática da organização de um Estado tutelar, relativamente autônomo da sociedade, cuja tarefa principal seria organizá-la de cima para baixo como uma ordem nacional” (NUNES & BOTELHO, 2010, p. 16), muito nos esclarece. A discussão da modernização conservadora é muito cara a este debate sobre o período de transição pelo qual passou o Brasil. Entretanto, não caberá nos limites deste trabalho explorar as questões que se desdobram a partir da questão central do mesmo. Em outras palavras, apesar de reconhecer que a defesa da manutenção da escravidão por parte de José de Alencar nos remete a reflexões sobre a modernização da sociedade brasileira na segunda metade do século XIX, este tema não poderá ser aprofundado nesta oportunidade.

A temática da escravidão pode ser uma rica fonte de informações acerca dos valores em torno dos quais girava a ideia de nação que se estava imaginando, bem como pode trazer à tona elementos sobre as influências políticas de José de Alencar. Aponta-se que ele entendia a escravatura como um processo civilizatório e mola propulsora do ingresso do Brasil à ordem da modernidade, no capitalismo internacional (Rizzo, 2010, p. 178). Uma das hipóteses é a fidelidade de Alencar aos princípios em que se pautavam as atuações dos grandes nomes do Partido Conservador, partido pelo qual este pensador e político é eleito deputado em 1861 (Rizzo, 2007a). Dentro da tradição dos conservadores, estava a ligação com o tráfico negreiro e com a grande propriedade rural e, por este motivo, os saquaremas, como assim também eram denominados os filiados ao partido conservador, pretendiam manter compromissos com essas bases, até o momento em que julgaram politicamente necessário. Esta faceta conservadora é amplamente debatida, conforme nos descreve Ricardo Rizzo em seu artigo “José de Alencar: da literatura à teoria política”, em que ele atribui esse caráter aos escritos indianistas e ao seu esforço de construção da síntese histórica da “nacionalidade”. Sobre a conceituação de pensamento conservador, Karl Mannheim coloca, em síntese, a essência do pensamento conservador como possuidor de uma estrutura mental objetiva, dinâmica e condicionada historicamente. Estrutura objetiva pelo fato de se tratar de um modo de pensar e

agir que de alguma forma transcende a subjetividade do indivíduo, por ser função do desenvolvimento da sociedade. O conservadorismo moderno é coerente e reflexivo, pois surge como movimento consciente de oposição ao movimento “progressista” ou ao pensamento liberal-burguês. (NUNES & BOTELHO, 2010).

Estudiosos apontam que o “Pensamento Político e Social” em geral é subvalorizado como objeto de estudo na produção atual da Ciência Política. Seguindo essa tônica, o Pensamento Conservador tem sido constantemente secundarizado também, podendo-se dizer que a capacidade de geração de força social e política dessa forma de pensamento tem sido, da mesma forma, constantemente subestimada. André Botelho e Gabriela Nunes Ferreira enfatizam essa ideia ressaltando:

[...] em vários momentos da nossa história intelectual, o pensamento conservador foi depreciado levando, até mesmo, a que se negligenciasse a vigência dessas formas de pensar no âmbito da cultura política. Essa dimensão deve interessar aos que estão voltados para o estudo dos efeitos sociais das ideias, porque ela é decisiva para se compreender uma cultura política que menospreza a monumental desigualdade que marca nossa sociedade. E, sobretudo, porque avessa à democracia, não acredita na ação coletiva e favorece que o homem comum não leve a sério os seus iguais. [...] (2010, p.14).

A despeito da vinculação de Alencar com tendências conservadoras, bastante recorrente, Rizzo traz ao debate os apontamentos de Wanderley Guilherme dos Santos, que enxerga na obra política alencariana traços atribuíveis a uma postura “radicalmente liberal”- especialmente na obra “Sistema Representativo”, de 1868, considerada a principal obra política de José de Alencar (2010, p.177). Nesse momento, Alencar é enfaticamente contrário ao voto censitário, e a favor do voto universal: “Todo homem é pessoa”, diz o direito civil moderno; logo lhe haverá de responder a ciência política: “Todo homem é voto” (ALENCAR, 1858). É possível perceber aqui a complexidade do estudo das influências políticas que informavam os posicionamentos de Alencar. Pode-se imaginar que se fosse um radical seguidor dos preceitos conservadores ele não seria, então, favorável ao voto universal. Por outro lado, na linha do que era apregoado pelo conservadorismo, era contrário ao fim do

tráfico negreiro e à extinção do uso do trabalho escravo. Essas sutilezas nos convidam a analisar de perto os fatores específicos que produziram a visão positiva da escravidão em Alencar.

Uma análise do Pensamento de Alencar sobre a escravidão pode dar subsídios para uma reflexão sobre quais poderiam ter sido os impactos de suas ideias dentro da construção social de uma mentalidade acerca da sociedade sobre si mesma, sobre a escravidão e os escravizados. Não significa que este trabalho em si dará conta de explorar toda essa seara, pois até mesmo em função de suas pretensões tal feito seria inviável, porém a expectativa é que ele possa ser útil para a reflexão sobre temas contemporâneos tais como a questão da cidadania e da identidade da população negra no Brasil.

Para realizar este estudo, uma pesquisa bibliográfica, serão analisadas obras políticas, discursos, debates e polêmicas na imprensa, de maneira a considerar o contexto histórico em que o pensador está inserido. Entretanto, como fontes primárias para estudo sobre a forma como Alencar posicionou-se o tema da escravidão serão as cartas de Alencar ao Imperador conhecidas como “Ao imperador: novas cartas políticas de Erasmo”.

No que se refere às perspectivas metodológicas, o objeto de estudo desse trabalho abre espaço para que se trabalhe com perspectivas teórico-metodológico bastante diferenciadas - Quentin Skinner (1969, 1996) e Gildo Marçal Brandão (2010) – que apresentam em suas obras aspectos teórico-metodológicos bastante valiosos para o desenvolvimento desta pesquisa.

Quentin Skinner é considerado o mais emblemático intelectual da tradição dos estudos da linha conhecida como “contextualismo linguístico”, preconizada pela chamada “Escola de Cambridge”. Considera-se que essa abordagem é uma das que mais influenciaram a metodologia e a prática da história do pensamento nas últimas três ou quatro décadas, e vem se mostrando adequada a estudos das mais diversas áreas das humanidades, desde a crítica

literária até a Sociologia e a Filosofia. (SILVA, 2010, p. 299).

De acordo com essa perspectiva, autores e obras devem ser estudados conectados ao contexto histórico em que se inserem, de forma que se possa evitar o erro do anacronismo. Salienta-se, então, que o contexto também é importante para se compreender as motivações da escrita de um texto. Apesar de uma das grandes motivações de Skinner ser criticar metodologias que privilegiem o estudo focado apenas no texto, ao mesmo tempo essa abordagem apregoa que lançar um olhar atento ao texto em si também é um ponto importante. Mesmo quando trata da importância do contexto, Skinner enfatiza que apenas o contexto social em que a obra se insere não explicará a obra em si, de maneira mecânica, sendo esse um modelo de estudo contextualista que ele critica duramente. Para uma compreensão mais apurada do contexto da obra, um dos procedimentos que Skinner propõe é analisar o que o autor quis dizer com o que ele disse em uma obra, visando situar o texto em questão no contexto das convenções linguísticas e sociais que governam o tratamento dos temas e problemas dos quais o texto se ocupa. (SILVA, Ricardo, 2010, p. 309).

No contextualismo proposto por Skinner, a análise das ideias contidas numa obra teria que levar em consideração a *reconstrução* da época quanto aos temas e problemas que estariam postos no *contexto intelectual* em que os autores escrevem as obras. Desse modo, a tentativa de *reconstrução* do *contexto intelectual* poderia conferir uma *identidade histórica* às ideias do autor, uma vez que o referido *contexto* envolveria os axiomas, o vocabulário e o léxico provenientes de determinadas tradições intelectuais, e que tornam viável a elaboração de determinadas ideias.

Assim sendo, o estudo focado no contexto em que as ideias foram produzidas proporciona a compreensão dos argumentos elaborados pelo pensador, em função do diálogo que ele estaria estabelecendo dentro de seu contexto histórico, de forma a evitar o perigo de se incorrer em anacronismos. Com quem ou com que sentido o autor estabeleceria diálogos e de que forma esses diálogos estariam refletidos em seu pensamento, traduzidos em suas obras

político-literárias? Para tentar compreender essas questões, a reinterpretação do contexto no qual as ideias do intelectual se delineiam parece fundamental. A proposição de Skinner lida com isto baseada no seguinte argumento:

Podemos começar assim a ver não apenas que argumentos eles apresentavam, mas também as questões que formulavam e tentavam responder, e em que medida aceitavam e endossavam, ou contestavam e repeliam, ou às vezes até ignoravam (de forma polêmica), as ideias e convenções então predominantes no debate político. Não podemos esperar atingir esse nível de compreensão estudando tão-somente os próprios textos. A fim de percebê-los como respostas específicas, precisamos saber algo da sociedade na qual foram escritos. [...] Para compreender as questões que um pensador formula, e o que ele faz com os conceitos a seus dispor, equivale compreender algumas de suas intenções básicas ao escrever, portanto, implica esclarecer exatamente o que ele pode ter querido significar com o que disse. (SKINNER, 1996, p. 13).

Tratando agora de outra vertente teórico-metodológica, a discussão sobre uma forma específica de como o Pensamento Político se forma no Brasil é feita por Gildo Marçal Brandão, dentro de seu esquema analítico das "famílias intelectuais". O estudo do programa político-literário de José de Alencar pode ser realizado de maneira a identificar certos traços comuns a um determinado grupo, o que caracterizaria uma forma específica de pensar a política no Brasil. Para Gildo:

[...] o [estudo do] pensamento político-social foi capaz de formular ou de discriminar na evolução político-ideológica brasileira a existência de "estilos" determinados, formas de pensar extraordinariamente persistentes no tempo, modos intelectuais de se relacionar com a realidade que subsumem até mesmo os mais lídimos produtos da ciência institucionalizada, estabelecendo problemáticas e continuidades que permitem situar e pôr sob nova luz muita proposta política e muita análise científica atual. (BRANDÃO, 2010, p.29)

A *tradição* do pensamento político e social no Brasil, que remonta ao século XIX, é detentora de uma acumulação teórica que se transforma em instrumento fundamental para a análise científica das relações políticas e sociais que se desenvolvem na sociedade brasileira contemporânea. As interpretações do Brasil produzidas durante o Império e a República trazem “proposições cognitivas e ideológicas” presentes no processo de mudança social no século XXI, já que muitos dos dilemas e perspectivas narrados pelos autores e atores políticos

do passado continuam prevalecendo na organização política e social do Brasil, formando “um espaço de comunicação social entre *“presente, passado e futuro”* ao oferecer “uma visão mais integrada e consistente do processo histórico que o nosso presente oculta” (BOTELHO, 2008, p. 17 – Prefácio ao livro do Bernardo Ricupero).

Na esfera metodológica do que busca esta pesquisa, o peso daquela tradição intelectual indica que foi na elaboração teórica de alguns autores – em nosso caso o Pensamento Político e Social de José de Alencar – que os problemas políticos nacionais foram originalmente formulados. Por este motivo, a retomada de determinadas teses de José de Alencar é elucidativa de um momento de mudanças sociais e intelectuais que apontavam para a emergência da possibilidade de modernização da sociedade brasileira.

Em suma, a intenção é salientar que o Pensamento Político e Social no Brasil possui a característica de ligar a experiência da reconstrução do passado à experiência vivida no presente ao tentar descortinar possibilidades futuras de organização cultural, política e social. Por outro lado, aquela acumulação teórica possibilitou ao estudo do pensamento político e social no Brasil “formular ou discriminar” na história ideológica e política “estilos determinados” de pensamento que transcendem a sua época, perdurando no tempo ao trazerem novas perspectivas para a construção de projetos políticos e científicos na atualidade (BRANDÃO, 2010: 29).

Este estudo será organizado da seguinte forma:

O primeiro capítulo será destinado a uma contextualização histórica e intelectual de José de Alencar, a influência do partido conservador, o papel de destaque que exerceu durante o romantismo.

O segundo capítulo tratará das principais polêmicas em que o autor se envolveu.

No terceiro capítulo serão analisadas as cartas em que Alencar se posiciona favoravelmente à escravidão e seu contexto

Às considerações finais fica reservado o quarto capítulo.

CAPÍTULO I – O contexto intelectual.

Alencar: perfil contestador

A pesquisa acerca de sua trajetória intelectual não demora a nos revelar a forte vinculação entre a figura de Alencar e intensas polêmicas. Alencar possuía um espírito bastante questionador. Há quem vá além nessa análise e diga que, na realidade, sua vida por inteiro foi demarcada por debates. Afrânio Coutinho, na oportunidade da Introdução da obra que aborda uma das mais famosas polêmicas em que Alencar se envolveu, a que ocorreu entre este e Nabuco, aponta que as polêmicas pontilharam a vida de Alencar, do começo ao fim. No começo de sua jornada, tem-se o debate sobre o poema “A Confederação dos Tamoios” (1856), travado com Araújo Porto-Alegre e Dom Pedro II; fechando o ciclo, temos a discussão travada publicamente com Joaquim Nabuco, no ano de 1875, em que a peça de teatro “O Jesuíta” escrita por Alencar foi a matéria discutida. (COUTINHO, 1978, p.5). Uma análise atenta de algumas das principais querelas em que o autor se envolveu pode contribuir para descortinar valores e intenções que sustentavam o projeto político do mesmo. Esses debates ocorriam em artigos de jornais e cartas.

No caso das polêmicas com o Imperador, são duas as ocasiões: a primeira ocorreu no ano de 1855, de maneira indireta. Bastante crítico e combativo já na idade de vinte e sete anos, Alencar desenvolveu sua polêmica com Araújo de Porto Alegre criticando sistematicamente a publicação de Gonçalves de Magalhães, o poema “Confederação dos Tamoios”, que tinha a intenção de ser uma epopeia indianista. Demoliu-o verso por verso, divulgando suas ideias na forma de cartas que eram publicadas no *Diário do Rio de Janeiro*. Foram oito cartas assinadas por “Ig”, um codinome que escondeu Alencar por algum tempo, e que dava vida a um personagem fictício – um velho e viajado senhor que às noites jogava o seu voltarete. Magalhães foi um poeta patrocinado e muito estimulado por Dom Pedro II e, assim sendo, a

crítica alencariana à sua obra acabou soando como uma crítica ao próprio Imperador, que recorreu a autores como Varnhagen e Monte Alverne para entrarem no debate contra as ideias de Alencar. Em síntese, devido aos seus desdobramentos, essa ficou sendo conhecida como a polêmica mais célebre do Romantismo no Brasil. (BUENO & ERMANKOFF, 2005, p. 19-20)

A segunda ocasião em que Alencar se envolveu em debates com D. Pedro II se configurou de maneira direta. No ano de 1867, o autor cearense direcionou uma série de cartas a Dom Pedro II nas quais expunha sua opinião sobre qual a melhor maneira de proceder em situações cruciais do contexto da crise que estava instalada no II Império, cartas essas que analisaremos com cuidado no Capítulo III em função da temática da escravidão ser assunto central de três das sete cartas escritas por ele naquela ocasião. Analisar os fatores que configuraram Alencar como um intelectual favorável à escravidão é justamente uma das indagações centrais deste estudo, e, assim sendo, a análise das epístolas em que ele é mais assertivo nesse sentido carecerá de um olhar mais atento e de um estudo mais detalhado.

Segundo a ordem cronológica dos debates, outro grande “duelo” ocorre no ano de 1875, gerando uma polêmica que ficou consagrada: “A polêmica Alencar-Nabuco”. Com posicionamentos opostos com relação ao destino que deveria ser dado à escravidão no Brasil, farpas foram trocadas entre ambos durante dois meses através de publicações de artigos de jornais. Uma análise mais atenta dos contornos das principais polêmicas em que se envolveu o escritor e político cearense será feita no Capítulo II deste trabalho.

Existem diversos caminhos a serem seguidos visando realizar a reconstrução do contexto histórico-intelectual a partir do qual Alencar formulava seus posicionamentos. A história brasileira estava marcada pelas crises do II Reinado. Alencar era membro do Partido Conservador, tendo sido eleito Deputado Estadual pelo Ceará sempre pelo mesmo partido, em quatro oportunidades (1861-1863; 1869-1872; 1872-1875 e 1876-1877). De que maneira as prerrogativas do partido podem ter marcado seu pensamento é algo a ser investigado tanto

quanto o contexto da crise do Império e do movimento intelectual do Romantismo, do qual o autor é considerado um dos representantes. Inicialmente realizaremos ponderações acerca do momento histórico em que o autor se inseriu, para depois adentrarmos especificamente os textos das polêmicas.

O momento: 1856 - 1875

Tomaremos como referência o período que vai de 1856 a 1875 para realizarmos uma análise do período histórico em que o autor produziu suas obras. Foi no ano de 1856 que Alencar publicou seu primeiro texto com maior repercussão, o romance “Cinco minutos”, e foi no ano de 1875 que Alencar travou a que ficou conhecida como sendo sua última polêmica, aquela em que debateu com Nabuco acerca da peça “O jesuíta”.

Liberais e Conservadores

Os anos que antecederam a publicação de “Cinco minutos” (1856) foram marcados por intensa agitação social. Entre 1837 e 1848 uma onda revolucionária¹ varreu o país. No Norte e Nordeste tivemos a Sabinada, a Balaiada, a Cabanagem e a Revolução Praieira. E entre 1835 e 1845 o Rio Grande do Sul vivenciou uma terrível guerra civil, a Guerra dos Farrapos. Emília Viotti da Costa (2010) aponta que o período de 1831 a 1848 foi marcado pela retórica liberal radical. Os revolucionários utilizavam-se de um vocabulário político que passava por vocábulos como federalismo, sufrágio universal, liberdade de expressão, garantia de direitos individuais, abolição do Poder Moderador, separação dos poderes, extinção do recrutamento militar, nacionalização do comércio e reforma agrária. Marcado pela contradição, esse discurso liberal, mais do que representar uma motivação ideológica, manifestava, na

¹ Vide Emília Viotti da Costa, Da monarquia à República, p. 158.

realidade, uma motivação pragmática e concreta. Aquelas elites locais protestavam contra a sua perda de poder diante das intervenções do governo central; não desejavam que o governo interferisse em suas iniciativas privadas, nas eleições locais, e reprovavam a cobrança de novos impostos. Conflitos de diversas naturezas, envolvendo diversos grupos – negros, brancos, estrangeiros, nascidos no Brasil, divergências políticas – deflagraram uma série de conflitos que fizeram com que o governo central tivesse que ficar alerta por um período de duas décadas após a abdicação de Dom Pedro I.

Esses anos de luta foram momentos de efervescência em que tomaram contornos as ideias de dois partidos políticos: o liberal e o conservador. Costa descreve que:

“Em teoria, cada um tinha um programa diferente. Durante os primeiros anos da regência, liberais e conservadores usaram discursos diversos e pareciam estar batalhando por causas distintas. Os liberais eram federalistas, favoreciam a autonomia local, exigiam a abolição do Poder Moderador e do Conselho de Estado, opunham-se à vitaliciedade do Senado e à intromissão do governo na economia, eram favoráveis ao comércio livre, à liberdade de expressão e de culto. Defendiam o princípio de que o rei reina, mas não governa. Os conservadores defendiam a posição oposta: a centralização, o Poder Moderador, o Conselho de Estado, a vitaliciedade do Senado, a religião católica como religião de Estado e o princípio de que o rei reina e governa.” (Costa, 2010, p. 159)

Teoricamente as divergências pareciam grandes. Por outro lado, na prática, não era tão simples como o exposto distinguir as aspirações de cada um dos partidos. Havia semelhanças entre ambos, uma vez que as duas vertentes temiam os radicais. Além do que, após o período de maior agitação, liberais e conservadores trabalharam lado a lado nos mesmos ministérios. Esse período ficou conhecido como **Conciliação**, e teve uma duração de dez anos, entre 1852 e 1862. A frase que sintetizava o período dizia que nada se parecia mais com um conservador do que um liberal no poder. Conservadores defendiam causas que ora haviam sido defendidas por liberais e vice-versa. Quando houve uma discussão de um projeto de lei que propunha emancipar crianças nascidas de escravas, houve liberais e conservadores tanto contra como a favor. O mesmo ocorreu quanto à votação da lei do Sexagenário, que visava libertar escravos com mais de sessenta anos. Liberais chegavam a apoiar conservadores, conservadores

apoiavam liberais. Não havia respeito à disciplina partidária. Como as bases sociais dos componentes dos partidos eram semelhantes, essas semelhanças produziam posicionamentos que se confundiam no Parlamento. As filiações partidárias que ali se configuravam estavam muito mais ligadas às relações personalistas, tais como questões de parentesco, do que propriamente a uma questão ideológica ou de representação de interesses realmente divergentes. O objetivo era conquistar ou manter o poder. Devido a essa transmutação ideológica é que Beiguelman entende que é necessário considerar que a organização política é um *problema*, e não um dado² (grifo dela).

Ainda ponderando semelhanças e diferenças entre liberais e conservadores, José Murilo de Carvalho, ao estudar a composição e a ideologia dos partidos políticos imperiais, nos aponta que tanto o Partido Liberal como o Partido Conservador tinham em igual quantidade proprietários de terra. A diferença que existia entre esses proprietários é que os que pertenciam ao Partido Conservador eram representantes da grande agricultura de exportação, ao passo que os pertinentes ao Partido Liberal eram produtores para o mercado interno. Mas, assim como Beiguelman e Costa, Carvalho identifica que era o Partido Conservador quem conseguia materializar as propostas do Partido Liberal. Os conservadores concretizavam as propostas dos liberais, mas a unidade partidária era abalada³. (BEIGUELMAN, 1973; COSTA, 2010; CARVALHO, 2011)

Por via diferente caminha Ilmar Rohloff de Mattos. Em uma tentativa de ponderar o “*nada tão parecido com um saquarema como um luzia no poder*” cunhado por visconde de Albuquerque, o estudioso, ao analisar as tensões entre o partido liberal e o conservador, sugere que é possível identificar diferenciações se lançarmos nosso olhar à questão das diferentes denominações que ambos atribuíam uns aos outros. “Saquaremas” e “luzias” foram apelidos criados para conservadores e para liberais pelos seus antagonistas, respectivamente.

² Ver Beiguelman, Paula **Pequenos estudos de Ciência Política**, São Paulo: Pioneira, 1973, p. 61.

³ Cf. **A construção da ordem**, José Murilo de Carvalho, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 224.

“Luzias” porque os conservadores obtiveram uma vitória contra os liberais na cidade de Santa Luzia, em um combate comandado por Barão de Caxias. O que fica em destaque é que existia algo que unificava os assim denominados. Mattos explica que, em comum, os luzias “pretendiam conduzir a política de maneira a assegurar o predomínio de cada grupo em seu âmbito provincial, e que deveria expressar-se numa distribuição tendencialmente mais equilibrada do aparelho de Estado pelo território imperial.” (MATTOS, p. 105, 1990). Em suma, o apelido foi cunhado como uma manifestação dos opositores para reforçar a derrota dos liberais, para lembrar a localidade em que os liberais foram vencidos. O mesmo se deu no sentido contrário, também. No ano de 1845, quando do domínio liberal do poder imperial, o Padre José de Cêa e Almeida atuava como subdelegado de polícia na Vila Saquarema e autorizava inclusive o assassinato dos que não fossem favoráveis às listas do governo na eleição. Mesmo diante de tamanha truculência, os chefes conservadores como Joaquim José Rodrigues Torres e Paulino José Soares de Souza, que tinham uma grande quantidade de parentes naquele local, além de serem proprietários de terras e de escravos, conseguiram livrar seus protegidos das ordens daquela autoridade. *Saquarema* então passou a valer como sinônimo de uma ligação com o Partido Conservador, de maneira a remeter a algo pejorativo. A palavra “saquarema” também trazia em si o sentido de “protegido” ou “favorecido”⁴ e se tratava de uma vingança contra o apelido “luzia” arquitetado pelos conservadores. Mattos entende que às vésperas do movimento praieiro, a despeito dos interesses particulares, os liberais estavam manifestando uma coesão crescente em torno de uma política para o Império, política essa que ia deixando nítida uma diferenciação. Para o autor, o cerne dessas diferenças se encontra nas distintas representações e visões de mundo que conservadores e liberais possuíam, que acabavam por dirigir a conduta social que orientaria suas práticas e suas relações.

⁴ Ver Ilmar Rohloff de Mattos: **O tempo saquarema – Formação do Estado Imperial**, Ed. Hucitec, 1990. (p.107)

Um dos exemplos dessas diferenças aparece quando Mattos se utiliza de um trecho do discurso de Paulino José de Souza, do ano de 1843, para pontuar que os saquaremas queriam demarcar diferenciações. Paulino argumenta que “não bastaria que o governo tivesse maioria nas câmaras; que era preciso que essa maioria fosse forte, que tivesse uma vontade decidida e firme, e uma direção proveitosa;”. A questão seria de que os saquaremas queriam deixar claro que estavam marcando posição de vencedores, e que queriam evidenciar uma relação diferente entre Executivo e Câmara.

Colocando-se o desafio de distinguir ambas as perspectivas, Mattos primeiramente demarca que os saquaremas ansiavam pela manutenção da ordem e a difusão de uma Civilização como pontos fundamentais. Manter a ordem, além de significar conter e reprimir crimes públicos e levantes populares, também se referia ao ato de:

[...] garantir a continuidade das relações entre senhores e escravos, da casa-grande e da senzala, dos sobrados e dos mocambos; do monopólio da terra pela minoria que deitava suas raízes na Colônia e no tempo da Corte portuguesa no Rio de Janeiro; das condições que geravam a massa de homens livres e pobres, reforçadores do monopólio da violência pelos senhores rurais ou agregados às famílias urbanas, como um José Dias na família de Bentinho⁵. (MATTOS, 1990, p. 282)

A manutenção da ordem visava manter a integridade do Império e a lógica que sustentava a ordem social tal e qual ela estava configurada. No que se referia à defesa da Civilização, a mesma se fundamentava na busca pela Razão, no triunfo do progresso. Queriam atualizar o poder do déspota para que ele pudesse transitar de maneira arrojada através de temas referentes ao tráfico negreiro, por exemplo. E manter a ordem estava intrinsecamente ligado à difusão do que era entendido como Civilização.

Outro ponto que parece se cristalizar na constelação de ideias que gravitavam em torno de conservadores, ou saquaremas, seria um sentimento aristocrático. Esse sentimento pode ser resumido da seguinte maneira: cada esfera da sociedade deveria ocupar um lugar determinado e ali “permanecer”. Mattos menciona a obra “Minhas Recordações”, na qual

⁵ Referência ao livro “Dom Casmurro”, in **Obra completa**, 2ª Edição. Rio de Janeiro, 1962, e vols.

Francisco de Paula Ferreira de Resende delinea alguns contornos oportunos para esta análise. Ao recordar a configuração da sociedade imperial, Ferreira Rezende dizia ser inteiramente aristocrático o sentimento que a dominava, sendo um universo em que “não só as diversas raças nunca se confundiam mas que muito pelo em vez disso, cada raça e cada classe nunca deixavam de mais ou menos manter e conhecer seu lugar.”⁶ Não é difícil inferir que esse tom certamente moldou uma lógica de hierarquização dos grupos que compunham a sociedade brasileira de meados do século XIX.

Apontando para o mesmo sentido, ao mapear traços culturais que se manifestavam no Brasil desde o século XVII, Emília Viotti da Costa enfatiza a presença de formas de comportamentos característicos de sociedades agrárias aristocráticas, que seriam: “desvalorização do trabalho manual, fenômeno típico de sociedades escravistas; culto do lazer; espírito rotineiro; pouco apreço pelo progresso tecnológico e científico; relações de dependência; família extensiva, tendência à ostentação”. (Costa, 2010, p. 241) A conclusão a que a autora chega é que as condições de produção vigentes no Brasil desde a colônia não favoreciam o desenvolvimento das áreas urbanas, nem a gerar valores “burgueses”, em contraste ao que ocorria na Europa.

Alencar e o Partido Conservador

Tentando fazer um balanço dessas importantes contribuições no estudo de posicionamentos liberais e conservadores, realizados por Emília Viotti da Costa, Ilmar Rohloff Mattos e José Murilo de Carvalho, colocamo-nos agora a tarefa de associá-los à trajetória alencariana. Se, por um lado, uma inconsistência ideológica entre liberais e conservadores é fortemente demarcada em função das inúmeras contradições que ocorrem na teoria e na prática de ambas vertentes, por outro lado, assim como nos aponta Mattos, não é interessante simplesmente asseverarmos que liberais e conservadores seriam iguais e que as

⁶ Francisco de Paula Ferreira Rezende, **Minhas recordações**. Rio de Janeiro, 1944, p 176.

denominações não informariam quaisquer diferenças. No caso de José de Alencar, sua relação com o Partido Conservador não foi leviana. Foram quatro eleições estando filiado a este partido (1861-1863; 1869-1872; 1872-1875 e 1876-1877).

Primeiramente, o surgimento do Partido Conservador está ligado à figura de Bernardo Pereira de Vasconcelos. Antes um dos líderes do movimento liberal, Vasconcelos não só converte-se aos ideais da oposição, mas torna-se líder dos mesmos, sendo um dos fundadores do Partido Conservador. Um dos pilares em que se erigiram as estruturas deste partido está ligado à crítica das políticas que visavam diminuir a autoridade central. Para os conservadores, essa descentralização⁷ levaria o país à anarquia.

Adentrar com riqueza de detalhes o debate sobre os grupos e a agenda que o Partido Conservador passou a atrair é uma tarefa que não cabe nos limites deste trabalho, uma vez que o interesse deste estudo é refletir sobre o posicionamento antiabolicionista de José de Alencar. Ainda assim, é necessário que tenhamos um panorama geral sobre a composição do Partido Conservador. Realizando um balanço sobre a composição social dos dois partidos, José Murilo de Carvalho coloca que:

“O Partido Conservador abrigava principalmente os representantes da grande agricultura de exportação, enquanto o Partido Liberal era dominado pelos produtores para o mercado interno. E surgiram também os profissionais liberais como grupo ascendente formando a ala ideológica do Partido Liberal e o núcleo do Partido Republicano do Rio de Janeiro.” (CARVALHO, 2011, p. 225)

Assim sendo, parece relevante levarmos em conta que, a despeito das semelhanças, liberais e conservadores guardavam peculiaridades que certamente produziram posicionamentos diferentes quanto às questões colocadas naquele contexto.

Analisando o processo político-partidário no Império durante o período de 1840 a

⁷ O debate sobre centralização e descentralização durante o Império é contemplado pelo trabalho de Gabriela Nunes Ferreira. Vide: FERREIRA, Gabriela Nunes **Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai**. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1999.

1869, Paula Beiguelman identifica que na questão do tráfico, apesar de haver um padrão político seguido pelos dois partidos, observava-se uma maior ênfase na defesa da manutenção da lógica escravista entre conservadores, que eram partidários de uma defesa intransigente do status quo escravista. Segundo Lynch⁸, que analisa o pensamento conservador saquarema, o Partido Conservador teria herdado a responsabilidade da defesa do tráfico negreiro como meio de sobrevivência e expansão da grande lavoura. O autor enfatiza a vinculação dos conservadores com grandes propriedades rurais da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco e com grandes traficantes de escravos. (CARVALHO, 1996 apud LYNCH, 2010). Lynch detalha:

Embora a escravidão não suscitasse entusiasmo de Paulino José Soares de Sousa – que viria a ser nomeado presidente honorário de uma sociedade abolicionista francesa, o Instituto da África (Soares de Souza, 1944, pp 213-27)⁹ –, o conjunto do partido entendia que ela precisava ser mantida: o *boom* cafeeiro permitiria pôr fim à crise e consolidar a primazia da política fluminense no cenário nacional. Eram urgentes os investimentos da província do Rio, onde em 1838 o café já compunha, segundo o próprio Paulino “o seu principal ramo de exportação, a qual presentemente excede a muito mais de dois milhões e trezentas mil arrobas, quase todas de primeira qualidade” (apud REIS, 1985, p. 350). A exigência de pronta mão de obra, de um lado, e as dificuldades da imigração europeia barata e espontânea, de outro, pareciam confirmar a crença de Vasconcelos de que a escravidão era fundamental para dinamizar a economia e, portanto, antes um recurso de civilização do que um barbarismo. (LYNCH, 2010, p. 35)

Como se pode perceber, Uruguai deixa claro que existe um forte interesse econômico por trás da manutenção do trabalho servil. No Rio de Janeiro, a mão escravizada colhia o café, que se configurava como principal mercadoria exportada pelo país.

Paulino José Soares de Sousa, também conhecido como Visconde de Uruguai¹⁰, e Vasconcelos foram considerados os principais componentes do pensamento conservador do Império. Vasconcelos foi inclusive o mentor de Visconde de Uruguai, e a obra deste último é considerada o ponto alto do pensamento conservador. Sobre Visconde de Uruguai, Ferreira

⁸ Vide Christian Edward Cyril Lynch, “O pensamento conservador saquarema” in **Revisão do pensamento conservador: ideias políticas no Brasil**. FERREIRA, Gabriela Nunes & BOTELHO, André (Orgs.). São Paulo: Hucitec, 2010.

⁹ SOARES DE SOUZA, J. A. **A vida do visconde de Uruguai**. Rio de Janeiro: Nacional, 1944.

¹⁰ Sobre Visconde de Uruguai e seu pensamento: FERREIRA, Gabriela Nunes **Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai**. São Paulo: Editora 34, 1999.

nos informa que:

Quanto ao visconde de Uruguai, é fácil situá-lo como uma das principais figuras do núcleo mais consistente do Partido Conservador, com base principalmente da província do Rio de Janeiro. O próprio apelido “Saquarema”, atribuído ao partido, derivava da vila fluminense onde Paulino José Soares de Souza e também Rodrigues Torres possuíam terras e comandavam a política local. A “Trindade Saquarema”, que incluía além desses nomes o de Eusébio de Queirós, notabilizou-se como o grupo mais identificado com a política conservadora. Uruguai nunca foi favorável à dissolução das fronteiras entre os dois partidos imperiais. Durante a Conciliação, prolongada depois na Liga Progressista, o político fluminense manteve-se à margem do realinhamento partidário, permanecendo na ala dos conservadores “puros”. (FERREIRA, 1999, p. 59)

Nesse sentido, fica claro que uma fala de Visconde de Uruguai é muito mais do que qualquer colocação aleatória de um membro do Partido Conservador.

Com relação à representação dos interesses do Partido Conservador, é importante que se note a centralidade da defesa da propriedade rural, materializada na Lei de Terras¹¹. Redigida em maior parte por Vasconcelos, a Lei de Terras, decretada também no ano de 1850, proibia a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não a compra. Até então, a terra era fruto de uma concessão real, doada em função de serviços prestados à Coroa, uma forma de recompensa. A criação dessa lei sinaliza uma transição sobre a visão que se tinha sobre terras até então. Na lógica tradicional, a posse da terra era vista como forma de prestígio social. A terra era obtida através de relações pessoais com a Coroa, com o poder Imperial. Essas doações eram consideradas favores pessoais e não podiam ser herdadas. Os que recebiam a terra só tinham o direito de usufruto, não de posse. Posteriormente, ela passa a simbolizar o poder econômico, pura e simplesmente. A propriedade ainda era da coroa. A partir da Lei de Terras, em 1850, essa realidade é modificada. A única maneira de adquirir terra era comprando-a do governo, sendo que o governo atuaria como um mediador entre o domínio público e o comprador. A relação com a terra, que antes era pessoal, passa agora a ser impessoal. Antes fruto de dádiva pessoal, passa a poder ser obtida por qualquer pessoa com capital suficiente. Quando a lógica tradicional vigorava, o rei poderia impor certas condições,

¹¹ Sobre a Lei de Terras: VIOTTI DA COSTA, E. “Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos” in: **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 2010.

regulamentando seu uso e sua ocupação. Limitava o tamanho do lote e o número de doações recebidas por pessoa. Quando a terra tornou-se uma mercadoria, com o advento da lógica moderna, as decisões sobre a sua utilização passam a ser emanadas apenas pelos proprietários. A essência dessa transição da lógica tradicional para a moderna está relacionada com a tentativa de conduzir o Brasil do universo antiquado e escravista para o mundo moderno e assalariado. Isto porque, segundo Parron¹², além das terras devolutas só poderem ser adquiridas através da compra, aquelas terras que já estavam em posse dos fazendeiros sofreriam uma taxaço, independente de serem ou não cultivadas. O destino da receita das taxas e vendas seria o investimento na importação de colonos livres; os imigrantes não poderiam comprar, aforar ou arrendar a terra antes de três anos de residência no Império. Mesmo com a existência dos discursos feitos em torno do fomento da imigração europeia, Vasconcelos articulou longos discursos no Senado em favor do trabalho africano. (COSTA, 2010, p. 174-175; PARRON, 2011, p. 209) Parron explica que Vasconcelos estava:

[...] voltando a frisar nos anos seguintes que preferia o negro ao branco na imigração para o Império. Foi ali que o senador soltou a estrondosa frase, tão repetida na imprensa e no *métier* político por anos a fio, de que a África civilizava a América. “Os africanos têm contribuído para o aumento ou têm feito a riqueza da América”, exclamou ele, “a riqueza é sinônimo de civilização no século em que vivemos; logo, a África tem civilizado a América” (PARRON, 2011, p.211)

Parron lembra, ainda, que diversos estudiosos estão apontando para a mesma direção no sentido do argumento da utilização do trabalho escravo civilizar a América: Oliveira Lima, Otávio Tarquínio de Souza, José Murilo de Carvalho, Ilmar Rohloff de Mattos e Luiz Felipe de Alencastro já identificavam que a afirmação propagada por Vasconcelos como uma das recorrentes formas de defesa do tráfico negreiro feitas no Brasil independente. Porém, Parron nos indica que isto é uma parte do que esta afirmação pode nos informar. Por outro lado, ela também quer transmitir a mensagem de que o trabalho do africano livre, a ser trazido ao

¹² Tâmis Parron realizou um interessante estudo sobre a política da escravidão durante o Império no Brasil: PARRON, T. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826 – 1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Também foi autor da introdução da mais recente edição das “Ao imperador: novas cartas políticas de Erasmo”, as cartas de José de Alencar favoráveis à manutenção da escravidão, edição com a qual trabalharemos nesta pesquisa.

Brasil através dos recursos levantados pela Lei de Terras, seria preferível.

Abordando, agora, o posicionamento de Alencar, o escritor cearense manifesta claramente a defesa da manutenção do trabalho escravo em suas cartas, porém, não enfatiza tanto a questão do interesse econômico, embora seja fácil inferi-la. Ao percorrer as linhas dessas epístolas alencarianas, que serão detalhadas oportunamente, percebemos que Alencar trilha o caminho da defesa da escravidão como um projeto civilizatório, em uma lógica na qual o trabalho escravo teria um caráter pedagógico para a população escravizada: através dele a população, que estaria em um estágio “anterior” na escala da evolução da civilização, teria a oportunidade de aprender por meio do trabalho forçado. A libertação, na realidade, seria um castigo, pois os negros estariam jogados à própria sorte, sem a proteção “amiga” do senhor de escravos. Apenas para ilustrar o caminho percorrido pelo romancista cearense: “O escravo deve ser, então, o homem selvagem que se instrui e moraliza pelo trabalho. Eu o considero nesse período como o neófito da civilização.” (ALENCAR, 2008, p. 67)

Ricupero¹³, ao analisar os caminhos pelos quais o conservadorismo passou no Brasil, indica que Alencar foi realmente longe na defesa dos proprietários de terra durante o Império. São apontadas semelhanças entre pensadores como Gilberto Freyre e Alencar:

“Mas talvez seja possível aproximar Freyre de outros autores, como o bispo Azeredo Coutinho e José de Alencar que, no Império, foram bastante longe na defesa dos senhores rurais. No que concerne especificamente à escravidão, como alguns escravocratas dos Estados Unidos, chegaram a sugerir que ela poderia criar uma sociedade alternativa superior à burguesa (GENOVESE, 1998). Da mesma maneira que Freyre, argumentam que, numa ordem patriarcal, a condição do escravo seria melhor do que a do operário europeu, nominalmente livre, em razão de ele e os membros da sua família contarem com o amparo do senhor, ao passo que os trabalhadores das fábricas teriam de enfrentar a impessoalidade do mercado.”¹⁴. (RICUPERO, 2010, p. 91-92)

Sendo fiel às bases políticas do Partido a que pertencia, certamente a postura de Alencar se apresenta vinculada ao Partido Conservador, a despeito da polêmica existente acerca da

¹³ Ricupero, Bernardo “O conservadorismo difícil” in: **Revisão do pensamento conservador: ideias políticas no Brasil**. FERREIRA, Gabriela Nunes & BOTELHO, André (Orgs.). São Paulo: Hucitec, 2010.

¹⁴ Ibid., p. 92.

relatividade dos posicionamentos conservadores e liberais. Conservadores e liberais se confundiram em certos momentos; no entanto, as propostas de conservadores encontraram seu momento privilegiado. Lynch aponta que o ponto alto da ideologia saquarema ocorreu entre 1848 e 1851, durante o ministério chefiado por Marquês de Monte Alegre. Nesse contexto, o Partido contava com três deputados fluminenses que encarnavam perfeitamente o saquaremismo: Paulino de Sousa, Rodrigues Torres e Eusébio de Queirós. O primeiro representava o papel de intelectual ou doutrinário; o segundo representava a lavoura, e o terceiro, a burocracia. Esse gabinete promulgou, em quase quatro anos, o Código Comercial, resolveu questões platinas antigas, do tempo do reinado de D. Pedro I; promulgou uma reforma fundiária – A lei de terras - e aboliu o tráfico negreiro no ano da morte de Vasconcelos, em 1850. (Lynch, 2010, p. 51)

Concluindo, apesar de uma proposta inicialmente liberal ser concretizada pelos conservadores, pudemos observar uma forte coerência nas assertivas do Partido Conservador. É possível localizar a perspectiva de Alencar nos preceitos conservadores, que inicialmente defendiam a manutenção da ordem escravocrata, apesar de terem executado o projeto liberal da emancipação. Inclusive o político cearense opunha-se fortemente à política da Conciliação em que o temor aos radicais aproximou conservadores e liberais, tornando suas diferenças cada vez menores. (COSTA, 2010, p. 159) Para ele, “conciliação” era um termo por demais honesto para descrever aquilo que chamou de prostituição política de uma época. Nas palavras do escritor cearense: “essa corrupção geral dos partidos e dissolução dos princípios que tinham até então nutrido a vida pública no Brasil, é o que se convencionou chamar Conciliação: termo honesto e decente para qualificar a prostituição política de uma época.” (ALENCAR, 1960 apud RICUPERO, p. 183, 2004).

Defensor dos grandes proprietários rurais¹⁵, do trabalho escravo e do Poder Moderador, Alencar pode ser vinculado aos pilares do pensamento saquarema.

¹⁵ Idem.

Alencar e o Romantismo

Indianismo

Antônio Candido, em sua análise famosa sobre literatura e sociedade, nos indica que o Romantismo teve o auge de suas atividades vinculado ao período de 1836 a 1855¹⁶. Para ele, Gonçalves Dias, ao lado de José de Alencar, teria contribuído para dar à literatura no Brasil o padrão a que se referem como inspiração e exemplo. Sendo um movimento que visava atender aos anseios de autoafirmação da nação recém-independente, o romantismo tem seu pontapé inicial dado por autores indianistas. A imagem do indígena é colocada como sendo o receptáculo das projeções, das imagens, dos valores e ideias que aqueles pensadores queriam vincular à identidade brasileira. A forma como esse indígena é apresentado vai sofrendo mutações nos diferentes contextos históricos, como nos aponta Ricupero, em função de diferentes funções ideológicas que a imagem indígena passa a exercer.¹⁷ Porém, a figura do indígena como sinônimo de símbolo nacional continuou de pé, sendo ainda utilizada quase cem anos depois, com a apropriação do movimento modernista.

Inicialmente, o ponto alto do indianismo romântico está vinculado a Gonçalves Dias, um mestiço, filho de pai português e mãe cafuza, que inaugurou o movimento em 1846. Gonçalves Dias dedicou a maior parte de suas poesias indianistas ao contexto de antes da chegada dos portugueses à América. Seus heróis não tinham que lidar com adversários, apesar de terem desenvolvido habilidades guerreiras similares às dos nobres da Idade Média, dos cavaleiros medievais europeus. O heroísmo indígena é uma das características mais exploradas dentro dessa lógica. Em “I-Juca-Pirama”, um dos poemas mais famosos de Gonçalves Dias, o autor relata atos de antropofagia como atos de coragem, desvinculando-os da chave “bárbarie”, forma como até então eram interpretados. Valorização de coragem que

¹⁶ Candido, Antônio **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 6ª Edição, Volumes 1 e 2. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda., 2000.

¹⁷ Idem, p.154.

nos lembra, também, o que foi enfatizado por Alencar ao descrever as atitudes de um Peri inabalável diante da morte, ao ser capturado pelos aimorés em “O Guarani”. Erroneamente, entendia-se que a população indígena havia sido extinta, o que também a tornava um interessante elemento para um trabalho de reconstrução histórica em torno da identidade nacional, como um elemento legítimo da nação brasileira e que pertencia a um passado longínquo, que merecia e que precisava ser resgatado.

A importância da missão que se coloca diante dos intelectuais daquele contexto dificilmente será exagerada. Os bacharéis sabiam-se responsáveis por produzir um conhecimento sobre a nação que era inédito até então. A historiografia brasileira era carente de fontes. A única herança na qual poderiam se basear eram poucos e confusos volumes de crônica colonial, relatos de viajantes. A produção de um conhecimento sobre a historiografia brasileira se iniciaria tendo como instrumento a literatura, e sua expressão melhor acabada no indianismo¹⁸. E os contornos assumidos pelo indianismo que vemos florescer no Brasil não são aleatórios. A inspiração foi buscada na França, em nomes como Chateaubriand e Corbière. Já no ano de 1826, Ferdinand Denis publicou sua dissertação sobre como se deveria escrever a literatura brasileira, estabelecendo que as bases da literatura do novo mundo deveriam estar fincadas nos antigos costumes dos povos indígenas, seus combates e seus sacrifícios.

Institucionalmente, os intelectuais envolvidos no projeto de escrever a história da nova nação passaram a organizar-se com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB. Composto por membros da burocracia imperial, foi criado em 1838, tendo como missão reunir, organizar, publicar, arquivar, metodizar documentos essenciais para a história e a geografia do Brasil. Também era missão desse mesmo órgão fazer a divulgação científica dessas áreas de estudo. Intelectuais que compunham o IHGB também haviam passado pelo *Institut Historique de Paris*, fundado em 1834. Por lá passaram jovens e destacados bacharéis

¹⁸ Puntoni, Pedro, “A confederação dos tamoyos de Gonçalves de Magalhães”, in *Novos Estudos CEBRAP*, n. 45, 1996.

brasileiros: Manoel de Araújo Porto-Alegre, Francisco Sales Torres Homem, Domingos José Gonçalves de Magalhães, frei Francisco de Monte Alverne (o mestre de todos eles), visconde São Leopoldo e Januário da Cunha Barbosa. A inspiração do romantismo brasileiro era essencialmente parisiense. Até mesmo o próprio Imperador declarou-se membro do citado instituto da capital francesa.

Gonçalves de Magalhães, Indianismo e Identidade nacional.

Engrossando o movimento indianista, a publicação de “A confederação dos Tamoios”, escrita por Gonçalves de Magalhães, ocorre no ano de 1856. O poema abordava a resistência dos índios tamoios contra o invasor português. Mais que apenas um poema lido por Dom Pedro II com bastante interesse, uma vez que o Imperador chegou a, inclusive, ordenar sua publicação em uma rica edição¹⁹, “A confederação dos Tamoios” foi realizado às custas de uma bolsa do próprio Dom Pedro II. Isto se explica quando se considera o fato de que os intelectuais ocupavam-se do desenvolvimento de um projeto cultural hegemônico em torno da identidade nacional, sendo esse o “fardo dos bacharéis”, nos termos de Luiz Felipe de Alencastro²⁰. Havia um intercâmbio cultural entre os intelectuais e o Imperador. Os intelectuais viam no Imperador um canal para o diálogo sobre preferências culturais, artísticas e intelectuais. Tanto os intelectuais influenciavam Dom Pedro II como eram influenciados por ele culturalmente. Artisticamente, o resultado do “Confederação dos Tamoyos” foi apontado como pífio²¹, e o poema foi amplamente criticado, inclusive por Alencar, que assinava as folhas de um jornal carioca como “Ig”, polêmica que será detalhada em momento oportuno. Além da crítica feita por Alencar, Silvio Romero também expressou sua contrariedade para com o que foi feito por Magalhães, classificando o poema como um “cartapácio de dez cantos

¹⁹ Ibid., p. 159.

²⁰ Alencastro, L. F. “*O fardo dos bacharéis*”, Novos Estudos. São Paulo: CEBRAP, 1987.

²¹ PUNTONI, P. “*A confederação dos Tamoyos de Gonçalves de Magalhães: A poética da história e a historiografia do Império*”. Novos Estudos CEBRAP, n. 45, 1996, p. 124.

num estilo barroco”. Antônio Candido, ao analisar a importância do poema, aponta que a mesma é resultado mais do favoritismo do autor do que da qualidade da obra produzida²². Puntoni, por outro lado, aponta que essa importância seria mais historiográfica do que literária. Apesar da tal Confederação relatada por Magalhães nunca ter ocorrido de fato, a mistura de elementos reais com elementos fictícios foi profícua no sentido da produção de um “mito fundador”, e essa seria a maior contribuição produzida por seu autor.²³

Abordando o argumento do poema em si, a história, basicamente, gira em torno da resistência dos índios da nação Tamoyo às agressões dos portugueses, transcorrendo pelos idos de 1560. Os Tamoyos recebem ajuda dos franceses, e o herói da narrativa, Aimbire, um grande guerreiro e principal tamoyo, personifica essa resistência. O poema foi útil ao clima de antilusitanismo que estava em voga à época, no contexto dos anos da recém-independência brasileira. O “Confederação dos Tamoyos” registra portugueses violentos que estavam massacrando a nação indígena. A unidade nacional, - tema que era caro ao Brasil no contexto das primeiras décadas após a Independência, em que conflitos regionais estavam fervilhando no Período Regencial (1831-1840) – Balaiada, Sabinada, Cabanagem, Guerra dos Farrapos - teria custado o sacrifício de populações indígenas. Ao passo em que se pretendia celebrar a unidade nacional, ambigualmente, sabia-se que a mesma era atribuída a atos avassaladores por parte dos colonizadores, que teriam produzido a tal “obra civilizadora”.

Esta ambiguidade aparece na análise de Antônio Candido, segunda a qual Magalhães fica “preso por certa indecisão” que poderia comprometer o objeto épico, pois enfatiza a importância do indígena que se converte ao cristianismo bem como a ação do catequizador, Anchieta. A fragilidade está no fato de a narrativa de Magalhães implicar no favorecimento de um ponto de vista²⁴. Além disso, Candido também destaca fraquezas formais do poema, que, para ele, parecem defeitos: “longas falas, prolixidade, previsões e retrospectos, inclusões

²² Candido, 2000.

²³ Puntoni, Op. Cit, p. 125.

²⁴ Candido, A., op. Cit., p. 56.

artificiais; o tom expositivo, retórica prosaica”.

Puntoni, por outro lado, matizando essa questão da fragilidade, argumenta que Magalhães não se deixa cair em contradição justamente em função de sua concepção peculiar de história. Por ser discípulo fiel de Monte Alverne, de quem fora aluno no Seminário de São Joaquim em 1829, o poeta tem uma perspectiva imersa à religiosidade que o guia quando elabora sua produção historiográfica. Em outras palavras, a Providência Divina está presente em sua obra como um todo, e dá a coerência que parecia estar ausente a ela. Considerando-se filiado ao agostinianismo típico, Magalhães defendeu que o plano divino previa a vitória do povo português, apesar de sua culpabilidade em função de suas ações imorais contra indígenas. Isto se daria em função da vitória portuguesa, segundo ele, operar de maneira positiva para a unidade nacional e para o bom sucesso da fundação da cidade que viria a se tornar a capital do Império. Magalhães escreveu um épico em que a questão da moralidade cristã é central, marcado pela típica culpabilização e o sacrifício dos cristãos. Já o herói tamoyo, Aimbire, não poderia ser considerado como herói civilizador, e acaba por personificar o complexo sacrificial, termo desenvolvido por Alfredo Bosi. Ao analisar a obra indianista de José de Alencar, Bosi lança luz ao fato recorrente na mitologia romântica de Alencar de que os “fracos” sentem a necessidade de sacrificar-se para, assim, conquistar sua nobreza. “Índio, índia, mulher prostituída, mãe negra. A nobreza dos fracos só se conquista pelo sacrifício de suas vidas”²⁵. O que está subentendido é que o colonizado é visto como um súdito fiel e bom selvagem, não sendo sua função assumir uma posição de liderança. Tal complexo também estaria imanente ao poema de Magalhães, segundo o que é apontado por Puntoni.²⁶

Para escrever o poema em questão, Gonçalves de Magalhães partiu da documentação para construir sua narrativa da fundação do Império. Quase todas as personagens que

²⁵ BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 179.

²⁶ Puntoni, Op. Cit, p. 126.

aparecem em “Confederação dos Tamoyos” são personagens históricas, assim como também são baseados em fatos verídicos os episódios principais: o ataque a São Vicente, ao Rio de Janeiro e a paz de Iperoig. Entretanto, o enredo do poema está imerso em sua mitologia. No que se refere ao termo “confederação”, Magalhães atualiza os sentidos que o termo tinha até então. Entendia-se “confederação” como uma aliança, no sentido de submissão ou fidelidade. Curiosamente, os indígenas seriam submissos ou fiéis aos portugueses ou franceses. Ao utilizar o termo citado, Magalhães tenta enfatizar que os indígenas tinham uma capacidade de organização, uma vez que a narrativa prevê a possibilidade de resistência organizada ao invasor português, nos termos de uma aliança militar. A confederação, para ele, seria entre as tribos, tribos que possuem uma organização política, dirigidas por um chefe. Tal visão contrasta com o que era sustentado por Gandavo, em seu “Tratado da Terra do Brasil”, quando explicita que indígenas, para ele, não tinham Fé, não possuíam Leis e não tinha Rei, logo, não obedeciam a ninguém²⁷. Em síntese, o que se pode concluir é que uma das contribuições do poema de Magalhães é a positividade atribuída aos grupos indígenas.

Esse último ponto, o da perspectiva positiva de Magalhães sobre a população indígena, nos remete a uma polêmica historiográfica bastante curiosa. A relevância de analisarmos o contexto dos debates que ocorreram durante o romantismo entre diversos autores é percebida quando nos atentamos ao fato de que naqueles tempos não existiam limites claros entre a literatura e a história. Um interessante debate historiográfico se dá entre Gonçalves de Magalhães e Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878). Magalhães recebe críticas deste, para quem o mais condenável do conteúdo dos versos do “Confederação dos Tamoyos” era a sugestão de que os indígenas seriam um elemento construtor ativo da nacionalidade, seja concreta ou idealmente. Varnhagen atacou intensamente as ideias indianistas: denominou seus defensores de “patriotas caboclos”, e clamou ao Imperador Dom Pedro II, através de uma carta, para que tomasse uma atitude diante de ideias que, para aquele, seriam por demais

²⁷ Puntoni, Op. Cit, p. 128.

subversivas. De acordo com as convicções de Varnhagen, a opinião poderia se extraviar, caso acreditasse em tal capacidade de organização das populações indígenas, principalmente porque, segundo ele, os diversos povos indígenas, que seriam essencialmente nômades e bárbaros, acabariam por destruir as populações e devastar territórios, uma vez que viviam uma espécie de “anarquia selvagem”. Não fosse a “Divina Providência” trazer o cristianismo, esses povos seriam responsáveis por crueldades, em função de sua “humanidade bestial”.²⁸ Para ele, as populações indígenas não teriam qualquer sentimento de nacionalidade²⁹.

O clímax do debate se vê na maneira como Magalhães desenvolve sua réplica. Para rebater as críticas de Varnhagen, Magalhães faz uso de métodos da crítica histórica científica. O autor não temia lidar com a cientificidade em seu discurso. Puntoni nos traz o conceito de história de Magalhães:

A história, para ele, era um “arrazoado segundo o intento e a dialética dos advogados”; mas, para que os fatos “sejam compreendidos, e falem por eles mesmos, carecem de todas as circunstâncias; e uma só omitida por descuido, . ignorância ou malícia, errado irá o raciocínio, injusta e falsa a conclusão”. Proposta assim como uma ciência a serviço da busca da verdade dos fatos, a história não é simplesmente a sua identificação e encadeamento, “consiste mais do que tudo na justa apreciação dos homens e acontecimentos, e na sua melhor lição de moral e política que se possa servir ao aperfeiçoamento da ordem social” (PUTONI, 1996, p. 130)

A utilidade do exemplo que os indígenas poderiam dar à nação, para Magalhães e outros autores, era a de contribuir para a formação de uma consciência nacional, um instrumento da educação do povo, o que era consonante com a missão civilizadora do romantismo. Enquanto Magalhães “militava” na escrita, Porto-Alegre, seu amigo também escritor, mas também pintor, traduzia em imagens os valores indianistas em seus quadros. E ao descrever a contribuição do autor de “Confederação dos Tamoyos” e a de Sr. Irineu, o Visconde de Mauá, Porto-Alegre classificou-os como “dois homens civilizadores”.

Trazer esta análise do poema de Gonçalves de Magalhães é importante para refletirmos

²⁸ Ibidem, p. 129.

²⁹ VARHAGEN apud PUTONI (1996)

sobre ideais que inspiravam os autores românticos em geral: a missão de civilizar o país, através da construção do um “mito fundador” que serviria de alicerce à identidade nacional. Os parâmetros de Magalhães - no que se refere à sua contribuição para a ideia de “mito fundador” – estão pautados na questão geográfica. Para ele, a pátria é representada pela terra em que se vive. O patriotismo não era regulado por dimensões raciais, e sim pela terra. Assim sendo, não faziam sentido a Magalhães as críticas que lhe foram imputadas e que se referiam a questões raciais: que Aimbire, por ser indígena, não se encaixaria no papel de herói, para exemplificar. Independentemente das polêmicas travadas entre os expoentes do romantismo e do indianismo, uma vez que existem diferenciações internas consideráveis, e que precisam ser lembradas – como nos chama a atenção Antônio Candido ao abordar as três gerações que compuseram o movimento romântico – para além das singularidades, cabe ressaltar que esses autores vivenciavam um contexto histórico específico que perpassa suas obras. Ao realizar um estudo histórico sobre o desenvolvimento do pensamento político no Brasil, Weffort destaca que as primeiras décadas do Segundo Reinado foram marcadas por um maior destaque aos temas culturais e políticos, a despeito da lentidão das questões sociais e econômicas³⁰. A Coroa e as elites que influenciavam os rumos do Império ansiavam forjar uma identidade cultural para o país. Isto se dava de maneira tão intensa que a própria figura do Imperador estava envolvida neste esforço, seja como apoiador, seja tendo voz ativa. Temos exemplos disso quando nos lembramos que o poema de Magalhães teve financiamento da Coroa e que o Imperador saiu em defesa desse poema na ocasião das críticas lançadas por Alencar.

A mistura de literatura e política parecia inevitável³¹. A influência francesa era bastante intensa, o que não é de se espantar, uma vez que intelectuais brasileiros passaram períodos razoáveis de suas vidas em Paris. Ricupero aponta que Esteban Echeverria e Gonçalves de

³⁰ Ver WEFFORT, F. **Formação do pensamento político brasileiro: Idéias e personagens**. São Paulo: Ática, 2006, p. 189.

³¹ Ibid.

Magalhães são os fundadores do romantismo na América Latina³². Tiveram acesso ao debate intelectual que se travava àquela época na capital francesa, no contexto do final da Restauração e início da Monarquia de Julho. A forte influência parisiense não se dá apenas entre os que lá estavam. Na cidade do Rio de Janeiro e na capital argentina os livros franceses eram aguardados com ansiedade.

François-Auguste-René de Chateaubriand (1768-1848) foi um dos protagonistas da difusão de referências entre autores românticos brasileiros. Foi ele o autor de uma das obras que inspirou o romantismo francês, que surge como uma resposta ao novo mundo que se inicia após a Revolução. Apesar de Chateaubriand estar entre autores que são melhor localizados na fase de transição entre a Ilustração e o Romantismo, a nostalgia de suas obras lança o olhar a um tempo em que as “garras” do absolutismo não mencionavam ainda suprimir as liberdades, e tal busca de refúgio em tempos longínquos solidifica-se como uma das características do movimento romântico. Os franceses passaram a ter grande interesse pela arte grega, por exemplo.

Outra forte característica do romantismo francês é a valorização da particularidade em oposição à valorização da universalidade. Havia uma forte busca da diversidade, uma ideia que causou uma forte repercussão na América Latina. Benjamim Constant deu fôlego a este debate ao discutir as especificidades das concepções de liberdade para Antigos e Modernos. Na América Latina, essa diferenciação se fez significativa. Nessa região vivia-se o fim de seu Antigo Regime. Assim como na França, sentia-se a necessidade de buscar novas bases para a nação. Na Europa isto se dava em função da derrubada dos reis; na América, por sua vez, na maior parte dos casos isso ocorria em função dos países serem nações recém-independentes e desvinculadas de suas metrópoles – o que não se desenrolou da mesma maneira no Brasil, onde, como já é sabido, a figura de um monarca ainda vigorava. Na ânsia por essas novas

³² RICUPERO, Bernardo **O Romantismo e a Idéia de Nação no Brasil (1830 - 1870)** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2004, p. 46.

bases, nas terras europeias travaram-se intensos debates acerca da origem do povo que compunham essas nações. Henri de Boulanvilliers afirmava que “os nobres seriam descendentes dos conquistadores francos, que teriam se sobreposto ao restante da população, de origem gaulesa.” (RICUPERO, 2004, p. 59). A temática do “povo” é colocada em pauta por parte dos românticos brasileiros também; contudo, seletivamente, excluindo a população negra da composição étnica até então rascunhada. Tal ponto carece de uma análise mais detalhada, e certamente não chegaremos a esgotar esta questão na oportunidade deste estudo. No entanto, ao analisarmos as “Cartas sobre a escravidão”, de autoria de Alencar, será possível olhar de maneira mais próxima esta problemática.

Ainda seguindo a reflexão acerca das bases francesas do romantismo e de sua influência na América Latina, a natureza política desse romantismo é essencialmente conservadora. Ricupero lembra que, por mais que existam românticos liberais e conservadores, os temas elencados: “busca da diversidade, valorização da Idade Média e do cristianismo -, sua postura filosófica básica, de elogiar a emoção em detrimento da razão, e a atitude crítica em relação ao nascente capitalismo, são, além do mais, eminentemente conservadores.” (RICUPERO, 2004, p. 62) Entretanto, não fortuitamente, entre românticos latino-americanos, a influência que mais se fez sentir foi a dos românticos europeus liberais, que previam uma conciliação entre o novo e o antigo. Na América Latina, essas ideias se mostraram bastante convenientes. Nada mais interessante do que manter a estrutura econômico-social, mudando-se as formas políticas e culturais. O clima de conciliação é a tônica geral que observamos em diversas oportunidades no Brasil do Segundo Reinado, em que arranjos são estabelecidos: na política, entre os Partidos Conservador e Liberal; e na cultura – o poema de Magalhães, que veicula a união de indígenas com brancos; Alencar, com o romance “O guarani”, no qual Peri e Ceci ficam juntos, simbolizando a união entre brancos e indígenas, novamente: a síntese trôpega da composição étnica do país -, ambos os exemplos servem para sugerir o quanto podem ter sido profícuas as sementes lançadas pelo romantismo europeu. Em suas cartas sobre a escravidão,

o que não faltam são referências de Alencar a Chateaubriand. Menciona-o como um grande sábio, na oportunidade em que se posiciona contrário à abolição, mesmo que gradual, dos escravizados no Brasil. Recorre às palavras do escritor francês na seguinte oportunidade: “Bem o exprimiou o ilustre Chateaubriand na máxima severa com que estigmatizou essa hipocrisia social – “A filantropia”, disse ele a propósito do tráfico de africanos, “é a moeda falsa da caridade³³””.

A missão do romantismo na Europa e na América latina assumiu contornos ambíguos nos dois continentes, sendo construtora e destruidora, nos dois casos. Considerou que era necessário por fim a antigas formas políticas, estéticas e de pensamento, substituindo-as por formas novas. A problemática que intrigava escritores latino-americanos naquele contexto era averiguar o desempenho das ideias europeias fora do seu lugar de origem. Ricupero enfatiza, entretanto, que as duas realidades, apesar de terem como semelhança o fato de fazerem parte de uma mesma economia capitalista, têm configurações sociais bastante distintas. O trabalho assalariado no cone sul não era uma realidade. Assim, o liberalismo assume um caráter de ideologia falsificadora da realidade. A liberdade tinha suas restrições, tendo em vista que estamos falando de países em que vastos grupos de sua população, além de não serem considerados como parte de seu povo, eram mantidos escravizados. Ficamos diante de uma rica peculiaridade: um sistema de ideias que foi desenvolvido em uma realidade em que ocorria o capitalismo de fato, com a existência de um proletariado – “trabalho livre” -, é reproduzido em uma situação em que não se tem propriamente um capitalismo. A adoção de seus ideais passa a operar de maneira a favorecer a existência do capitalismo, e mais especificamente de uma forma desse sistema econômico, em que o uso da mão de obra escrava foi interessante para o acúmulo do capital. Logo, são adotados alguns aspectos desse romantismo, apenas. A faceta mais carregada de aspectos críticos, seletivamente, é relegada

³³ PARRON, Tâmis (org.) Alencar, José de **Cartas a favor da escravidão**. São Paulo: Hedra, 2008, p. 61.

ao segundo plano, aparecendo de maneira discreta.³⁴

Concluindo, esses são alguns dos principais pontos do movimento romântico que podem iluminar nosso ponto aqui em questão, que seria elucidar a trajetória de José de Alencar, sugerir pistas para a compreensão de seus posicionamentos políticos, e especialmente no que se refere à sua postura diante da escravidão. Certamente existem diversos outros aspectos bastante importantes sobre o romantismo e os seus desdobramentos sociais, políticos, artísticos, especialmente quando se atenta para o fato de que estas facetas todas compõem um complexo que precisa e deve ser analisado meticulosamente. Os limites deste trabalho não permitem este nível de detalhamento, e este não é, também, o seu propósito. O recorte realizado até o momento, no entanto, servirá como base para localizar o estudo das polêmicas em que Alencar se envolveu e que serão discutidas no capítulo que se segue.

³⁴ RICUPERO, op. Cit., p. 81.

CAPÍTULO II – Alencar em ação: posicionamentos e polêmicas

Como já foi pontuado, debater era uma das atividades que Alencar não dispensava. Discorreu sobre teatro, literatura, e política. Angela Alonso observa que esses debates - mais do que discussões superficiais, a despeito de, em alguns momentos, despencarem ofensas pessoais - consistem em um “sistema de polêmicas” através das quais são discutidos projetos políticos. Um exemplo disso ocorreu na polêmica travada com Joaquim Nabuco, em que dois projetos nacionais antagônicos estavam em jogo.

Suas reflexões sobre política fizeram com que atualmente sua obra seja revisitada, de maneira que a leitura sobre a mesma se dá sob o viés de apreender a sua teoria política. O célebre texto introdutório de Wanderley Guilherme dos Santos intitulado “A teoria da democracia proporcional de José de Alencar” à principal obra política de Alencar, *O sistema representativo*, nos informa a cronologia das obras políticas que o escritor romântico e político assume³⁵, listadas abaixo:

“Ao imperador. Cartas políticas de Erasmo, Rio de Janeiro, Garnier Editor, 1865 (incluído em *Obras Completas de José de Alencar*, Rio de Janeiro, Jose Aguilar Editores, 1960, Volume IV).

Os partidos políticos (páginas de atualidade), opúsculo, Rio de Janeiro, Tipografia de Quirino e Irmão, 1866.

Ao povo. Cartas políticas de Erasmo, Rio de Janeiro, Tipografia de Pinheiro e Co., 1867.

O sistema representativo, Rio de Janeiro, Garnier Editor, 1868;

Discursos proferidos na Câmara dos Deputados e no Senado na sessão de 1869, São Luiz, Topografia de José Mathias, 1869;

Discursos proferidos na sessão de 1871 na Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, Tipografia Perseverança, 1871.

Reforma Eleitoral, discursos proferidos na Câmara dos Deputados durante a sessão de 1874, Rio de Janeiro, 1874 (sem indicação de editor ou tipógrafo)³⁶.

Das obras acima, dar-se-á ênfase à obra “O sistema representativo” pelo fato de ela não ser uma coletânea de discursos, e sim uma obra pensada por inteiro, como nos sinaliza

³⁵ SANTOS, Wanderley Guilherme dos Dois escritos democráticos de José de Alencar: Sistema representativo, 1868; Reforma eleitoral, 1874. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1991, p.12.

³⁶ Ibid.

Sistema Representativo – 1868

Além de indicar a natureza da escrita da obra “O sistema representativo”, sendo uma obra pensada por inteiro, Santos nos fornece diversas informações contextuais fundamentais para compreendermos o momento em que Alencar produziu suas ideias que compuseram uma das mais importantes peças de reflexão política produzidas no século XIX tendo como características a originalidade e a inventividade, segundo o próprio Wanderley³⁷.

Sobre as referências, Stuart Mill é um interlocutor importante para José de Alencar. O contexto político da Inglaterra que fomentou a escrita de Mill guarda algumas semelhanças com a situação brasileira e serviu como ponte para o político cearense. Havia prevalência de oligarquias regionais, currais de votos, banditismo político, corrupção, fraude e podridão³⁸. Não havia regulamentação sobre quem podia votar, quem podia ser votado ou como deveria ser supervisionada a contagem dos votos. Também não se sabia como deveriam ser traduzidos os votos em número de cadeiras parlamentares. Esta problemática continuou a mesma até o ano de 1859, quando Thomas Hare publica um tratado em que defende a adoção da fórmula proporcional, e foi imediatamente apoiado por John Stuart Mill. Esse sistema partidário e eleitoral também conhecido como *rotten* (podre) sofrera mudanças profundas e variadas, no período de 1832 a 1885, tendo em vista moralizar os costumes e prática políticas, tendo em vista derrubar barreiras significativas à participação política tais como a redução de renda e idade para homens – mulheres teriam direito de votar apenas a partir de 1928. Apesar da adoção das novas medidas para aumentar o corpo do eleitorado ter surtido efeitos modestos, saindo dos 2,7% da população britânica e indo para os 6,4%, Santos vê com otimismo os efeitos morais dos ajustes:

³⁷ Idem, p.14.

³⁸ Idem, p. 9.

“É igualmente salutar saber que mofinos ambientes sócio-políticos, para dizer o mínimo, não inviabilizam de modo radical o surgimento de vida inteligente, tal como o *rotten system* inglês não esterilizou John Stuart Mill, entre outros, e nem à mesma época o sistema escravocrata brasileiro amesquinhou, entre outros, José de Alencar” (SANTOS, W. G., p. 11, 1991)

Com este olhar otimista com relação aos posicionamentos alencarinhas, Santos identifica um ponto de encontro entre a situação analisada por Alencar e a analisada por Mill. No Brasil também ocorria uma reduzida participação, com uma grande quantidade de barreiras à entrada, voto censitário, fraude, corrupção, intimidação, ausência de partidos efetivos, escassa institucionalização política. No ano de 1871, Alencar escreve um texto introdutório a seus discursos daquele ano defendendo uma monarquia democrática. Critica o poder pessoal do imperador, pois abominava o despotismo.

A despeito do olhar positivo com o qual Wanderley Guilherme dos Santos trata as ideias de Alencar, Rizzo nos traz outra faceta. A obra “O sistema representativo” não gozou de uma boa recepção entre leitores como Joaquim Nabuco e Tobias Barreto. Barreto classificou-a como “superficial”, enquanto o primeiro acusou Alencar de não ser mais do que um retórico, incoerente crônico no que se refere à reflexão política – “Não há leitura mais triste do que a das obras políticas do Sr. J. de Alencar”. (NABUCO apud RIZZO, 2010). Segundo Rizzo, tais argumentos, mais do que manifestarem um ponto de vista autoral, sintomatizavam questões pelas quais passava o debate público do final do século XIX no Brasil. Barreto acusa a “superficialidade” da obra devido à ausência de elementos sociológicos que a Escola de Recife, chefiada pelo mesmo, elegia como critérios da ciência, “e aos quais atribuía profundidade teórica³⁹”. Da parte de Nabuco, os principais pontos de divergência com Alencar se referem à questão da escravidão como lei do país e da mestiçagem como marca da singularidade nacional.

Retomando o tema das referências, uma das principais ligações entre o trabalho de Alencar e o realizado por Mill é a preocupação com a representação das minorias, um tema

³⁹ RIZZO, R. Sobre rochedos movediços: deliberação e hierarquia no pensamento político de José de Alencar. São Paulo: Hucitec, 2012, p. 55.

bastante contemporâneo⁴⁰, e que já aparece em artigos de jornais escritos pelo político cearense em 1859. Mesmo existindo um parentesco entre ambos os autores, Wanderley compreende que a obra de Alencar em questão apresenta-se muito mais complexa e metafísica do que a do escritor inglês, por propor um argumento também sobre a origem do governo e da sociedade, por considerar que ele é essencial para se justificar o tipo de sistema representativo proporcional.

Outro autor que apresenta um ponto de diálogo com Alencar é Tocqueville. Ambos operam uma permanente interação entre política e sociedade, buscando conectar ideias às suas práticas. A reforma eleitoral que Alencar passa a defender em “O sistema representativo” está relacionada com as suas ideias, com a sua teoria; existe o exercício de promover o diálogo entre a teoria e prática. O político cearense recorre a uma citação de Tocqueville ao criticar a situação do sistema representativo nos Estados Unidos da América, onde a situação configurada é a de que a maioria exerce um poder imenso sobre a minoria.

Justamente buscando refutar a ideia de que um governo democrático representativo seja um governo em que a maioria esmague a minoria é que Alencar escreve o “Sistema representativo”. Esta obra dá o alicerce teórico para a proposta de reforma eleitoral que o político cearense havia elaborado, através da qual seria possível, segundo ele, regenerar a vida pública de um modo geral, da imprensa ao parlamento. A obra foi escrita com vistas a evitar um “excesso de materialismo na política”, ponto elaborado por Tocqueville. Ambos criticam um materialismo do qual a política poderia vir a padecer. José de Alencar explica:

A reforma eleitoral é o ponto para onde com razão convergem mais frequente as meditações daqueles que sobrepõem a questão política á questão material, o espirito ao corpo. Sem desconhecer a importância da prosperidade nacional, entendem esses

⁴⁰ Um exemplo da contemporaneidade do tema da representação da minoria pode ser encontrado na obra de Robert Dahl, uma vez que seus argumentos principais giram em torno da questão da possibilidade da “oposição pública” bem como da democratização no seu aspecto inclusivo, o que ele desenvolve em **A poliarquia**, São Paulo: EDUSP, 1997. Em seu estudo sobre a teoria política de Alencar, Rizzo (2010) também menciona a teoria de Robert Dahl, através do seguinte apontamento: “Para Robert Dahl, a concepção organicista do bem público recupera a metáfora do corpo, pela qual a verdadeira vontade nacional é mais do que a soma dos interesses de cada um dos membros, resultando antes a sua interação (cf. *La democracia y sus críticos*, p. 91)” (RIZZO, 2010, p. 58, nota de rodapé.)

que um estado não pode bem desenvolver-se quando seu organismo sofre.
(ALENCAR, J., 1868, p. 7)

Para Rizzo, a oposição “espírito” X “material” possivelmente é utilizada dentro dos termos que Tocqueville propõe. Para este, era necessário que se dê a devida atenção ao sistema político, para que se evite o materialismo como metodologia e manifestação social. (GALVÃO apud RIZZO, 2010, p. 55)

Quanto à organização das ideias de Alencar em “O sistema representativo”, a obra é dividida em três livros: O livro I intitulado “Da representação” contém a sua teoria; já o livro II, com título “Do voto” e o Livro III, como o título “Da eleição”, têm ambos o objetivo de comprovar a teoria exposta no livro I.

Tendo em vista que o objetivo deste estudo é analisar os fatores que influenciaram o posicionamento de Alencar favorável à manutenção da escravidão, os argumentos principais para esta reflexão que serão analisados com mais cuidado serão os que estão expostos nos capítulos um, três e cinco do livro I do “Sistema Representativo”.

Com relação ao conteúdo deste Livro, o primeiro capítulo trata do “Falseamento da representação”, oportunidade em que ele discorre sobre as fragilidades que enxerga no sistema representativo. O segundo aborda a forma Antiga da democracia vivenciada entre gregos e romanos. Sua doutrina sobre a democracia representativa é desenvolvida no terceiro capítulo; o quarto capítulo expõe a discussão sobre novos sistemas eleitorais adequados à democracia proporcional, rejeitando-os. O livro é encerrado com o quinto capítulo que aborda a genuína representação.

Falseamento da representação

No primeiro capítulo, ao discorrer sobre o falseamento da representação, Alencar realiza uma análise da natureza do governo representativo remontando às suas origens. Após o domínio do absolutismo na Europa, que ocorreu por mais de seis séculos desde o feudalismo,

o advento do governo representativo na Inglaterra e seu alastramento por diversos países foi visto com bons olhos. Apesar de gozar de uma boa imagem e de ser amplamente conhecido como eficiente, o político cearense argumenta que este sistema de governo necessita de sucessivos melhoramentos, pois estaria ainda longe da excelência. O título da representação estava sendo dado a algo que, de fato, não o era.

O alicerce do governo representativo tem suas raízes no princípio da delegação da soberania. O povo exerce o poder através de mandatários e apenas conserva o uso próprio do direito constituinte.⁴¹ Os eleitores elegem homens:

[...] que devem exercer a porção de soberania necessária para a direção do estado. Essa eleição vence-se em escrutínio à maioria absoluta ou relativa de votos. O domínio exclusivo da maioria e a anulação completa da minoria; eis portanto o pensamento iníquo e absurdo sobre que repousa atualmente o governo representativo. (ALENCAR, 1868, p. 14.)

A supremacia da maioria é longamente criticada. Ele busca as bases para seus argumentos na Grécia Antiga, ao lembrar que com frequência o povo era convencido por demagogos que diziam se pautar por valores nobres como a justiça e a verdade, quando, na prática, estavam implantando a tirania da maioria. Para Alencar, a “república moderna esmaga a minoria, depois de reduzi-la ao silêncio. Cria formas que mantém a tirania popular e dificulta generosos impulsos da plebe.”⁴² Através das práticas do sistema representativo, o povo teria o poder de fazer o mal, não o bem, de acordo com ele. Como um exemplo do vício deste sistema, o autor aponta os Estados Unidos da América por ser um lugar onde a maioria seria onipotente, e, por conseguinte, déspota. A opinião teria um poder de gerar uma opressão tal que leva a uma intolerância bastante significativa, sendo, até mesmo, uma característica do próprio país. Tal intolerância fica totalmente visível ao estrangeiro, mas invisível ao nativo estadunidense. A divisão do poder em três – executivo, legislativo e judiciário – ocorre de maneira aparente. A autoridade fica reduzida à função de obedecer ao que foi demandado pela

⁴¹ Cf. SANTOS, *idem*, p. 29.

⁴² *Idem*, p. 15.

maioria, sujeitando-se aos seus caprichos, dando vida a uma situação de “prepotência da multidão⁴³.”

Sendo conhecido como um país modelo no que se refere à liberdade de imprensa, o que se observaria na prática não era condizente com a fama. Aquele que quisesse sustentar argumento diferente ao da maioria correr o risco de morrer em função de suas opiniões. Para este exemplo, Alencar menciona que “aquele que pretendesse sustentar em New York o direito da Confederação do Sul talvez corresse perigo de vida, e não publicasse tranquilamente seu diário”. Devido a essa condição precária para a manifestação de ideias contrárias às da *mainstream*, esta minoria se vê em uma situação delicada. A maioria intolerante sufoca-a, utilizando-se de estratégias variadas, desde a desmoralização até à dizimação em praça pública. Desnecessário argumentar o quão distante de valores democráticos está este *modus operandi*.

Por outro lado, diferente vício se configura na Inglaterra, onde o inverso ocorre: a minoria detém o poder sobre a maioria. O direito ao voto é restrito, configurando um quadro em que certos depositários do poder permaneçam ali à sua vontade. Novamente, algo que vai de encontro ao propósito de um governo: é o menor número que domina a totalidade⁴⁴. Em ambos os casos o que ocorre é a usurpação de um direito. Os dois países, denuncia o autor, padecem de um desequilíbrio de forças, de anomalias, e deixam de constituir um governo justo e racional. Geralmente o que se faz para tentar melhorar esses sistemas falhos são medidas paliativas. De acordo com Alencar, fabrica-se uma monstruosa construção que, surpreendentemente, é mantida pelo costume, mas que não tem base. Ao invés de procurarem as raízes do mal, realizam esforços para manter algo falho funcionando.

A evolução das sociedades não permitiria mais um sistema assim. O progresso abriu

⁴³ Idem, p. 16.

⁴⁴ Idem, p. 17.

“novas esferas à ciência⁴⁵”. O governo da maioria é falso e absurdo, atentando contra a razão. José de Alencar resume o cerne de sua crítica ao Sistema Representativo tal como ele se apresentava através de dois pontos. Ele argumentava que o vício deste Sistema, o de o poder da maioria sufocar o da minoria, se dava a partir de dois fundamentos: do fato de a maioria deduzir seu direito da força material ou da força jurídica. Da força material como um elemento coercitivo essencial para a execução da lei; da força jurídica porque a maior quantidade de pessoas garantiria mais força para a efetivação de direitos. Se a força material se constituir como um fator legitimador do poder, isto resultaria em uma desgraça, pondera o autor. A minoria poderia chegar a governar desde que pela riqueza. Seguindo esta lógica, “o despotismo da realeza ou da aristocracia seria um governo legítimo e justo⁴⁶.” O segundo fundamento, aparentemente, não materializaria uma forma injusta. Alencar rebate esta ideia com o argumento de que dois direitos não podem valer mais que um. Esta racionalidade seria repugnante ao espírito humano. Para ele, uma vez que se toma como consistente o princípio de que o maior valor de um direito ocorre em função da sua quantidade, a justiça passaria a ser uma questão de número; “a própria constituição política, actualmente consagrada e deduzida daquelle dogma, ficará derrocada. É o caso em que a conclusão mata a premissa⁴⁷”. Exemplifica que entre o Brasil e a Inglaterra, por exemplo, a Inglaterra teria mais direitos que o Brasil por ser uma nação com 50 milhões de habitante à época, enquanto o Brasil possuía apenas 10 milhões. Em suma, o autor encerra este capítulo afirmando que aplicar a quantidade para se decidir em termos de direitos é um grande erro por suprimir a individualidade humana através de uma personalidade coletiva.

Democracia representativa

O reconhecimento de que não seria possível manter o *modus operandi* da democracia

⁴⁵ Idem, p. 18.

⁴⁶ Idem, p. 19.

⁴⁷ Ibid..

antiga no contexto moderno é o ponto de partida. A deliberação que antes se dava de maneira direta passou a demandar a forma indireta ou representativa. A questão é que, para Alencar, este processo de transições provocou distorções à representação no momento em que se assume o governo da maioria, retomando a assertiva que marcou todo o primeiro capítulo do livro I. A maioria não seria capaz de representar a totalidade de uma nação, e este raciocínio é apresentado como uma anomalia. A verdadeira noção de democracia entende que as forças devem estar proporcionalmente representadas, de modo que haja um equilíbrio de forças:

Restabelecida, porém, a verdadeira noção de democracia, a representação toma imediatamente outro e nobre aspecto. Residindo a soberania solidariamente em toda a nação e formando-se da consubstanciação de todas as opiniões que agitam o povo, é evidente que um país só estará representado quando seus elementos integrantes o estiverem, na justa proporção das forças e intensidade de cada um. (ALENCAR, J., 1868, p. 36)

Seguindo a elaboração de seu diagnóstico acerca dos caminhos assumidos pela democracia moderna, José de Alencar observa que a representação passou a ser delegação. Os deputados, por exemplo, ficam restritos à tarefa de expressar a opinião da maioria de seus eleitores – despotismo da maioria. Entretanto, esta prática se voltaria contra essa própria maioria em casos de países em que o parlamento vence uma eleição, e, depois de certo tempo, muda sua posição. Uma maioria passa a ser comandada por uma minoria, enquanto o resto da nação continua mantendo as convicções que resultaram na primeira eleição. Descreve o parlamento como representante da maioria, e não como representante da nação. Somando-se a esse, não faltam exemplos que são utilizados pelo autor para reiterar sua tese, algo que o autor faz incansavelmente.

Diferente da sociedade antiga, a sociedade moderna é marcada por questões políticas complicadas, que exigem estudos profissionais. A quantidade dessas questões também aumentou muito. Por este motivo, o autor argumenta que, na realidade, os representantes passam a assumir a própria faculdade intelectual de uma fração do país, não apenas uma representação da própria massa que o elegeu. Assim sendo, o papel do representante é

deliberar com lealdade em nome da opinião que personifica, e deve consultar as suas impressões. A justiça assim o exige: que o todo seja representado, para a formação da soberania.

A genuína representação

Admitindo que o problema da representação esteja na ordem do dia, José de Alencar desenvolve a exposição de um sistema novo, fruto de sua própria investigação, que pretende cientificamente válido. Caso contrário, entende que tais ideias não passariam de vã utopia. O caminho indicado é o de que as opiniões políticas de estado deveriam ser discriminadas, separando-se uma das outras. Desta maneira, cada partido gozaria de uma autonomia representativa, sem que houvesse intervenção, através da qual elegeria uma quantidade de representantes proporcional à “fração de soberania nelle residente.”⁴⁸

Visando sustentar sua defesa, apresenta um exemplo numérico. Caso um país tivesse cerca de 2 milhões de habitantes, e supondo-se que a cada 50 habitantes houvesse um eleitor, totalizando 40 mil eleitores. Proporcional à quantidade de votos por partido deveria ser a quantidade de representantes deste mesmo partido no parlamento. Dentro do sistema em vigor no contexto da escrita do texto de Alencar, ele argumenta que caso algum dos partidos se destacasse, devido ao fato deste partido não poder viver isolado, ele seria obrigado a sucumbir a uma “apostasia indecorosa” ou ao “parasitismo de opiniões adversas”. O verdadeiro sistema não deveria permitir isto. O fato de um partido ter obtido um quantidade de votos que constitua uma fração representável já deveria garantir o direito deste partido poder enviar seu órgão ao parlamento, e este direito não poderia ser violado. A cota seria uma simples medida da competência representativa considerada na coletividade, segundo o autor. Cada eleito não seria exclusivo representante de seus votantes, mas sim de toda a opinião coletiva.

⁴⁸ Idem, p. 64.

Assim sendo, o poder individual dos que elegem diminui de intensidade, e a pressão que se exerce sobre o representante é amenizada. Através dessa prática o deputado deveria ter fidelidade aos interesses que constituíram seu órgão, conservando a liberdade plena de pensamento, na defesa dos interesses do partido.

O autor fecha este capítulo argumentando que entende que as objeções seriam naturais, inclusive devido ao fato de ser comum o hábito de se erguerem barreiras contra inovações, entretanto, comprometeu-se em explorar meios práticos de “remover quaisquer inconvenientes, que por ventura produza a reforma em começo.

É intrigante a imagem de Alencar que brota das linhas de “O sistema representativo”, especialmente pelo que se tem na finalização do “A genuína representação”. O autor se mostra disposto a encarar possíveis contrariedades que pudessem brotar da aplicação das modificações que sugeriu. A presença da palavra “inovação” neste trecho chama ainda mais a atenção, especialmente quando se pensa que ao escrever as cartas direcionadas ao Imperador em que defende a escravidão, Alencar tem como sua tese central que a sociedade passa por fases específicas de desenvolvimento que não podem ser ultrapassadas. A abolição da escravidão, mesmo que gradual, poderia ferir os princípios do desenvolvimento da sociedade. Se a escravidão ainda existia como instituição na sociedade brasileira, isto seria porque ela ainda precisava da mesma, porque o estágio de desenvolvimento da América ainda precisava dela. A pergunta que não escapa ao leitor atento é: Como poderia o mesmo Alencar parecer tão progressista e tão conservador? Cronologicamente, tem-se que a obra “O sistema representativo” é do ano de 1868, enquanto que “Ao imperador: novas cartas políticas de Erasmo” foram escritas um ano antes, em 1867, não existindo uma distância considerável entre as duas produções. Para deixar o debate ainda mais inusitado, Alencar era totalmente contrário ao voto censitário, argumentando que a propriedade não poderia ser o fundamento da soberania, e uma parte dos cidadãos ficaria excluída da vida política. Quando se pensa que

tais posicionamentos são incompatíveis, o próprio Alencar expõe as motivações em questão e que fazem com que se entenda a harmonia existente posições, que, em um primeiro olhar, parecem díspares: “É a exclusão censitária que pode unificar a ação da plebe em torno de um objetivo comum, transformando-a em matéria bruta que é para a revolução.⁴⁹” Rizzo defende que tal assertiva contém um pressuposto sociológico que deve ser melhor avaliado.

O sistema político baseado na representação proporcional, possui essa importante propriedade de sublimar os conflitos econômicos e restituir à sociedade a sua ordem natural, determinada por afinidades econômicas naturais que extrapolam a oposição básica entre “indigência” e “propriedade”. Isso porque, para Alencar, existe uma comunhão natural dos interesses da classe ilustrada e da plebe, apenas secularmente turvada pela imperfeição das instituições políticas que sonegavam à classe indigente a legítima participação. (RIZZO, 2010, p. 68)

A sociologia das classes subalternas feita por Alencar vai mais longe. Para ele, a classe política ilustrada, abastada, é a classe dirigente da economia do país. À plebe cabe a função de depender dessas classes abastadas, e por este motivo, naturalmente amariam a ordem, repudiando a desordem, uma vez que as desordens sociais fariam com que o trabalho ficasse escasso, bem como os salários. Colocando em outros termos, “plebe” e “classe ilustrada” têm os mesmos interesses, de maneira que ambos depreciam conflitos. Rizzo encontra em Spencer um conceito sociológico muito próximo ao que foi desenvolvido por Alencar, conceito este que ainda viria a ser desenvolvido por Spencer anos posteriormente às publicações do autor cearense; tal conceito seria o de integração, em que se entende que setores cada vez mais amplos da sociedade se conectam de um modo que os coloca em dependência recíproca. (RIZZO, 2010)

Estes apontamentos nos remetem a reflexões relevantes referentes ao jogo de forças que se materializam nos posicionamentos de Alencar. Sabe-se que o fato do pertencimento ao Partido Conservador não pode ser lido de maneira mecânica no que se refere aos seus posicionamentos. Em suma, o Partido Conservador guarda em seu seio divergências sobre questões fundamentais de forma que não existe uma consistência unilateral sobre as questões

⁴⁹ Idem, p. 88.

públicas mais essenciais daquele período. Entretanto, percebe-se que as ideias de José de Alencar que pareciam distanciar-se drasticamente dos fundamentos conservadores, na realidade operam apenas modificações de termos. Basicamente, a questão da participação efetiva da população mais pobre deveria se manter intacta, uma vez que ela deveria se dar por meio de representantes visando evitar a perturbação social decorrente de uma possível revolta popular em função da sua exclusão do jogo político. O que poderia aparentar dissonante com os valores conservadores não poderia ser mais harmônico com os mesmos.

Debate com Araújo Porto-Alegre

As críticas que compõem este debate entre Alencar e Porto-Alegre vão mais no sentido das questões estéticas e poéticas do romantismo do que das questões políticas e sociais. Por este motivo, faremos apenas uma breve apresentação do conteúdo da primeira carta trocada entre Alencar e Porto-Alegre, visando ter noção dos contornos que essa discussão acalorada assumiu. Tem-se como parâmetro a ideia de acompanhar a cronologia do envolvimento de Alencar com polêmicas diversas, com o objetivo de conhecer alguns de seus argumentos no que se refere a este debate.

A polêmica que se travou entre Araújo Porto-Alegre e Alencar foi das mais famosas já existentes no Brasil⁵⁰. Contextualizando suas motivações, ela se desenrolou em função da publicação do poema épico de autoria de Gonçalves de Magalhães, no ano de 1856, o “Confederação dos Tamoios”. Consistia em uma tentativa de epopeia, tentativa que preocupava toda a primeira geração romântica brasileira, de maneira especial a três de seus expoentes: Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto-Alegre e Gonçalves Dias. Alguns autores apontam que a principal relevância da publicação do poema de Magalhães se dava mais no sentido histórico-social do que poético. (BUENO & ERMAKOFF, 2005) Para Antônio

⁵⁰ Vide BUENO, Alexei; ERMAKOFF, George. **Duelos no serpentário: uma antologia da polêmica intelectual no Brasil, 1850-1950**. Rio de Janeiro: G. Ermakoff, 2005, p. 18.

Candido, que foi mais longe na crítica, a preeminência do mesmo se dava mais em função do favoritismo do imperador do que pelas qualidades do literato.

O fato é que Alencar assinou como “Ig” as cartas apontando suas críticas ao poema, de maneira irônica: “Ig” era a abreviação do nome de uma das personagens do poema de Magalhães: “Iguassu”, o que é anunciado pelo próprio Alencar; e foram publicadas no jornal *Diário do Rio de Janeiro*. As críticas aos versos escritos por Magalhães e financiados pelo Imperador soaram como uma crítica ao próprio Dom Pedro II. É aí que entra Araújo Porto-Alegre: ele é um dos amigos do Imperador que sai em defesa do poema de Magalhães. Dom Pedro II saiu em busca de apoio, e recorreu a nomes de peso do momento: Monte Alverne, Varnhagen e Gonçalves Dias. Ironicamente, Varnhagen, mesmo que de maneira discreta, também criticou o poema. Além do imperador, Magalhães foi defendido por Alverne e Araújo Porto –Alegre.

Primeira carta de Alencar – 18 de Junho de 1856:

Sobre a primeira crítica, a mesma aparece relacionada ao “ânimo” expresso nos versos. Alencar argumenta que eles deveriam ser mais entusiasmados e mais poéticos ao descrever as riquezas naturais, logo no início do poema. Ele entende que falta um “que quer que seja, essa riqueza de imagens, esse luxo da fantasia que forma na pintura, como na poesia, o colorido do pensamento, os raios e as sombras, os claros e escuros do quadro”⁵¹. O escritor cearense ainda completa que se fosse poeta a escrever sobre as belezas de seu país, pediria a Deus a inspiração para esquecer-se de suas ideias de homem civilizado e mergulhar em uma visão mais rica, como um “filho da natureza”. Conta que entraria nas matas e observaria o sol, a luz, o céu; ouviria os sons das florestas, e que, se ainda assim não obtivesse alguma inspiração digna, quebraria sua pena, mas não a “mancharia numa poesia menos digna de meu

⁵¹ Alencar, Jose in BUENO, Alexei; ERMAKOFF, George. **Duelos no serpentário: uma antologia da polêmica intelectual no Brasil, 1850-1950**. Rio de Janeiro: G. Ermakoff, 2005, p. 21.

belo e nobre país⁵²”.

Expondo uma das características mais marcantes do romantismo, a da valorização da natureza, Alencar segue enaltecendo-a, defendendo a ideia de que ela seria a maior inspiradora das poesias, como uma musa a quem se deve a elaboração de uma escrita que lhe seja digna.

“A natureza veste-se com as roupagens da arte e da civilização; e a natureza é como a Vênus afrodita, que saiu nua nos seios das ondas, e que as Graças não se animaram a vestir; a natureza saiu nua das mãos de Deus, e as mãos dos homens não podem tocá-la sem ofendê-la.” (ALENCAR apud Bueno & ERMAKOFF, 2005, p. 21)

Faltava a ideia de heroísmo e uma noção de grandeza que seria peculiar às epopeias, continuava a crítica de Alencar. Segundo ele, não se entra em um palácio real por uma portinha travessa. Utilizando-se dessa metáfora, Alencar quis deixar claro que um dos ingredientes essenciais de uma epopeia estava ausente ao “Confederação dos Tamoios”: como um poema épico, faltou “abrir para um quadro majestoso, por uma cena digna do elevado assunto que se vai tratar”. Ele lembra que os poemas mais conhecidos haviam se inspirado em grandes acontecimentos. O fato de o poema de Magalhães ter começado pelo episódio da morte de “um simples guerreiro indígena” seria incompatível com a natureza de um poema épico que, tradicionalmente, tratava de temas grandiosos, tais como os sentimentos de nacionalidade e religião, a descoberta do novo mundo, um grande infortúnio. A morte de um índio seria algo bem comum, um acontecimento trivial nos tempos de hostilidades entre os invasores e os indígenas, aponta Alencar.⁵³ O desejo de vingança a partir desse acontecimento não foi tão profícuo a seu ver. E sugere que seria melhor que outros sentimentos tivessem imbuído o poema – o sentimento nacional, a liberdade, o cativo dos índios.

Quanto à forma, analisa que a metrificacão está totalmente descuidada, e que isto pode ter se dado em função da predileção de Magalhães pela literatura estrangeira. Enfatiza que

⁵² Ibid.

⁵³ Ibid.

houve um abuso de hiatos e desalinho de frases que chegava a ofender a doçura da língua portuguesa. Diz que encontra defeitos de estilo, dicção, e que existem várias elipses repetidas. Alencar ainda chega a observar que um poema brasileiro, um verdadeiro poeta, não teria licença para estropiar as palavras, e fazer delas “vocábulos ininteligíveis, enfileirados em linhas de onze sílabas”.

Chega ao fim da epístola desculpando-se do tom familiar de que se utilizou para escrever a carta, e pedindo para que o interlocutor não reparasse caso ele tivesse sido severo em julgar a beleza de algumas descrições. Finaliza-a mencionando que seria uma espécie de anacoreta, vivendo em uma casinha de campo, lendo jornais pela manhã e jogando voltarete à noite. Durante o resto do tempo, argumenta, ocupar-se-ia com a leitura do “livro da natureza” – o sol, por exemplo, teria em cada um de seus raios um poema, “cada uma das centelhas de sua luz é uma brilhante poesia”.

Primeira carta de Porto-Alegre – 28 de Junho de 1856:

Assinando-as como “O amigo do poeta”, Porto-Alegre inicia sua defesa argumentando que nenhuma das críticas feitas por Alencar atinge mortalmente a obra debatida. Enfatiza que o crítico não teria visto no poema de Magalhães “nenhum ataque à religião, e nem tendências a desviar o verbo do Ipiranga.” Argumenta que o amigo teria observado todas as conveniências na confecção de seu poema, e que o crítico não teria dado atenção a isto. Se o avaliasse nesse sentido, a crítica teria sido uma análise muito mais proveitosa, completa.

Existe uma insistência de uma queixa contra o poema – a de que um lirismo seria inseparável de um poema, apontando a necessidade da existência da figura de uma mulher – argumenta Porto-Alegre, demarcando que não concordam com as críticas alencarianas quanto a isto. Chama esta queixa de “lirismo tão apetecido pela primeira idade do literato”, e explica que é possível que um poema seja “um primor de arte, um grande fato moral, um exemplo edificante, sem longas descrições eróticas, sem uma mulher formosa, e sem que a lua venha

alumiar as cenas de seus painéis⁵⁴”.

Para dar mais autoridade às suas assertivas, Porto-Alegre recorre ao exemplo do que vinha sendo feito pela poesia moderna. Alexandre Soumet, por exemplo, estariam pecando pela sua falta de lirismo. O grande feito de seus versos seria a riqueza dos detalhes, perfeição, brilhantismo, originalidade na forma. E lembra que tal ocorre entre outros poetas ainda, e que a existência da falta de igualdade e de equilíbrio seria corriqueira.

O próximo ponto de crítica a Alencar apontado por Porto-Alegre está na ideia de que a descrição demorada de uma mulher poderia dar valor a um poema. Se Magalhães não tinha se demorado no que diz respeito a este quesito, tal não configuraria um defeito capital, apenas uma omissão. E questiona: Onde estaria a mulher na obra de Camões? Ressalta que Magalhães apresentara um comportamento melancólico, um profundo filósofo, um patriota que, por amor a uma ideia nacional, teria deixado um lirismo erótico de lado. E arremata esta crítica deixando claro que ao lado dos guerreiros poderia haver uma mulher, mas nunca uma odalisca perfumada, a *lorette* de Paris, ou a heroína de baile, que ajusta a luva ao som da orquestra de Baguet⁵⁵.

Finalizando esta carta com a assinatura “*O amigo do poeta*”, Porto-Alegre aponta que “o crítico” poderia pedir ao “nosso amigo”, Magalhães, algo a mais na parte etnográfica, mas tradições, não. E completa: “Onde iria o poeta buscá-las além das que apresentou?”⁵⁶

A polêmica Nabuco-Alencar

Abordar as divergências existentes entre Alencar e Nabuco nos leva a encontrar pontos totalmente convergentes e divergentes entre ambos. Curiosamente, os dois tinham em comum a defesa da monarquia como forma de governo. Em contraste, Nabuco foi um abolicionista

⁵⁴ Idem, p. 41.

⁵⁵ Idem, p. 43.

⁵⁶ Ibid.

convicto, Alencar um anti-abolicionista não menos seguro de seu posicionamento. O debate de Alencar e Nabuco é bastante profícuo para a compreensão dos termos do debate público à época em questão. Alencar representava a velha geração; Nabuco, o pensamento de vanguarda, representante de um grupo de intelectuais que passaram a realizar a crítica da política imperial, a geração de 1870 - que Angela Alonso descreveu em sua obra como uma geração de intelectuais que marcou a história do pensamento social por ter realizado a apropriação e a reinterpretação de ideias na tentativa de pensar o Brasil⁵⁷.

Ou seja, a questão geracional entre Nabuco e Alencar pesava. Alencar era vinte anos mais velho que Nabuco. Nesse mesmo sentido, Rizzo argumenta que este debate também revela que: “o enfrentamento entre dois intelectuais, que resume também o enfrentamento entre duas gerações distintas no interior da classe dirigente do Império, já se inscrevia potencialmente na posição reativa de Alencar diante da abolição.” (RIZZO, 2010, p. 228)

Com relação à polêmica especificamente, o debate com Nabuco durou quase dois meses, tendo ocorrido entre 22/09/1875 e 21/11/1875, com publicações semanais de ambas as partes no folhetim “O Globo”. O estopim foi a discussão sobre a encenação da peça “O Jesuíta” escrita por Alencar e encenada para um público inexpressivo no Teatro São Luís, algo inusitado para a reputação de grande escritor de que gozava Alencar. Apesar do artigo de Nabuco versar mais sobre as qualidades de Alencar do que sobre os pontos fracos, este último ficou bastante incomodado com o fato de o primeiro ter mencionado a falta de espectadores e por ter exposto que achou a redação do texto antiga. Extremamente irritado, Alencar escreveu, apenas para inaugurar suas réplicas, uma série de quatro artigos que receberam o título geral de “O teatro brasileiro”. Manifesta-se contra a indiferença do público, e não esconde seu ressentimento e amargura diante da frieza com que se deparou. Nabuco dá seguimento à discussão a partir de três de outubro daquele ano, escrevendo uma série de sete artigos que recebiam o título de “Aos domingos”. A tréplica do político cearense vinha com o título de

⁵⁷ ALONSO, A. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

“As quintas”, também no número de sete, e que se seguiram até a data de 21 de Novembro de 1975. A polêmica teve uma grande repercussão à época, o que contrasta com a escassez de sua publicação em livro. Afrânio Coutinho foi o primeiro a reproduzir em um livro a “discussão” de Alencar com Nabuco, no ano de 1978, sob o título de “A polêmica Alencar-Nabuco”.

O ano de 1875 foi palco do embate entre duas concepções históricas, sociais e literárias. O Romantismo estava em crise em meados da década de 1870, sofrendo diversos golpes. Silvío Romero e a escola de Recife, por exemplo, engrossavam o coro anti-romântico que reforçava os princípios do realismo e do naturalismo. Na introdução da obra que expõe o debate entre ambos, escrita por Afrânio Coutinho⁵⁸, Nabuco é demarcado como sendo filiado a uma “filosofia da civilização brasileira” que insiste nas raízes europeias, que procurava fazer delas a essência da nossa civilização, de maneira a reforçar laços de nossa dependência cultural à Europa. Pensadores consonantes a esses valores eram denominados *ocidentalistas*, como expõe Afrânio Coutinho (p. 8, 1978). Para Nabuco, o Brasil é secundário. Interessa-se pela questão da escravidão no Brasil, por exemplo, não enquanto algo pertinente à nação brasileira em sua especificidade, mas sim em função do que ela traz de universal. Seu foco estava na Europa, tendo uma forte influência francesa em suas perspectivas, de maneira tão intensa que chegava até mesmo a redigir em francês e fazer poemas também nessa língua. Ele próprio o explica em seu livro, “Minha formação”:

Assim, por exemplo, desses anos de minha vida, a que me refiro: em 1870, o meu maior interesse não está na política do Brasil, está em Sedan. No começo de 1871, não está na formação do gabinete Rio Branco, está no incêndio de Paris. Em 1871, durante meses, está na luta pela emancipação – mas não será também nesse ano o Brasil o ponto da terra para o qual está voltado o dedo de Deus? Em 1872, o que me ocupa o espírito é o centenário dos *Lusíadas* (...) não sobra muita atenção ou interesse para dar ao que acontece em redor de si. 1875 é o meu ano, como disse, de fixação monárquica, mas também – o que mostra que a razão amadurece por partes – o ano em que me atiro contra a Igreja com furor iconoclasta da mocidade (...) (NABUCO apud COUTINHO, p. 7, 1978.)

⁵⁸ Cf. ALENCAR, J. & NABUCO, J. **A polêmica Alencar-Nabuco (apresentação de Afrânio Coutinho)**. Rio de Janeiro-Brasília: Tempo Brasileiro-Ed. Unb, 1978.

Do outro lado da balança, compondo essa relação dualista, existiam os intelectuais denominados *brasilistas* que defendiam a ideia de que o Brasil simbolizava algo original, resultante da integração de elementos distintos que geraram um elemento novo, outro complexo racial, cultural, social, linguístico, literário e histórico, não existindo uma relação de “continuidade cultural” pura e simples entre Brasil e Europa. Indubitavelmente, Alencar está vinculado a esse segundo grupo.

Para realizar as críticas a Alencar, Nabuco mostra-se um leitor assíduo das obras do literato cearense, abordando textos literários, peças de teatro, textos políticos e, inclusive, aspectos da vida particular de Alencar. Alencar responde classificando Nabuco como um literato fracassado, mais parisiense do que brasileiro que tentava se destacar às custas do nome e proteção de seu pai. Apesar das farpas trocadas, Simões enxerga que existe a possibilidade de se enxergar na figura de Nabuco a função de primeiro intérprete da trajetória e da obra do romancista cearense, devido à diversidade das produções de Alencar que o abolicionista que analisou. (SIMÕES, 2012)

O fato é que o tema da ausência de público gerou diferentes interpretações para cada um. Nabuco afirmava que a peça era pobre artisticamente, enquanto Alencar acreditava que o problema era bem outro. O que estaria ocorrendo seria uma supervalorização de manifestações culturais com influências e temáticas estrangeiras, enquanto as produções brasileiras estavam sendo deixadas de lado. Argumenta que os brasileiros da corte se interessam mesmo é do que vem da França, da Inglaterra, da Itália, da Espanha. Os temas nacionais seriam úteis apenas para a eleição. Lamenta tal aspecto argumentando que uma cidade com mais de trezentas mil almas, capital do império, seja marcada por entusiastas do que é alheio. Para ele, as pessoas estariam ignorando o que é nosso, nossas tradições, nossos costumes, do que é a nossa alma de povo. (ALENCAR & NABUCO, 1978, pp. 24, 30.) Esta crítica não era nova. Desde o ano de 1857, através da peça “Verso e reverso”, Alencar já vinha

manifestando sua contrariedade diante da influência de valores europeus. E vinte anos após escrever a peça, durante um discurso sobre a imigração estrangeira, denunciou novamente a valorização do que vem de fora do Brasil, o que chamou de estrangeirismo ou fetichismo do estrangeiro. (ALENCAR, 1977, p. 56) Segue em sua crítica ao público fluminense, acusando-o de não saber ainda ser público.

Tal leitura – a de que o houvesse uma real preterição dos autores e obras nacionais – é negada por Nabuco, que continua defendendo a ideia de que a peça em si seria fraca, sem valor artístico. Além do que, acredita que teria havido uma mudança no público, sim, a de que o mesmo estaria mais exigente do que aquele que existia em 1850 e que aplaudia outras peças de autoria de Alencar, peças tais como “O demônio familiar”, “Mãe” e “As asas de um anjo”. Nas palavras de Nabuco: “A minha ideia é apenas esta: o gosto literário, artístico, mesmo das mais belas inteligências, tinha então pouca exigência e pequeno cultivo, e assim não podia consagrar obra alguma” (NABUCO apud SIMÕES, 2012). Para Nabuco, a defesa feita pelo dramaturgo cearense de suas obras foi feita pautada por um sentimento de defesa de si mesmo devido ao seu orgulho ferido, ao que Alencar retruca fazendo uma comparação entre o Nabuco pai e o Nabuco filho no sentido de que o público atual fora influenciado pelo pai de seu interlocutor.

A despeito das ofensas, o que se pode depreender das farpas que ambos estavam trocando é que cada um deles estava colocando em pauta uma perspectiva de sociedade brasileira nos anos de 1870. Nabuco acreditava que o público era bastante capacitado intelectualmente para fazer suas escolhas com autonomia, sem precisar se submeter à influência de instituições, valorizando a força da sociedade civil. Do outro lado, com uma visão institucionalista, Alencar defendia que o público necessitava ser instruído, e que não estava preparado para apreciar manifestações culturais nacionais. Nabuco dá seguimento à polêmica passando a recorrer a análise de outros textos, bem para além da peça “O jesuíta”. Passa por “Cartas

sobre a Confederação dos Tamoios”, “As cartas de Erasmo”, romances, outras peças de teatro, até mesmo a carreira política do escritor cearense. É daí que surge a tese de que as ideias alencarianas estariam fora do lugar: transplantadas a uma realidade que não mais as comportariam.

A partir daí, os dois começaram a alfinetar-se, argumentando o mesmo: as ideias do outro é que estavam fora do lugar. Da parte de Alencar, as ideias de Nabuco estariam fora do lugar porque ele não passaria de um cidadão do mundo, uma pessoa cosmopolita, mas desligada das particularidades do Brasil. Nabuco rebate argumentando que as ideias de Alencar estão em desarmonia com o ambiente – em seus romances, por exemplo, para Nabuco, tudo que era escrito por Alencar soava como falso. O romance “A pata da gazela”, por exemplo: “são dois volumes, quase seiscentas páginas, em que tudo, absolutamente tudo, é falso, contrário à realidade das coisas, pobre de fantasia, e em que parece-nos que o Rio de Janeiro é uma cidade de lunáticos.” (ALENCAR & NABUCO apud SIMÕES, 2012) A crítica a outras obras segue mordaz. “Gaúcho” “Iracema” também seriam obras trôpegas em que nada teria existido. Sobre as obras indianistas, Nabuco ainda vai além, argumentando que a impressão que se tinha era a de que as obras tinham sido inventadas pelo autor cearense, não havendo nada que pudesse caracterizar essas obras como poesias realmente americanas, algo que remeteria uma ideia de plágio realizado por Alencar. Sobre a questão da acusação de cópia ou plágio, Simões esclarece que:

Lembrar que a acusação de plágio ou cópia nos romances de Alencar não se inicia com Nabuco. No texto “Como e porque sou romancista”, escrito em 1873, o autor já dá satisfação a esse tipo de insinuação (ALENCAR, 1893, p. 45) Importante mencionar também que não se pode diminuir o peso da crítica de Nabuco a Alencar: Em especial, sobre seus romances de fundação, *O guarani* e *Iracema*. Alfredo Bosi (1992), por exemplo, retomou a caracterização da identidade nacional construída por Alencar, cujo caráter seria ideológico e serviria para reduzir o papel do indígena ao auto-sacrifício, sem falar da exclusão do negro com parte constitutiva da nacionalidade. (SIMÕES, D., 2012, p. 5)

Como se não bastasse, Nabuco mostra-se ainda mais incisivo quando analisou meticulosamente as peças de teatro de Alencar. Mostra-se contrário ao tipo de sociedade nelas

expresso, especialmente no que se refere ao retrato da nação marcado pela escravidão. Argumenta que é humilhante a figura materna estar associada à figura de uma escrava, ao analisar a peça “Mãe” (1857) e lamenta que essa escrava tenha tido um final trágico na trama, culminando no auto-sacrifício da mesma; sobre a peça “Demônio familiar”, também de 1857, expressa sua revolta com relação à dinâmica familiar exposta naquela linhas – para Nabuco, aquela família deprimente não poderia representar a família brasileira, bem como a produção artística de Alencar não poderia representar a nação por trazer valores que soariam como uma aberração para a consciência humana e para o resto do mundo. (ALENCAR & NABUCO, 1978) Era odiosa para Nabuco a defesa da manutenção da escravidão pelo fato da mesma colocar o Brasil em um patamar muito inferior aos das outras nações civilizadas do Ocidente, sendo até mesmo algo humilhante, digno de vergonha.

Contudo, o ponto alto da análise de Nabuco na varredura que realizou em busca das contradições de Alencar se dá com relação à crítica que o político cearense fazia ao poder pessoal. Foi justamente após a recusa de Dom Pedro II do cargo de senador a Alencar que o mesmo passou a criticar ferrenhamente a utilização do poder pessoal. Até então, Nabuco relembra, o seu interlocutor parecia cortejar este poder, tendo até mesmo chegado a escrever cartas, as “Cartas de Erasmo”, apelando para o poder que, em um contexto vindouro, passou a criticar. Com relação a este apontamento, José de Alencar, como se diz popularmente, saiu pela tangente. Permaneceu em silêncio, argumentando apenas que o ponto fundamental que estava a alimentar aquela polêmica já havia se perdido de vista, que seria a questão de dar satisfação ao seu público – e que não discutiria com o folhetinista o que estava acostumado a discutir com o pai dele. (ALENCAR & NABUCO, 1978, p. 219). O silêncio marcou o fim desta polêmica.

Poder moderador

Em seu apogeu como político na década de 1860 quando é eleito deputado, Alencar

escreve as *Cartas de Erasmo* no ano de 1865, defendendo o Poder Moderador, entendendo que só o poder do Imperador seria capaz de tirar a nação do marasmo. Tendo uma trajetória política bem diferente da de outros autores românticos, que, na realidade, criticavam a centralização do poder, Alencar defendia o Poder Moderador ostensivamente. Bernardo Ricupero analisa o sentido da defesa de Alencar em sua obra “O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830 - 1870)”, em capítulo dedicado especialmente a Alencar e à crise do Império⁵⁹. José de Alencar arquiteta uma visão bastante peculiar acerca daquele poder. Enquanto Benjamin Constant, seu formulador original, o teria formulado pensando-o como um instrumento na relação entre poderes políticos, o escritor cearense vê no poder moderador um caráter sagrado, de depositário da nação. Essa linha de pensamento acaba por afastar Alencar do pensamento político ocidental dominante, que é secular.⁶⁰ Ele acredita que o poder moderador seria capaz de promover uma revolução pacífica, devido a sua própria natureza.

Situado acima dos demais poderes, não seria meramente político, mas nacional. Isto é, a relação do imperador com a nação seria tão íntima que uma parte da soberania residiria nele. A caracterização que Alencar faz do poder moderador não fica, portanto, apenas nos mecanismos de seu funcionamento. Reveste-o de um caráter que vai além da política, assumindo uma dimensão quase sagrada. (RICUPERO, 2004, p. 182)

Titubeando entre acreditar que a revolução dos costumes deveria vir do povo e não acreditar nesse mesmo povo, Alencar mantinha-se certo de que a solução mais efetiva viria do fortalecimento do Poder Moderador, que seria o único capaz de salvar o país, tendo a capacidade de restabelecer o equilíbrio político. Defendia que o poder moderador deveria ser “purificado”. Mesmo que alguns de seus posicionamentos fossem contrários ao partido a que era afiliado, o Partido Conservador, Alencar sustentava suas opiniões de maneira incisiva. Dizia-se fiel aos preceitos da Constituição de 1824 e foi um defensor insistente da centralização administrativa, um tema sobre o qual seu partido nunca conseguiu produzir um

⁵⁹ RICUPERO, Bernardo **O Romantismo e a Idéia de Nação no Brasil (1830 - 1870)** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2004.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 182.

consenso. O descolamento de José de Alencar dos princípios de seu partido, em algumas oportunidades, fez com que ele passasse a militar por suas próprias ideias, “embora na defesa da Constituição e suas instituições originárias fosse coerentemente conservador” (RIZZO, 2010, p. 111)

O poder do imperador era colocado como fundamental para o jogo político. Às acusações de que este pudesse vir a encabeçar práticas ditatoriais, José de Alencar recorre ao argumento de que, na realidade, a Câmara é que poderia incorrer em medidas antidemocráticas, como teria ocorrido no contexto de 1823. Para ele, não tinha sido Dom Pedro I autoritário por dissolver a Assembleia Constituinte, e sim a Câmara é que teria extrapolado seus limites ao ameaçar o princípio monárquico que o primeiro imperador representava. O autor vai ainda mais longe: chega a defender a superioridade da Constituição Brasileira face à inglesa justamente em função da existência do Poder Moderador, pois este seria um centro de resistência. Rizzo explica que: “em outras palavras, o Poder Moderador, adstrito às questões relativas ao próprio funcionamento do sistema representativo – sem interferir, portanto, em matéria substancialmente política – seria uma garantia mais eficaz contra o absolutismo do que as regras consagradas do parlamentarismo inglês”. (RIZZO, 2010, p. 114). Um posicionamento curioso, uma vez que não é difícil inferir que, uma vez que o Imperador tem o poder de interferir no funcionamento do sistema representativo, automaticamente ele também tem o poder de decidir quais matérias poderão ser discutidas ou não.

Curiosamente, contrastando com a defesa veemente que vinha fazendo, Alencar abandona a postura otimista com relação ao exercício do poder moderador e passa a atribuir um tom negativo ao mesmo, no contexto das iniciativas para a abolição da escravidão, uma das principais questões do debate público de 1871, ao lado das discussões sobre a Lei do Ventre Livre. Nabuco tinha uma crítica específica sobre o “novo” pessimismo de Alencar com

relação ao poder pessoal do Imperador. David Simões, em artigo no qual analisa a polêmica

Alencar-Nabuco, expõe o seguinte:

Nabuco insinua que Alencar teria sido um *trânsfuga*, quer dizer, teria mudado politicamente de lado, de liberal a conservador, e acabou por considerar que *As cartas de Erasmo*, “escritas sem plano, com o fim único de pôr em evidência o talento do autor e de fazer corte ao monarca, essas cartas não podiam servir a nenhum partido”. [...]

[...] Ademais, o ponto culminante da avaliação de Nabuco parece ter sido o caráter da crítica de Alencar ao poder pessoal. Para Nabuco, foi imediatamente após a recusa do Imperador à cadeira da senatoria para Alencar que este último resolveu iniciar sua luta contra o poder pessoal. Ainda segundo o autor de *Um estadista no Império*, tal postura seria visivelmente contraditória àquela assumida nas *Cartas de Erasmo*, onde, segundo ele, haveria um elogio à pessoa e à atuação de D. Pedro II. Atestando a fase de decadência em que se encontrava Alencar, como escritor e político (ALENCAR & NABUCO, 1978, p. 207), a conclusão a que chegou Nabuco foi enfática quanto às ambiguidades e contradições próprias do romancista cearense em sua investida na política imperial: “não há leitura mais triste que a das obras políticas do Sr. J. de Alencar; é nelas que se vê que ele nunca foi mais do que um retórico e nunca teve outras ideias senão as suas impressões de momento”. (NABUCO apud SIMÕES, 2012, pp. 7,8)

Portanto, mesmo que exista uma coerência manifesta em relação aos princípios gerais defendidos pelo Partido Conservador, percebe-se que José de Alencar apresenta ambiguidades substantivas em seu posicionamento sobre o Poder Moderador.

Guerra do Paraguai

A primeira das “Novas Cartas Políticas” de Alencar traz algumas ponderações do autor sobre a Guerra do Paraguai, que se estendeu de Dezembro de 1864 a Março de 1870. Na realidade, o escritor cearense tem como foco defender que, mais do que nunca, o imperador não deveria se abater diante de contextos de adversidade. Começa expressando seu estarrecimento com a ideia de que o Imperador abdicasse do trono em função dos resultados desta guerra. Argumenta que ele – o imperador - é destituído de personalidade individual. Assim sendo, suas decisões são, na realidade, as decisões da nação, alertando que o soberano não tem o direito de resignar a coroa:

Senhor, sois o primeiro cidadão brasileiro; o primeiro não tanto pela supremacia, como pela grandeza do sacrifício. A melhor definição deste título que herdastes, de imperador, vosso augusto pai a escreveu logo após na constituição. Juraste ser o

defensor perpétuo do Brasil, não somente nos tempos felizes, na monção das glórias e prosperidades, mas sobretudo no dia da desgraça. (ALENCAR, 2008, p. 46)

Cabe localizar no tempo essas palavras. Alencar escreve esta carta em 24 de Junho de 1867, faltando, ainda, três anos para o conflito ver seu desfecho. O interessante é que já se nota, através das falas do autor, que uma situação de crise estava instalada no país no período.

Qualquer que seja o desfecho da guerra, não tendes o direito de separar vossa dignidade da causa nacional. Um rei que por sua desgraça praticasse ato semelhante faria a sua pátria a maior afronta, jogando-lhe com a coroa às faces. E haverá algum tão de isento de pelo fato de pecha, a ponto de supor-se maculado pelo fato de continuar no trono do país que desistisse de uma guerra desastrada? (ALENCAR, 2008, p. 46)

Segue a carta argumentando que o Brasil, que se organizou país guerreiro em poucos meses, não ficaria desonrado com a sua participação nesta guerra graças às provas de abnegação e heroísmo de seus militares. Alencar descreve que operários se tornavam soldados no mesmo dia do juramento, impressionando o governo com sua bravura. (ALENCAR, 2008, p. 46) Para ele, à frente das forças do exército nacional estariam os mais ilustres e experimentados cabos da terra e do mar. Elogia longamente o exército nacional. Os argumentos sobre a Guerra ocupam posição secundária. Ele prega que o Brasil está preparado para vencer, porém, é tolerante diante da possibilidade de derrota.

Se é impossível a vitória, o que eu recuso acreditar; acabe-se uma luta vã de glória e só repleta de misérias e dores. Quanto mais depressa repararmos as perdas sofridas, mais prontamente arrebataremos o triunfo que, porventura, nos escape da primeira vez. (ALENCAR, 2008, p. 49)

Portanto, esta carta serve mais para demarcar uma posição com relação à postura ideal do imperador do que para analisar a Guerra do Paraguai em si. Insufla o orgulho da figura do imperador defendendo que ele exerça suas funções com plenitude. A imagem do rei é pitoresca:

O momento da maior angústia para a pátria não era a ocasião própria para o soberano fazer garbo de sua abnegação pelas grandezas; mas sim para que patenteasse ainda uma vez a abnegação sublime de sua própria pessoa.

Vossos lábios cometeram, pronunciando a palavra, um lapso que a mente calma de

certo já corrigiu. Disseram abdicação, quando a senha do dia para todos os brasileiros, e para vós primeiro que todos, é dedicação. (ALENCAR, 2008, p. 53)

Alencar frisa o fortalecimento do poder do Imperador e seu partido estava no auge, como nos informa Wilma Peres Costa (1995):

[...] Entre 1850 e 1863 desenrolou-se o longo período em que o Partido Conservador imprimiu sua marca sobre a política interna e externa do império. A derrota das revoluções liberais (Praieira, 1848), ao mesmo tempo que propiciaria a ascensão inquestionada do grupo saquarema, forneceu também espaço e condições políticas par ao fortalecimento de uma ordem estatal centralizada. A eficiência do poder público no combate ao tráfico ilegal de escravos, a promulgação da Lei de Terras (1850), a reforma da Guarda Nacional, as medidas de melhoramento das forças de linha, caracterizam o processo de concentração do poder e de enraizamento da monarquia.

[...] No campo da política externa o período 1850-1863 recobre as vitórias militares contra Oribe e Rosas, o esforço de implantação de uma política de hegemonia na região platina e o colapso dessa política, que coincide com a profunda conturbação interna que acompanhou a queda do Gabinete Caixas e os esforços de implantação da Liga. (COSTA, 1995, p.111-112)

Dentro do ponto central de nosso trabalho, que é a questão do posicionamento de Alencar com relação à escravidão, não será necessário delongar a discussão sobre este tema. Entretanto, é importante que se tenha conhecimento da forma como José de Alencar se posicionou para que isto auxilie a reflexão geral sobre suas inclinações.

CAPÍTULO III – José de Alencar e as cartas a favor da escravidão: entre o imperativo da necessidade nacional e a benfeitoria senhorial

A figura de José de Alencar é bastante controversa, em diversos aspectos. No desenvolvimento de sua obra, uma de suas principais intenções era abordar a diversidade da realidade brasileira traçando enredos nos mais diversos ambientes e relações: litoral, sertão, norte, sul, cidade, campo, presente, passado, branco, índio. Quando se pensa na dimensão da obra política desse autor, o escrito que registra maior número de menções e que é tido como sua principal elaboração nessa seara é “Sistema Representativo”, do ano de 1868. Entretanto, as proposições políticas de Alencar não se resumem a essa obra. Entre outras, o autor também tratou de delinear diversas propostas políticas em “Ao Imperador: novas cartas políticas de Erasmo”, do ano de 1867. Tendo caído no ostracismo por muitos anos, essa obra é um conjunto de cartas direcionadas ao Imperador Dom Pedro II, em que Alencar se coloca a tarefa de aconselhá-lo sobre questões polêmicas do contexto historicamente denso do fim do Segundo Reinado. Assinava-as como “Erasmo”, metáfora referente a Erasmo de Roterdã, que teria iniciado no século XVI a tradição da escrita de cartas que versavam sobre a educação perfeita de um moço que estava destinado a ocupar o trono. Nelas estaria posta a relação entre um letrado conselheiro, Alencar, e um governante, Dom Pedro II. A relação entre ambos parece ter sido marcada por fragilidade. O Imperador tinha sido contrário à candidatura do político cearense a Senador, bem como tinham divergências na literatura, na política e na questão da escravidão, com aponta José Murilo de Carvalho em biografia de sua autoria sobre Dom Pedro II⁶¹.

Essa não seria a primeira vez em que Alencar teria se proposto a dar esse tipo de conselho através de cartas. Examinaremos o segundo conjunto de epístolas de sua autoria. O primeiro conjunto data do ano de 1865, tendo como título “Ao imperador: cartas”, sendo

⁶¹ CARVALHO, José Murilo de **Dom Pedro II**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

alterado no ano seguinte para: “Ao imperador: Cartas políticas de Erasmo”, o que justifica o termo “novas” no título dessa segunda leva. Nessa oportunidade, discorreu sobre a Guerra do Paraguai, poder moderador, economia, identidade nacional e escravidão. Neste estudo, nossas atenções se voltarão especialmente a esse último ponto. De acordo com estudiosos da obra alencariana, chama a atenção o fato dessas cartas não fazerem parte da maioria significativa das biografias e de edições da Obra Completa do escritor cearense.⁶² Segundo Parron, isso possivelmente se deve a uma tentativa de “expurgar sua memória artística de uma posição moralmente insustentável para os padrões culturais hegemônicos desde o final do século XIX”, uma vez que é nessas cartas que o autor defende a manutenção da exploração do trabalho escravo.⁶³

O fato é que Alencar publicou sete epístolas, dentre as quais três abordam diretamente o tema da escravidão: a segunda, a terceira e a quarta cartas deste conjunto, e que foram escritas entre 15 e 26 de Julho de 1867. O momento histórico era de agitação intelectual e política. Valores e práticas vinculados às bases de sustentação da monarquia e da escravidão estavam sendo colocados em xeque, em função de pressões internas e externas.

Contexto histórico

Politicamente, de um lado, a Guerra do Paraguai, tendo início no ano de 1865, estendendo-se até o ano de 1870, é apontada como marco de passagem para a sociedade brasileira no século XIX. Segundo Skidmore (2002), ela teria sido a causa mais imediata de uma mudança no âmbito nacional⁶⁴. O recrutamento enfatizou a carência de homens livres e aptos à guerra, sendo, então, necessário recorrer aos escravos. Os escravos recrutados ganharam a liberdade em retribuição aos serviços prestados na guerra. O fato de homens

⁶² Vide RICUPERO, Bernardo – **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)** Ed. Martins Fontes, 2004, p. 193 nota de rodapé; e PARRON, Tâmis (org.) **Cartas a Favor da Escravidão. José de Alencar**, Ed. Hedra, 2008, p. 9.

⁶³ Parron, p. 9.

⁶⁴ SKIMORE, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). Ed. Companhia das Letras, 2002. (p. 42)

livres terem estado em batalha junto de homens escravizados fez com que surgisse uma nova consciência entre os militares, a ponto deles se tornarem um importante grupo de pressão após a guerra. Destoando das mudanças que vinham ocorrendo, o Exército ainda recebia a atribuição de sair à caça de escravos fugitivos, o que deixava escancarada uma grande contradição. Foi também no ano de 1865 que os Estados Unidos da América aboliram a escravidão, o que, sem dúvidas, agravou a pressão internacional contra o uso do trabalho escravo no Brasil. E este não foi um exemplo isolado da influência exterior na política nacional no que se refere ao delicado tema da manutenção da escravidão. Cabe lembrar a supressão do tráfico negreiro no ano de 1850, sob pressão da Inglaterra.

O debate sobre a abolição, entretanto, permaneceu inerte por mais de uma década⁶⁵, quando, em 1866, o *Comité Français d'Émancipation – Sociedade Abolicionista Francesa*, apela à pessoa de Dom Pedro II para que a escravidão tivesse um fim definitivo. Esta *Sociedade* enviara uma mensagem ao Imperador através da qual também o lembrava de que a simples abolição do tráfico (1850) não seria suficiente para erradicar o trabalho forçado. Seria necessário que os escravos que estivessem nas cidades fossem assalariados para lidar com a forte imigração que se daria ao cabo da escravidão.

O Imperador, por sua vez, posicionou-se de maneira favorável ao pedido, acenando que a emancipação total seria uma questão de tempo e oportunidade, e que seria matéria prioritária após o fim da Guerra [do Paraguai]. Tal assertiva indubitavelmente desagradou escravistas, sendo também um dos pontos tocados por Alencar em uma de suas cartas, como será pontuado oportunamente. Além disso, e concomitantemente, Pimenta Bueno, conselheiro mais próximo a Dom Pedro II, já tinha prontos, por encomenda imperial, cinco projetos abolicionistas que foram entregues ao Presidente do Conselho de Estado, Marquês de Olinda, conservador que se recusou a discutir o tema. Averso a esses projetos, Rio Branco apontou que não existia partido algum que levantasse a bandeira da abolição. Os mais favoráveis à

⁶⁵ Ver Skidmore (2002), p. 50.

abolição, por outro lado, adotavam a estratégia de chamar a atenção para as pressões internas e externas, bem como para questões morais e de civilização. Nabuco apontou que no mundo cristão só o Brasil e a Espanha (Cuba) ainda faziam uso do trabalho servil, sendo que Cuba já estava dando andamento a medidas abolicionistas.

Outro exemplo de como a escravidão estava sendo rechaçada no contexto da segunda metade do século XIX é explorado por Carlos Gileno, em sua obra sobre Perdigão Malheiro e a crise do sistema escravocrata e do Império, abordando o período de 1822 a 1889, na qual ressalta que:

É axiomático afirmar que durante a segunda metade do século XIX surgiram várias propostas de reformas na instituição escravocrata, fossem defensoras do emancipacionismo ou da abolição definitiva do trabalho compulsório. Além disso, é indubitável que aquelas propostas estavam articuladas a projetos de modernização da sociedade brasileira, e o tema da escravidão era um dos elementos importantes para a condução das questões nacionais. (GILENO, 2013, p. 22)

Perdigão Malheiro, mineiro formado em Letras em 1844, e em direito, no ano de 1848, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco; foi condecorado com a Ordem de Cristo pelo Imperador Dom Pedro II, presidiu o Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros entre 1861 e 1866, dentre outras atividades. Um de seus mais famosos discursos, do ano de 1863, intitula-se *Ilegitimidade da propriedade constituída sobre o escravo. A natureza de tal propriedade. A justiça e conveniência da abolição da escravidão; e em que termos*. Em suma: “o jurista mineiro criticou a legitimidade da propriedade constituída sobre o escravo e o discurso jurídico que reconhecia a coisificação do cativo. Esses fatores levaram o autor à refutação da representação jurídica, política e social do escravo como inimigo doméstico e público.” (GILENO, 2013, p. 33)

Internamente, tínhamos os escravos que passaram a aspirar cada vez mais à liberdade. Externamente, como já foi mencionado, a também chamada Junta Francesa de Emancipação atuava em favor da libertação dos escravos. Ao lado da filantropia, outros interesses foram se

mostrando bastante vigorosos na disputa política pelo fim da escravidão. Estados Unidos e alguns países europeus temiam ficar em desvantagem na balança comercial com relação aos produtos brasileiros. Como os produtos saídos de mãos escravizadas eram mais lucrativos, começou-se a adotar uma política de tarifação diferenciada ao que era produzido por aqui. O próximo passo seria forçar a abolição. O fato é que estava mais do que claro que a questão da aboliçãourgia naquele contexto. (CARVALHO, 2011, p. 311)

Ciência e evolucionismo

Quanto ao contexto científico, estávamos no auge das ideias evolucionistas. A publicação de *A origem das espécies*, de Charles Darwin, tinha ocorrido no ano de 1859. Suas ideias se tornaram paradigmáticas. Segundo Schwarcz, as máximas de Darwin:

[...]“transformavam-se, aos poucos, em referência obrigatória, significando uma reorientação teórica consensual. Nas palavras de Hofstadter: “se muitos descobrimentos científicos afetaram profundamente maneiras de viver, nenhum teve tal impacto em formas de pensar e crer... o darwinismo forneceu uma nova relação com a natureza e, aplicado a várias disciplinas sociais – antropologia, sociologia, história, teoria política e economia -, formou uma geração social-darwinista (1975:3)” (SCHWARCZ, 1993, p.72)

A obra foi escrita em linguagem acessível, o que fez com que ela fosse lida e absorvida por um amplo público. Suas assertivas resultam do estudo de espécies de plantas e animais. Não obstante, não faltaram interpretações que fizessem o esforço de transferir estes conceitos às análises do comportamento das sociedades humanas. Áreas como a psicologia, a linguística, literatura, história e sociologia elaboraram diversos modelos explicativos norteados pelos conceitos evolucionistas. Conceitos como “competição” e “seleção do mais forte”, “evolução” e “hereditariedade” passaram a serem aplicados às mais variadas áreas do saber. (SCHWARCZ, 1993, p. 72-73).

A força das ideias evolucionistas produziu seus efeitos aqui no Brasil também. Dom Pedro II era amigo de Conde de Gobineau (1816-1862), cientista francês darwinista social que divulgava o conceito de “degeneração das raças”. Para ele, a mistura das raças faria com que

surgisse uma civilização fadada ao fracasso. Em suas visitas ao Imperador deixava clara a fatalidade que via na miscigenação da população brasileira. Lamentava a fertilidade das populações miscigenadas e acreditava que elas sempre herdavam as piores características das raças que cruzaram para produzi-las.

Como é possível perceber, os impactos não foram banais. Na política, Lilia Schwarcz aponta que o darwinismo foi bastante útil para enriquecer argumentos que justificavam práticas bastante conservadoras. Um exemplo citado por ela é o modelo imperialista europeu: por serem “mais fortes e adaptados”, em função da “seleção natural”, ficou justificado o domínio ocidental. (1993, p. 74).

O vocabulário de cunho “darwinista social” é fácil de ser encontrado nas cartas de Alencar. Em diversos momentos ele aponta que a escravidão tinha um caráter benéfico, especialmente para o escravizado, uma vez que o mais evoluído, no caso, o senhor, estaria ensinando, educando, civilizando os escravizados, que seriam atrasados, através do trabalho forçado. O argumento era o de que estes ainda não estariam prontos para ficarem à própria sorte, ainda não teriam atingido esse estágio nas fases da evolução.

“Os evolucionistas sociais entendiam que a cultura teria se desenvolvido em estados sucessivos, caracterizados por organizações econômicas e sociais específicas. Esses estágios, entendidos como únicos e obrigatórios – já que toda humanidade deveria passar por eles -, seguiam determinada direção, que ia sempre do mais simples ao mais complexo e diferenciado. Tratava-se de entender toda e qualquer diferença como contingente, como se o conjunto da humanidade estivesse sujeito a passar pelos mesmos estágios de progresso evolutivo. O método comparativo, por outro lado, funcionava como princípio orientador dos trabalhos, já que se supunha que cada elemento poderia ser separado de seu contexto original, e dessa maneira inserido em uma determinada fase ou estágio da humanidade.” (SCHWARCZ, 1993, p.76)

Sobre alguma relação de Alencar com o evolucionismo, o próprio se manifesta em um pequeno artigo intitulado “Ethnologia⁶⁶”, no qual se lança a discutir sobre raça, a questão de

⁶⁶ O referido artigo pode ser encontrado na obra de Ricardo Rizzo (2010), entre os anexos, dos quais constam ainda outros escritos inéditos e raros de José de Alencar. Vide RIZZO, R. **Entre deliberação e política: uma leitura da teoria política de José de Alencar (1829-1877)**. Dissertação, São Paulo: Departamento de Ciências Políticas/FFLCH/USP, 2007.

qual teria sido a primeira raça a dar origem à raça humana, e evolucionismo, o qual chama de “transformismo”. Sobre o raça:

Eu distingo as raças pelo traço mais constante, o da côr, e conto 4 raças puras, a negra, a vermelha, a amarela e a branca, sem desconhecer a existência de raças mestiças, que se formaram em tempos primitivos, da mesma forma que no tempo moderno estão se formando a dos mulatos e cafusos, ou cholas, na America, e a dos na Asia x. (ALENCAR, 187X, in RIZZO, 2010, p. 364)

Sobre evolucionismo:

O transformismo (evolucionismo) aceita a prioridade da raça negra, que por ser a inferior, representa a transição do anthropoide para o homem. É assim que o ascendente do homem se supõe ver no B...., povo barvaro da Africa o primitivo esboço de nossa especie. [...]

[...]Eu não sou sectario da doutrina de Darwin; embora reconheça a verdade das duas leis da seleção e da evolução, afasto-me da doutrina de principio de Darwin em não considerar essas leis como absolutas, mas subordinadas ao principio da criação. (ALENCAR, 187X, in RIZZO, 2010, p. 364)

Curiosamente, ao mapear o contexto intelectual da geração de 1870 - movimento composto por grupos que, a despeito de diversas diferenças internas, possuía uma unidade ideológica no sentido de contestar a ordem que dava sustentação à sociedade de corte do Brasil Imperial – Angela Alonso informa que os valores adotados por esta nova geração alinhavam-se aos ideais cientificistas, entres os quais o positivismo e o darwinismo despontavam. A lógica contestadora que motivava essa geração ia em sentido totalmente oposto ao da geração à qual pertencera José de Alencar. Alonso explica: “As referências a movimentos e doutrinas estrangeiras revelam um significado político. “Positivismo”, “cientificismo”, “novo liberalismo” foram modalidades de crítica ao *status quo* saquarema. (ALONSO, 2002, p.163) Em outras palavras, o que a geração de 1870 estava fazendo era questionar todas as bases político-ideológicas dos saquaremas. Apesar de José de Alencar ser um intelectual e político vinculado ao Partido Conservador, constata-se que ele se apropriou seletivamente das ideias de Darwin. Portanto, a despeito da ascensão do paradigma evolucionista estar associado a um novo contexto intelectual no qual Alencar já estaria fora de

cena – realismo literário, queda do Império, abolicionismo - , é necessário que se tenha em mente que as ideias darwinistas não constituíram um rigoroso divisor entre as gerações anteriores a 1870 pelo que pode ser constatado nas palavras de Alencar mencionadas acima. Assim sendo, mais do que anunciar a presença de traços evolucionistas nas “Novas cartas políticas de Erasmo”, a partir da leitura da passagem de “Ethnologia” tem-se o registro de que as ideias de Darwin efetivamente estiveram exercendo alguma influência no pensamento de Alencar, e então compreende-se que a presença das mesmas não é aleatória em suas epístolas. Ao leitor precavido, as referências ao pensamento evolucionista não passam despercebidas.

É notável que existam aspectos variados a serem ponderados sobre o contexto sócio-histórico, político e intelectual da época e que, possivelmente, influenciaram a escrita das cartas escritas por Alencar. Estes aspectos serão retomados durante a análise que segue.

1ª Carta a favor da escravidão

A primeira carta aqui discutida é, na verdade, a segunda das cartas publicadas na obra conhecida como “As novas cartas de Erasmo”. Nela, o primeiro ponto tocado por Alencar dá a tônica geral da epístola: o ataque à postura de Dom Pedro II, entendendo que este estava motivado por uma busca pela fama, pelo reconhecimento dos estrangeiros, para agradá-los, às custas do que seria o melhor para o destino do país. Em função de elogios feitos na imprensa europeia, inclusive, o Imperador teria caído nas garras da vaidade, mergulhado em estado de fascinação.⁶⁷

Em oposição à fascinação decorrente da busca por fama e glória, o conselheiro pondera que o maior monarca daquele século deveria ser modesto e comedido. Os que assim agissem seriam os “únicos heróis de nosso tempo, os grandes conquistadores da paz e da civilização”. (ALENCAR, p. 57, 2008)

⁶⁷ ALENCAR, p. 55, 2008.

A reprovação ao reinado de Dom Pedro II estaria, segundo Alencar, ficando cada vez maior. Somando vinte e sete anos de reinado, nem mesmo durante momentos de intensa agitação social as acusações teriam sido tão sérias quanto naquele momento. As agitações às quais o autor se refere são rebeliões suprimidas⁶⁸ após a Maioridade (1940), a Farroupilha (1835 - 1845), as insurreições liberais de São Paulo e Minas Gerais (1842) e a Praieira (1848).

A despeito de toda a aprovação em terras estrangeiras, a nação brasileira não estaria satisfeita com os rumos adotados pelo monarca, pondera o político cearense. Aponta que estes caminhos estariam sendo traçados “à custa de concessões perigosas”. (p. 59) O interesse de países europeus e dos Estados Unidos não seria aleatório e, visando à aprovação estrangeira, algumas escolhas seriam verdadeiros golpes à integridade do Brasil. De todos estes golpes, Alencar enfatiza que existe um que seria o pior ao futuro do país: a emancipação.

A libertação dos escravos seria uma questão máxima do dia, equaciona Alencar ao criticar Dom Pedro II com relação à maneira como ele tratou do tema, acusando-o de ter colocado esta questão à disposição de ditos “progressistas” que fariam como os vândalos, bárbaros que devastaram o norte da África dizendo-se emissários de Deus. Em outras palavras, para ele, o ministério brasileiro provocaria a destruição total em nome de um princípio superior, a emancipação dos escravos. (PARRON, p. 60, 2008)

Alencar dá continuidade a seu argumento. Acusa os defensores da abolição de pregarem uma falsa moral que ameaçava a sociedade brasileira e que inspirou o Imperador a se sentir um rei filantropo ao libertar uma centena de escravos, permitir que a Congregação Beneditina liberasse os ventres de suas escravas no ano de 1866, conceder títulos aos senhores que alforriassem escravos aptos para a Guerra, no contexto da Guerra do Paraguai, e, finalmente, sinalizar concordância com o pedido de extinção da escravidão feito pelo *Comité*

⁶⁸ Nota de rodapé de Tâmis Parron às cartas in ALENCAR, 2008.

Français d'Émancipation. O que parecia ser um impulso de benfeitoria, segundo ele, seria, na verdade, uma “conspiração do mal”, assumindo um caráter de “grande e terrível impiedade”. Para elucidar sua opinião, utiliza-se de uma citação de Chateaubriand, um agente diplomático francês que se opunha à supressão do tráfico negreiro pela Inglaterra, considerado por ele “ilustre”: “A filantropia é a moeda falsa da caridade”, dizia o agente diplomático sobre o tráfico de africanos. (ALENCAR, p. 61, 2008)

A partir deste ponto, o político cearense começa a detalhar seu posicionamento. Define que a escravidão seria um fato social, assim como outras instituições já foram, tais como o despotismo, a compra de mulheres e a aristocracia. Cada lei existente na sociedade teria uma vida sagrada, assim como a vida do homem. Suprimir a existência do “indivíduo espiritual” seria a anarquia. Considera-se aqui o “indivíduo espiritual” como sinônimo de lei, como produto das ideias das “criaturas de direito”. Tais criaturas seriam as pessoas no âmbito jurídico, com seus direitos e deveres.

“A escravidão caduca, mas ainda não morreu”. [...]“Graves interesses de um povo estavam ligados a ela e isto já seria motivo suficiente para merecer respeito”, concluiu. (p. 62-63) Uma ideia bastante cara a Alencar começa aqui a ser desenvolvida, que seria a defesa da lei da necessidade. Se a escravidão existia seria porque era necessária ao desenvolvimento da sociedade. Ela seria útil até o momento em que a sociedade atingisse um nível de desenvolvimento que lhe permitisse não precisar mais dela. A defesa dessa ideia evoca-nos um eco da perspectiva darwinista social que, como já foi pontuado, pregava a existência de um caminho necessário a ser “percorrido” pelas sociedades, assim como os organismos naturais tinham suas fases de desenvolvimento tendo em vista atingir um determinado estágio mais evoluído e superior ao anterior. O contexto de efervescência dessas ideias é concomitante ao momento em que as Ciências Sociais estavam surgindo e iniciando suas reflexões, em meados do século XIX. Como os referenciais metodológicos das Ciências

Naturais já estavam consolidados, os primeiros cientistas sociais se pautaram neles, bem como outros intelectuais que refletiram sobre a sociedade. Alencar poderia ser um desses intelectuais que estariam absorvendo e reproduzindo o olhar evolucionista sobre as questões da sociedade.

Voltando ao conteúdo da carta, o respeito pelas tradições e instituições vigentes é uma ideia que aparece com vigor nos trechos que se seguem. A sede por mudanças é entendida como “fanatismo do progresso”, e “nenhum princípio social fica isento de ser por ele atacado e mortalmente ferido.” E alerta: “A mesma monarquia, senhor, pode ser varrida para o canto entre o cisco das ideias estreitas e obsoletas. A liberdade e a propriedade, essas duas fibras sociais, caíram desde já em desprezo ante os sonhos do comunismo” (p. 63). O problema seria a arrogância da teoria contra a lei. As instituições seriam dignas de devoção, não tendo nenhum utopista o direito de profaná-las. O autor chega ao ponto de classificar a escravidão como repugnante, argumentando que seu peso não cai apenas sobre um número de indivíduos, e sim sobre toda humanidade. Qual seria, então, a grande vantagem de mantê-la? A resposta está na perspectiva alencariana no que se refere a processos de mudanças sociais.

Neste momento, ele aponta que instituições piores que a escravidão existiram e foram respeitadas. Tais instituições, defendidas com vigor, foram necessárias para a glória futura destas nações. Exemplificando: “Que mais opressivo governo do que o feudalismo? Saiu dele, não obstante, por uma feliz transformação o modelo de liberdade política, o sistema representativo. É, pois, um sentimento injusto e pouco generoso o gratuito rancor às instituições que deixaram de existir ou estão expirantes.” A questão da lei da necessidade é resumida nas seguintes palavras: “Toda lei é justa, útil, moral, quando realiza um melhoramento na sociedade e representa uma nova situação, embora imperfeita, da humanidade. Neste caso está a escravidão.”

“É uma forma rude do direito”, pondera Alencar, elucidando a vantagem, porém, ao

ênfatizar que seria uma fase do progresso; “um instrumento da civilização, como foi a conquista, o mancípio, a gleba. Na qualidade de instituição, me parece muito superior quanto ao serviço que prestou ao desenvolvimento social.” (p. 64). A definição do papel da escravidão na história do progresso humano é apresentada: “a escravidão é o primeiro impulso do homem para a vida coletiva, o elo primitivo da comunhão entre povos. O cativo foi o embrião da família no direito civil; embrião do Estado no direito público.”. Lançando tal reflexão sobre a importância histórica da escravidão, para defender a não-interrupção da mesma, Alencar segue realizando um balanço histórico. (p. 65)

“No seio da barbaria, o homem, em luta contra a natureza, sente a necessidade de multiplicar suas forças. O único instrumento ao alcance é o próprio homem, seu semelhante; apropria-se dele, ou pelo direito da geração ou pelo direito da conquista. Aí está o gérmen rude e informe da família, agregado e fâmulos, *coetus servorum*⁶⁹.”. A Bíblia, no livro Gênesis, considerado por Alencar o mais antigo documento, já trazia a prática do homem filiando-se à família estranha pelo processo de escravização (p.65). A aglomeração dessas famílias constitui a nação, *gens*, “formada dos homens livres, senhores de si mesmos. Em princípio reduzida a pequenas proporções, tribo apenas, é pelo cativo ainda que a sociedade se desenvolve, absorvendo e assimilando as tribos mais fracas.”.

O homem é a ferramenta do homem, para Alencar. A escravidão aparece, como se pode deduzir, como uma forma de multiplicar recursos, um meio de a humanidade reunir forças. “Se a escravidão não fosse inventada, a marcha da humanidade seria impossível, a menos que a necessidade não suprisse esse vínculo por outro igualmente poderoso. Desde que o interesse próprio de possuir o vencido não coibisse a fúria do vencedor, ele havia de imolar a vítima. Significara, portanto, a vitória na Antiguidade uma hecatombe; a conquista de um país, o extermínio da população indígena.” [...] “O primeiro capital do homem foi o próprio

⁶⁹ Idem, *Coetus servorum*: reunião de escravos. (Nota de Rodapé de Parron)

homem” (p. 66)

Para Alencar, a escravidão possuía nítida missão social. O homem culto que era vencido reagia com superioridade com sua moral elevada, nos tempos antigos. (p.66-67) Já nos tempos modernos, na era da indústria, o que ocorria é que nações civilizadas haviam escoado para regiões incultas, imersas na primitiva ignorância. “O escravo deve ser, então, o homem selvagem que se instrui e moraliza pelo trabalho. Eu o considero nesse período como o neófito da civilização.”

Nota-se aí a visão pedagógica de Alencar com relação ao escravo e à escravidão. O trabalho forçado educaria, e os senhores de escravos seriam praticamente os benfeitores de tal empreitada. Este ponto se mostrará presente também nas outras cartas. Alguns biógrafos chegaram a apontar que Alencar teria essa visão positiva do cativo em função dos laços quase amistosos estabelecidos entre os escravos e seus senhores no Ceará. O escravizado praticamente fazia parte da família.

O cristianismo teria aperfeiçoado a escravidão, adoçando-a, na análise alencariana. O escravo teria deixado de ser coisa, tornou-se homem, mas o homem propriedade, o homem lígio.⁷⁰ Metade livre, metade cativo, seria uma “propriedade vinculada a uma liberdade”. (p. 67)

Continuando com a revisão história, o autor lembra que havia quinhentos anos que a escravidão havia se extinguido, ressurgindo no século XV, no seio da civilização. A odiosa visão dos “filantropos abolicionistas” os impedia de ver a ação benéfica da escravidão para o desenvolvimento humano. Qual a explicação dada por Alencar? A necessidade. Ela teria “a criado em princípio e mantido por tantos milênios.”. Quando da exploração do continente americano pelos portugueses, teriam sido necessárias massas de homens para “devassar a imensidade dos desertos americanos e arrostar a pujança de uma natureza vigorosa. Essas

⁷⁰ Lígio: Indivíduo ligado ao superior, sem autonomia. Relação com a Idade Média.

massas, não as tinham em si em seus próprio seio, careciam buscá-las; a raça africana era então a mais disponível e apta.”. A raça africana teria vindo para preencher um vácuo impossível de ser preenchido pela família americana. “Ao continente selvagem, o homem selvagem. Se este veio embrutecido pela barbaria, em compensação trouxe a energia para lutar com uma natureza gigante.”. A visão é eurocêntrica e hierárquica. (p. 68)

Não só a escravidão se deu de maneira adequada ao desenvolvimento da sociedade, sendo para ela uma via bastante recomendável, também o tráfico também foi a melhor maneira de concretizá-la. Ele era o comércio do homem; para Alencar, não havia outro meio de transportar “toda aquela raça à América senão pelo tráfico.”. Sem ambos, escravidão e tráfico, a América seria hoje um vasto deserto. A maior revolução do universo, depois do dilúvio, fora apenas uma descoberta geográfica, sem imediata importância. Decerto, não existiriam duas potências do novo mundo, os Estados Unidos e o Brasil. A brilhante civilização americana, sucessora da velha civilização europeia, estaria por nascer”.

E a escravidão na Europa, por sua vez, teria tido seu fim de maneira natural. Renasceu na Península Ibérica, não avançou pela Europa. Os costumes e a própria “natural repulsão das duas raças” a extinguiram. A lei permanecia, segundo Alencar; entretanto, o fato já havia desaparecido. Não obstante, essas mesmas nações que já tinham extinto a escravidão em suas terras mantinham-na em suas possessões do Novo Mundo. A lei suprema, a necessidade, explica tal fato. Na metrópole, a mão de obra escrava já teria sido substituída com sucesso, havendo inclusive sobra de mão de obra. As terras americanas, por outro lado, careciam muito da mão de obra escravizada, a ponto de ser considerada indispensável para o autor. “Tentaram supri-lo com o índio; este preferiu o extermínio. Quiseram substituir-lhe o galé⁷¹, mas já civilizado, o facínora emancipava-se da pena no deserto e fazia-se aventureiro em vez de lavrador. Não houve remédio senão vencer a repugnância do contato com a raça bruta e decaída.”. Para dar força à sua argumentação, José de Alencar recorre ao trecho de um

⁷¹ Galé: Criminoso condenado a trabalhos forçados. (Nota de Rodapé de Parron)

abolicionista famoso à época, Augustin Cochin (1823-1872): “Foi ela, a raça africana que realmente colonizou a América .”. (Abolição da escravidão, v.2, p.74).

A necessidade do tráfico também não teria se dado, na análise alencariana, em função do clima, uma vez que o português realizava com sucesso o trabalho nos trópicos, debaixo de sol forte. Ele aponta como um dos problemas a minguada população que vivia no velho continente no momento da colonização da América, de um lado. Do outro, a degradação do trabalho agrícola em toda a sociedade mal organizada. A colônia era uma “aglomeração de aventureiros à busca de minas e tesouros. Sonhando riquezas fabulosas, qualquer europeu, ainda mesmo o degradado, repelia o cabo do alvião⁷² como um instrumento alvitante. A lavoura na América parecia uma nova gleba ao homem livre.” Devido ao quadro exposto, seria, então, necessário fazer uso do trabalho forçado. (p. 71)

Nota-se algo que provoca reflexão. Ao listar as vantagens do tráfico e da escravidão, o autor o faz de maneira neutralizante e naturalizante. Isso porque não reconhece em momento algum que alguns grupos se beneficiariam mais em particular com os resultados do trabalho alheio, e que, mais ainda, estes produtos ficariam concentrados nas mãos destes poucos grupos, os proprietários de escravos. O foco do argumento dele é enfatizar o bem geral, afinal frisa muito que a América carecia muito da mão de obra escrava, e que ela, com um todo, estaria se desenvolvendo através dele. Pouco reflete sobre a apropriação destes resultados, algo que chama a atenção, já que Alencar pretendia se colocar na posição de conselheiro sábio que pretendia analisar os problemas a fundo.

Chama também a atenção a maneira como descreve a chegada da população africana ao continente americano. “Três séculos durante, a África despejou sobre a América a exuberância de sua população vigorosa. Calcula-se em cerca de quarenta milhões o algarismo desta vasta importação. Nesse mesmo período, a Europa concorria com um décimo apenas da

⁷² Alvião: instrumento de trabalho em que uma das pontas se assemelha à uma enxada e a outra à picareta.

população negra.”. Palavras tais como “exuberantes” e “vigorosa” remetem-nos a uma forma “animalizadora” de listar características de um grupo de seres humanos. Novamente, vemos ecos do pensamento evolucionista. (p. 71)

Alencar segue a carta criticando abolicionistas que acreditavam que a raça negra estaria desaparecendo de maneira gradual do continente americano, devido às condições precárias da vida escravizada. Lembra que, na realidade, a mistura das raças estaria acontecendo com rapidez, e que bastariam três ou quatro gerações para ocorrer uma transformação completa no Brasil. A modificação da composição étnica do Brasil ocorrendo por meio da miscigenação foi um tema intensamente discutido ao longo de nossa história. Segundo alguns respeitadas cientistas do século XIX, entre eles Conde de Gobineau, amigo particular de Dom Pedro II, a miscigenação das raças no Brasil era algo que fatalmente levaria a população à degenerescência. Embaladas nesta crença, que era até então um postulado científico, foram desenvolvidas políticas de incentivo à imigração no início do século XX. A intenção era elevar o nível da população, melhorá-la, exterminando a presença da raça negra com a vinda de uma população branca. Uma das vozes que engrossou esse coro foi a de Luis Pereira Barreto, um médico fluminense da cidade de Resende. Nascido em família abastada, entrou em contato com ideias positivistas na Bélgica, na década de 1860, e acreditava que o mal resultante do trabalho escravo estava relacionado à convivência com os negros, sendo desagradável, segundo ele, ter a presença daquela raça inferior entre “nós” – de acordo com os termos dele. Além de entender que os negros seriam inferiores aos brancos, Pereira Barreto calculava que os negros estavam atrapalhando o desenvolvimento pleno dos brancos, acarretando numa “má evolução” ou numa “não-evolução” destes. Para sanar esses males, defendeu políticas para atrair a imigração europeia, tais como a separação da religião do Estado, a grande naturalização, casamento civil, secularização dos cemitérios, elegibilidade de não-católicos. A adoção destas políticas e o controle social rigoroso sobre os negros seriam fatores que ajudariam a atrair europeus para o Brasil. (AZEVEDO, 2004, p. 58)

Ensaando um levantamento de aspectos positivos sobre a população negra, já voltando à epístola de Alencar, o autor aponta que seria uma “grande inexatidão” afirmar que ela nem ao menos prestou para povoar a América. “Quem abriu curso à emigração europeia, quem fundou a agricultura nestas regiões, senão aquela casta humilde e laboriosa, que se prestava com docilidade ao serviço como aos prazeres a⁷³ ralé, vomitada pelos cárceres e alcouces⁷⁴ das metrópoles?”. A vinda dos negros escravizados ao Brasil também teria sido importante para que todas as raças estivessem presentes no solo americano. “Essa transfusão de todas as famílias humanas no solo virgem deste continente ficaria incompleta se faltasse o sangue africano, que no século VIII afervorou o progresso da Europa.”. (p. 73) O “afervoramento do progresso” mencionado por Alencar se refere à tomada da Península Ibérica pelos islâmicos, efetuada a partir de 711, de acordo com a explicação de Parron (p. 73).

Esta primeira carta vai chegando ao seu final com um apelo. O autor pede ao seu interlocutor, D. Pedro II, para que reflita sobre “este elemento importante da civilização americana, que serviu para criá-la e a nutriu durante três séculos”. Teria ela consumido “sua obra”? A escravidão teria proporcionado todos os seus “bons efeitos”? Ele entende que não, e o nega com veemência. “Nego, senhor, e o nego com a consciência do homem justo, que venera a liberdade; com a caridade do cristão, que ama seu semelhante e sofre na pessoa dele. Afirmo que o bem de ambas, da que domina como da que serve, e desta principalmente, clama pela manutenção de um princípio que não representa somente a ordem social e o patrimônio da nação; mas sobretudo encerra a mais sã doutrina do evangelho.” (p. 73-74). Nota-se que a virtude da escravidão está relacionada ao evangelho cristão, e as vantagens da manutenção do trabalho escravo seriam mais intensamente sentidas pelo próprio escravizado.

⁷³ Na edição original, lê-se “prazeres da ralé”. Trata-se, naturalmente, de um erro tipográfico, pois elimina a dualidade conceitual que se procura estabelecer entre o africano, o laborioso e o aventureiro, que evita o trabalho. (Nota de Parron, p. 73.)

⁷⁴ Alcouces: prostíbulos.

O escritor cearense traça as últimas linhas dessa carta avisando que existiria ainda uma próxima, e que nutria a esperança de convencer o Imperador ajudando-o a sair da ilusão da vaidade que, segundo a análise de Alencar conselheiro, teria motivado seu aconselhado a ter simpatia pela abolição. Em outras palavras, retoma a tese que sustentou durante toda a carta.

2ª Carta a favor da escravidão

Fisiologia social é o tema que abre a 2ª carta a favor da escravidão. A repulsão e o amálgama das raças humanas, adverte o autor, “são leis tão poderosas como na física os princípios da impenetrabilidade e da coesão”. (ALENCAR, p. 75, 2008) Tal movimento de coesão ou amálgama das raças é muito lento, demandando anos e anos, além de provocar graves abalos à sociedade, completa.

A necessidade suprema e indeclinável teria feito com que a raça africana entrasse neste continente, compondo em larga escala a sua população; “infalivelmente submeteu-se à ação desse princípio adesivo, ao qual não escapou ainda uma só família humana”. (ALENCAR, p. 75, 2008) Para o político cearense, o povoamento do continente pelas populações africanas seria um dos resultados benéficos do tráfico. Entretanto, frisa que, “embora a raça branca tivesse reduzido os africanos à condição de uma mercadoria, nobilitou-os não só pelo contato, como pela transfusão do homem civilizado. A futura civilização da África está aí, nesse fato em embrião”. (ALENCAR, p. 76, 2008) Pelo que é possível inferir, a despeito de uma desvantagem, a escravização teria proporcionado grandes avanços às populações africanas pelo contato com a “raça” branca.

Segue a epístola indagando-se: “mas, senhor, que força maior sufocou a invencível repulsão de duas espécies humanas mais repugnantes entre si, a ponto de as concentrar no mesmo solo durante trezentos e cinquenta anos?” Como se percebe, as diferenças entre brancos e negros são tantas que é de espantar que estejam se “tolerando” e, tanto quanto isto, as diferenças são tantas, na perspectiva do autor, que brancos e negros chegam a compor

espécies distintas. O destaque a esta ideia vem no sentido de refletirmos sobre como ela pode influenciar a visão do autor sobre a escravização de populações africanas. Espécies distintas deveriam assumir funções distintas na sociedade; logo, a escravização de africanos e seus descendentes seria mais aceitável que a de outras populações? É uma divagação que será posta à prova.

Dando continuidade a seus argumentos, ele entende que a escravidão consiste em uma “aliagem artificial” que supre e prepara o amálgama natural. Se não houvesse uma “pressão enérgica” por parte de uma família sobre a outra, seria impossível que a imigração europeia resistisse à imigração africana, que foi dez vezes superior à primeira. Explica sua ideia: “acabrunhada pela magnitude da natureza americana, entre dois inimigos, o negro e o índio, a colônia sucumbira sem remédio”. (ALENCAR, p. 76, 2008) Inevitável sentir-se intrigado sobre o conceito de colônia que Alencar tinha para si. Seriam indígenas e negros meros coadjuvantes? Com relação aos seus escritos, sabe-se que os negros foram ignorados em seus romances, e aos indígenas ficou reservado o auto-sacrifício e a total submissão como símbolo de sua nobreza, como já enfatizara Bosi (1992) com seu conceito de “mito sacrificial” no indianismo de Alencar:

[...] O índio de Alencar entra em íntima comunhão com o colonizador. [...] O risco de sofrimento e morte é aceito pelo selvagem sem qualquer hesitação, como se sua atitude devota para com o branco representasse o cumprimento de um destino, que Alencar apresenta em termos heroicos e idílicos. (BOSI, A., 1992, pp. 177, 179)

Continuando com a carta, a partir de tal ideia – a de que os inimigos estariam convivendo – José de Alencar argumenta que dentro dos limites da ciência social, seria possível inferir a solução para a escravidão: a absorção de uma raça pela outra. Dessa maneira, seria possível que houvesse coesão entre forças contrárias, dando-se um passo a mais para o “nivelamento das castas”, e um impulso a bem da emancipação. Seguindo dessa maneira, a escravidão cairia “decrépita e exânime de si mesma”, sem convulsão, como um

“ancião consumido pela longevidade que se despede da existência adormecendo”. Entretanto, ressalta que, antes de seu prazo, quem infringisse uma lei estaria derramando sangue como se apunhalasse um homem. (ALENCAR, p. 76, 2008)

A escravidão moderna, segue o interlocutor de Dom Pedro II, registra o “sumário crime dos governos que guilhotinaram essa instituição, para obedecer à fatuidade de uma utopia”. Uma utopia, pois, segundo ele, não teria outro nome a pretensão de submeter a humanidade, o direito, a uma craveira matemática. Sendo livres agora, o autor sustenta que um padrão único do homem que já tem consciência de sua personalidade deve ser obedecido. “Nós, filhos de hoje uma raça superior” é o vocativo. E puxa a memória de seus interlocutores: “Não nos recordamos que os povos nossos progenitores foram também escravos e adquiriram, nesta escola do trabalho e do sofrimento, a têmpera necessária para conquistar seu direito e usar dele?” (ALENCAR, p. 77, 2008). Um trecho bastante elucidativo quanto ao conceito de escravidão alencariano. O atributo “escola do trabalho e do sofrimento” é ligado à escravidão. Em suma, ela seria um veículo pedagógico e civilizatório para que um grupo seguisse certas etapas rumo a um estágio mais desenvolvido. O catolicismo da liberdade, da fé, a união da espécie humana e sua máxima perfeição, o apogeu dos destinos. Todas são causas dignas de aspiração, explica Alencar. Entretanto, defende que não se deveria ter a “ridícula pretensão” de escalar um salto antes do tempo.

Começa, então, a realizar uma análise histórica sobre fatos que são contrastantes a seu ver: a abolição das colônias inglesas, em 1833, e a das colônias francesas, em 1848. No primeiro caso, a situação fluiu com abalos, mas sem “grandes catástrofes”. Isto se deveu ao contato com a fria população inglesa que limou a africana. E arrisca uma análise antropológica:

O homem do norte é originalmente industrial; sua mesma pessoa representa indústria, uma elaboração constante das forças humanas contra as causas naturais de destruição. Ele disputa a vida ao clima e a nutrição ao gelo. Esse cunho vigoroso da materialidade o colono inglês imprimira na sua escravatura. O negro não era já mero instrumento em sua mão; porém um operário ao qual só faltava o estímulo do lucro.

Quando realizou-se a emancipação, os escravos, se não estavam completamente educados para a liberdade, possuíam pelo menos os rudimentos industriais que deviam mais tarde desenvolver-se com o trabalho independente. A essa madureza deve-se o estado próspero da população negra depois da abolição. (ALENCAR, p. 77-78, 2008)

Basicamente, a tese é reafirmada: a população escravizada foi educada a partir da “oportunidade” vivenciada através do contato com a população branca. Segue sua narrativa informando que houve sangue e dor em função de uma instituição viva e útil ter sido extirpada da sociedade, mas que esta sociedade recuperou-se com rapidez. A passagem do trabalho escravo para o livre contou com a vigilância de autoridades e partilha de terras. Em contrapartida, ao descrever a situação nas colônias francesas, Alencar explica que a transição se deu tristemente. Novamente, lança mão de aspectos culturais:

A raça latina é sobretudo artística; a indústria, que para o filho do norte começa com a infância do progresso, para o filho do sul representa a virilidade. Outros estímulos, que não o cômodo e útil, impelem o caráter ardente dessa família do gênero humano: ela aspira sobretudo ao belo e ao ideal. Com uma gana tão delicada, não podia certamente a raça latina polir com rapidez a rude crosta do africano: este permanecia um instrumento bruto na sua mão” (ALENCAR, p. 78, 2008)

Em ambos os trechos é fácil observar que os termos usados são etnocêntricos. Alencar entende que negros não seriam ambiciosos, no primeiro trecho, quando argumenta que os ingleses os ensinariam a ter ambição, bem como, no caso do segundo trecho, africanos não passariam de um instrumento bruto. Como bem se sabe, a discussão sobre o relativismo cultural ainda custaria para efervescer no debate antropológico, com a publicação das ideias do antropólogo Franz Boas, alemão radicado nos Estados Unidos, que criticava o método comparativo, tão caro aos antropólogos evolucionistas, impulsionadas pelas ideias de Darwin. A valorização da ideia de que traços culturais de terminadas populações deveriam ser analisados em relação ao grupo que estava sendo estudado, e não em função dos valores e concepções da sociedade do próprio analista ganharia força apenas a partir da segunda década do século XX, quando Boas passa a ocupar cargos através dos quais consegue fazer com que suas ideias tenham uma maior alcance, tais como a posição de Presidente da *American*

Association for Advancement of Science, na década de 1930.

Voltando às palavras do político e teórico cearense, ele explica que justamente devido a esta falta de “polir com a rapidez a rude crosta do africano”, a emancipação das colônias francesas ocorre com desgraça, ruína e destruição para a população negra. Como ela ainda não havia sido “educada para a liberdade”, acabou por entregar-se à “indolência, à miséria e à rapina”. Em função dessa emancipação, também, braços para a agricultura estariam em falta na França à época. O fato de estarem aprisionados para realizar este trabalho é secundarizado, e Alencar segue alertando: “Onde estão os que, embora cativos, mantinham essa indústria? Aflitiva interrogação, a que não atende a filantropia, mas a estatística responde com fúnebre algarismo”. (ALENCAR, p. 79, 2008)

Interessante notar a interligação dos fatores: o trabalho servil seria extremamente positivo para os cativos. No tom em que o autor coloca, fica sugerido que o trabalho compulsório seria até mesmo necessário aos escravizados, afinal, trata-se de grupos que estariam em um estágio inferior, sendo ensinados por uma “raça hoje superior.” (p.77) O fato de serem necessários à agricultura parece ser exposto no trecho acima como um pano de fundo. A escravidão seria um meio de disciplinar e ensinar, e, por acaso, essa força de trabalho também serviria de sustentáculo para a agricultura. A equação tem como resultado a ideia de que a abolição traria perdas muito maiores aos próprios escravizados.

O autor segue a escrita de seu apelo ao Imperador explicando-lhe que nenhum país se animava a realizar a emancipação sem ter uma grande superioridade numérica com relação à população escravizada. Quebrar o vínculo moral da escravidão, sem ter meios de sufocar o que ele chama de “princípio estranho”, seria o suicídio. O conceito de princípio estranho é desenvolvido com mais detalhes. Tal suicídio seria decorrente de ímpetos de dogmas morais ou de filantropia. Um caso em que a filantropia falou mais alto foi o da França, segundo Alencar. No contexto da fase radical da Revolução Francesa comandada por Robespierre, o

mesmo teria admitido a morte das colônias para que houvesse a extensão da cidadania aos homens negros e mulatos das colônias francesas no Caribe⁷⁵. Para eles, explica, isto seria apenas a morte de um braço. No caso do Brasil, toda a colônia estaria ameaçada. A carta segue observando que a França e a Inglaterra não teriam emancipado a população negra de seus países caso não se achassem em condições de “proteger eficazmente ali a raça branca.⁷⁶” (ALENCAR, p. 79, 2008) A força moral e o poder militar dessas metrópoles “eram suficientes para prevenir e sufocar a insurreição. Figure-se qual fora, depois da abolição, o destino da Jamaica ou da Martinica abandonada por suas respectivas nações!” (ALENCAR, p. 80, 2008)

O contraste apresentado nas últimas passagens está nítido. Uma vez que o trabalho servil seria de grande valia aos escravizados, os quais aprenderiam muito através dele, para que, um dia, chegassem a um estágio mais avançado das etapas de desenvolvimento humano, então por que as pessoas se voltariam contra os seus próprios benfeitores na oportunidade da libertação do trabalho compulsório? Esta indagação certamente salta aos olhos.

A argumentação segundo a qual a emancipação deveria ter como requisito uma população não-escravizada muito maior que as escravizada segue. José de Alencar cita os Estados Unidos que, ao realizar a abolição, contavam com uma população oito vezes maior que o número de escravos. Em 1860, existiam trinta e um milhões de habitantes, e “apenas” quatro milhões eram cativos. Para ele: “nessa proporção o antagonismo de raça se atenua; quando não se desvaneca por respeito natural da pequena maioria, inferior em todo sentido”. (ALENCAR, p. 80, 2008) Por outro lado, já o Brasil estava muito longe de se assemelhar a tal situação. Sobre a população total de 10 milhões, um terço era de cativos, um total de 3.250.000 escravos, de acordo com dados da sociedade abolicionista da Inglaterra, no ano de 1850. Parron nos lembra que, no entanto, o Brasil não realizava recenseamentos regulares àquele tempo, seja da população livre, seja da população escravizada. Apesar disso, estimava-

⁷⁵ PARRON, T., nota de rodapé, p. 79, 2008.

se que existiam dois milhões de escravos no país em 1850, e não a quantia apontada por Alencar que, muito provavelmente, assim o fez porque seria interessante para seu argumento do desequilíbrio populacional, o qual ele classificava como imparcial. Ele entendia que a utilização dos algarismos era uma prova de que seu raciocínio não era influenciado pela paixão e pelo interesse: “esse mesmo testemunho imparcial da estatística invoco eu agora, em favor do império, ameaçado de uma grande calamidade.” E chama seus leitores a pensar se alguém, de boa fé, seria capaz de ser a favor da emancipação em uma situação tal que não teria a capacidade de refrear o elemento subversivo. Ele explica: “Não equivalera semelhante desatino à loucura do homem que lançara fogo ao morteiro, para abafá-lo com a mão?” (ALENCAR, p. 81, 2008)

A incógnita da figura do escravo que deveria estar feliz por estar lidando com a suposta benfeitoria e que, em contrapartida, poderia ser uma ameaça, caso liberto sem a força necessária para reprimir seu ódio, parece começar a ser desvendado: “dois indivíduos atentos às suas ocupações, confiados na proteção das leis, são acaso força bastante para conter a sanha de um inimigo irritado pela anterior submissão, movido por instintos bárbaros e exclusivamente preocupado desse desígnio sinistro, que ele supõe seu direito e considera justa a reparação de um agravo?” (ALENCAR, p. 81, 2008) Curiosamente, a pessoa que estivesse vivendo nas condições de escravizada teria um sentimento de necessidade de reparo, a despeito de todo o aprendizado que estaria obtendo na escola da escravidão.

O autor ainda chama outros algarismos, agora sobre a quantidade de proprietários, e que depõem contra a “emancipação precoce”. Alega que a escravidão nos EUA contava com 347.525 senhores de escravos. Deste total, apenas 7.929 possuíam mais de cinquenta escravos. Já os que possuíam até dez escravos somavam 254.268. Já nas terras brasileiras, não havia ainda um levantamento semelhante; portanto, argumenta que no Brasil pretende-se legislar sobre o desconhecido, algo absurdo. Apesar disso, admite a existência de alguns fatos

salientes que não necessitam de investigações mais aprofundadas. A escravidão teria se concentrado em seis províncias: Rio de Janeiro, Minas, São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Os cálculos publicados acerca da população escravizada que se concentrava nessas localidades estariam equivocados. Cita a obra *Imperio do Brazil na Exposição Universal de 1867 em Paris*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1867, publicado a propósito da exposição universal, que, segundo Alencar, elevou a população livre do Brasil a 11.780.000 habitantes, e reduziu a população escrava a 1.400.000. Ele sustenta que apenas a província do Rio de Janeiro sozinha já teria este número de escravos. Tal deturpação, segundo ele, seria fruto de um desejo de encobrir a verdade ao estrangeiro, na ânsia de apresentar o cativo no Brasil sob um “aspecto bárbaro e deletério”, e que assanharia as “iras filantrópicas dos sábios europeus”. (ALENCAR, p. 83, 2008)

A lista de argumentos contrários à emancipação não se finda. A pequena agricultura brasileira ainda não estava desenvolvida, observava o político cearense. Em função disso, os principais ramos da produção brasileira, aqueles que dependiam quase que exclusivamente das mãos escravas à época, eram provenientes de grandes estabelecimentos rurais, engenhos ou fazendas. Nem mesmo diante de tal situação as duas “espécies de população se penetram e intercalam mutuamente, de modo a neutralizar a repulsão instintiva de cada uma”. Nas seis províncias mencionadas sempre se formavam núcleos poderosos de insurreição que seriam comprimidos unicamente pelo respeito à instituição. Se este freio fosse rompido, segue o autor, bastaria um sopro para desencadear a guerra social, “de todas as guerras a mais rancorosa e medonha”.

Uma questão que ainda salta aos olhos é o fato de haver insurreições diante de todo o respeito que teoricamente existia pela instituição da escravidão. Do ponto de vista do escravizado, o que sustentaria esse sentimento de respeito por ela? Ainda voltando ao argumento de que ela seria benéfica ao próprio escravo, da qual seria até mesmo dependente,

como ele conseguiria, concomitantemente, voltar-se contra o trabalho escravo?

Alencar fecha esta passagem da carta voltando-se diretamente ao seu interlocutor, o imperador. Pergunta, retoricamente, se o senhor Imperador ainda julgaria uma glória para o reinado brasileiro lançar o império sobre um vulcão. Finaliza-a demarcando que a culpa dos promotores de uma calamidade não seria menos grave, mesmo que a mesma não dependesse somente da força da autoria dos mesmos, sendo também fruto da “providência”.

José de Alencar inicia um novo segmento da carta defendendo que um estudo aprofundado dos efeitos da abolição que fora promovida em diversas partes desde fins do século XVII seria muito importante para a solução do “difícil problema da escravidão”. Para tanto, inicia uma retomada histórica. Em 1780, Massachusetts e Pensilvânia decretaram a emancipação gradual e outros seis estados seguiram o mesmo caminho, até que em 1820 o censo admitiu que a escravidão havia sido eliminada naquela parte da nação. Através deste levantamento, entretanto, Alencar identifica que a repressão fez com que a escravidão aumentasse. De 693.397 escravos no ano de 1790, os Estados Unidos passaram a contar com 1.536.127. A escravatura tinha mais que dobrado no espaço de trinta anos, ainda que sob a pressão de medidas que visavam extingui-la. Abordando o que ocorreu nas repúblicas americanas e a expansão do movimento abolicionista entre elas, esta lógica apresentada nos Estados Unidos permanece, de acordo com o escritor cearense. Em Buenos Aires, 1816; Colômbia e Chile, 1826; Bolívia, 1826, Peru, Guatemala e Montevideú, 1828; México, 1829; Uruguai, 1843, Inglaterra, 1833 e França, 1848, os dois últimos tratando-se de suas colônias. Apesar da política repressiva, toda a superfície americana somava dois milhões de escravos e, já no ano de 1850, a quantia era de sete milhões e meio, com Estados Unidos e Brasil com as maiores somas. Tâmis Parron confirma os dados em nota de rodapé:

“O raciocínio de Alencar procede. Na primeira metade do século XIX, o número absoluto de escravos negros cresceu na América, e isso se deveu apenas a Cuba, Brasil e aos Estados Unidos, já que a instituição declinara ou desaparecera nos demais países; ressalve-se, no entanto, que o número de real cativos, em 1850, montava cerca de 5,7 milhões.” (PARRON, T., p. 85, 2008)

A explicação para esta anomalia seria natural, de acordo com o autor da carta. José de Alencar resume o que estava acontecendo: “A escravidão ainda não estava morta; os esforços dos diferentes governos para extirpá-la da América eram impotentes. Conseguiram apenas deslocar o trabalho servil”. Quando os Estados decretaram extinção gradual, a escravidão buscou refúgio em outros Estados onde ainda era aceita, e foi se propagando por Estados onde até mesmo jamais houvera existido. Isto teria ocorrido nos Estados Unidos, no México, nas colônias da Espanha, França, Inglaterra. (ALENCAR, p. 85, 2008) Reforça seu argumento afirmando que todas as repúblicas abolicionistas “foram dilaceradas pela anarquia, enquanto o Brasil se organizava com prudência e circunspeção admirável”. (ALENCAR, p. 86, 2008) Na compreensão de Alencar, a escravidão apenas teria seu fim quando suas “raízes secassem”, assim como esta mesma ideia seria válida para todas as “instituições sociais que tem radicação profunda na história do mundo e se prendem à natureza humana, a escravidão não se extingue por ato de poder; e sim pela caducidade moral, pela revolução lenta e soturna das ideias.”. Seria necessário que faltasse à escravidão a seiva nutritiva.

O autor explica que a seiva nutritiva, por sua vez, tem origem na Europa, especialmente entre a Inglaterra, França e Alemanha, que seriam tão filantropos quanto consumidores vorazes dos produtos brasileiros frutos do trabalho escravo. Em função da necessidade de alimentar o apetite voraz deste grande estômago é que a escravidão ainda se mantinha. O escritor cearense defende o povo americano, alegando que não foi ele que importou o negro da África para derrubar as matas e laborar a terra, e sim justamente os mesmos que estavam a criticar o continente europeu por fazer uso do trabalho escravo. Acusa os europeus de serem hipócritas, pois estariam a proclamar ideias filantrópicas entre a fumaça do tabaco de Havana e a beber o excelente café brasileiro: “Mas por que não repele o moralista com asco estes frutos do braço africano?”. (ALENCAR, p. 87, 2008). Para ele, a filantropia não suportaria esse pequeno sacrifício de um gozo requintado, mas, apesar disto,

estaria exigindo que os países que os produzem arruinassem suas indústrias e ameaçassem a suas sociedades com um risco de sublevação, através desta imprudente reforma que seria a abolição. Entretanto, mostrava-se surpreso com o fato de os próprios brasileiros estarem se deixando convencer pelas ideias contra a escravidão.

Um novo segmento da carta é iniciado: o autor aponta que os abolicionistas pretendem que a escravidão seja interrompida pela revolução das ideias. “Alegam que, abandonada a si mesma e aos instintos humanos, será eterna; porque os hábitos de indolência que ela cria na casta dominante e a ignorância em que vai sepultando a casta servil são novas raízes que a instituição de hoje em dia projeta no solo onde uma vez brotou.”. Tal ideia é atacada. Alencar argumenta que não se poderia caluniar mais cruelmente a humanidade, argumentando que todo povo, toda família humana acaba, cedo ou tarde, conquistando a liberdade, como “a ave implume por devassar o espaço.”. (ALENCAR, p. 88, 2008) Cita o exemplo da Europa, continente em que a escravidão havia se extinguido. No Brasil, apesar da “suprema necessidade que mantém esse mau regime de trabalho”, a convicção da injustiça já havia penetrado na classe operária. (ALENCAR, p. 88, 2008) Esta instituição, a escravidão, vinha sendo modificada pelo “instinto de tolerância e generosidade” que seriam próprios do caráter brasileiro. Em outras palavras, José de Alencar está informando ao leitor que a escravidão que estava em operação no Brasil não era a “verdadeira escravidão”, mas um “simples usufruto da liberdade, ou talvez uma locação de serviços contratado implicitamente entre o senhor e o estado como tutor do incapaz”. Novamente, reaparece a ideia de que o escravizado seria uma incapaz, e que a escravidão seria uma benfeitoria. O escravo seria muito prejudicado com a interrupção de tal relação de “ajuda”.

O fato de a lei brasileira ainda considerar o escravo como coisa seria superado pelo costume. A “razão pública” já teria elevado o cativo à condição de homem, apesar de interdito e sujeito. Alencar segue listando os direitos do escravizado enfatizando que o primeiro direito

da pessoa, o direito à propriedade, o escravo brasileiro não só já o teria, como até mesmo o exercitava. O senhor permitia que o escravizado adquirisse o pecúlio, a exploração de pequenas indústrias, ao nível de sua capacidade. Através disso, os escravos conseguiriam se libertar do cativeiro, emancipando-se, entrando na sociedade. Além do direito à propriedade, também o matrimônio estava ao seu alcance, formando uma família que o senhor de escravos reconhecia, respeitando-a e garantindo-a. Entretanto, “a moralidade que fala ainda não provém da escravidão, mas da ignorância peculiar às classes ínfimas”. Todas essas garantias haviam se dado fora da lei; especialmente nos últimos quinze anos, argumenta o escritor cearense, a escravidão tinha produzindo uma transformação benéfica do Brasil. Reafirma, então, que a decadência do trabalho compulsório deveria ser natural, como teria sido sua origem e desenvolvimento. Nenhuma lei havia decretado a escravidão e, portanto, nenhuma também teria o direito de derrubá-la. Se ela fosse extirpada da sociedade enquanto ainda estivesse viva, o que poderia acontecer é que as forças para sua existência aumentassem.

No que se refere à educação das pessoas escravizadas, defende que uma raça não pode ser educada como um indivíduo. Devido ao fato da raça ser uma “massa compactada”, segundo o autor, a mesma ocuparia uma larga superfície e opor-se-ia ao progresso com uma forte resistência. Portanto, para tornar viável o trabalho de educar um raça, seriam necessárias duas coisas: “grande capacidade e vigor do povo culto para imergir a massa bruta e insinuar-se por todos os poros; longo tempo para que se efetue essa operação lenta e difícil”. Segue explicando que os africanos tinham apenas três séculos e meio de cativeiro. Lança, então, o questionamento: “Qual foi a raça europeia que fez nesse prazo curto a sua educação?”. Alencar segue lembrando que em tal idade, todas as raças europeias estavam imersas na barbaria; entretanto, “para os filhos da Nigricia, já raiou a luz, e raiou na terra do cativeiro.” (ALENCAR, p. 91, 2008). Referindo-se ao povo africano como povo infeliz, pautando-se no episódio bíblico em que Noé condena Cam, um de seus filhos e progenitor dos africanos, ao cativeiro perpétuo, Alencar ressalta que “esta família infeliz” estaria condenada ao

animalismo desde então, caso essa “luz” não houvesse raiado para eles na América. Em suma, este povo escravizado já estaria amaldiçoado desde o nascimento, e o fato de terem sido enviados para serem escravizados no continente americano os teria livrado de uma condenação perpétua; suas vidas estariam configuradas de tal maneira que ainda teriam como escapar à má sorte anunciada. O cativo nas terras americanas teria sido um golpe de sorte. Assim sendo, José de Alencar joga para Dom Pedro II a questão para a reflexão acerca do valor pedagógico da escravidão: “O Brasil, de que mais especialmente devo ocupar-me, nossa pátria, senhor, não terá concorrido eficazmente para a civilização da grei humana que submeteu a seu domínio? Fora injustiça negá-lo. Ainda não éramos império, mas nascente colônia, e já dávamos ao mundo exemplos sublimes.” (ALENCAR, PARRON, p. 91-92, 2008). Detalhando, o autor enfatiza que: “Se os primeiros negros, que em 1440 foram dados em resgate a Portugal, ficassem nos pátrios areais, não contaria a raça africana entre seus descendentes cidadãos ilustrados, porém só magotes de brutos, como os que feiravam os reis de Congo e de Luanda.”

Alencar fecha a segunda carta em que defende a escravidão explanando que se a população livre fosse esmagadoramente maior que a população escrava, de modo que esta ficasse submersa naquela, aí então a escravidão seria extinta naturalmente no Brasil, entrando em uma fase de luxo e aversão. Entretanto, antes que isso acontecesse, o trabalho compulsório ainda seria um “elemento essencial do trabalho neste vasto país”. (ALENCAR, p. 93, 2008)

3ª Carta a favor da escravidão

Sendo a quarta carta do conjunto, a terceira carta sobre “emancipação” é iniciada com uma escusa. Alencar pede que o Imperador não estranhe sua insistência no tema, que ocorre em função da vastidão do mesmo. Desde o início demarca sua tese: “o nível da população livre sobe pelo aumento desta, como pela redução da escravatura .” (ALENCAR, p. 95,

2008) Tal ponto, de acordo com ele, motiva uma das calúnias produzidas pelos filantropos abolicionistas contra a instituição do trabalho servil. A calúnia seria a de que a espécie humana não encontraria ambiente necessário para continuar a se reproduzir no cativeiro. Contra tal, José de Alencar afirma que esta ideia não passa de um sofisma. “A vida selvagem e a poligamia deviam ser para o gênero humano, como para o animal, o estado mais prolífico”. (ALENCAR, p. 95, 2008). Relativiza a situação da escravidão nas terras americanas com a que ocorria outrora no Oriente, onde a escravidão era estéril em função da mutilação de homens e do confinamento das mulheres em serralhos. Na América, por outro lado, a raça africana teria se fertilizado com a influência do clima suave. Sua fertilidade era inegável, mencionando o caso dos Estados Unidos, local em que a população escravizada saltou de 693.397, no ano de 1790, para 3.178.055, no ano de 1850. Menciona que o Brasil não pode contar com dados estatísticos do mesmo tipo, mas que cada um pode notar a prova disto em suas casas a vasta reprodução das crias da raça africana.

Segue sua defesa dirigindo-se àqueles a quem chama de filantropos:

Tranquilizem-se filantropos; a escravidão no Brasil não esteriliza a raça nem a dizima. A redução provém desses escoamentos naturais, que se operam pela generosidade do senhor, pela liberdade do ventre e também pela remissão. Diariamente, esses meios se desenvolvem à medida que sobe o nível da civilização com o aumento da classe livre.(ALENCAR, p. 97, 2008)

Ainda abordando temas demográficos, define que a população pode ser incrementada de duas maneiras: pela geração e pela acessão. A acessão seria a incorporação de castas estranhas já existentes no país. Cita o exemplo dos indígenas, “hordas selvagens dos indígenas que vagam em Amazonas, Mato Grosso, Goiás e outras províncias; e também a parte emancipada da casta servil, que se anexa e assimila ao todo da população”. A emigração é outra forma defendida. Segundo ele, ela teria colocado fim à escravidão nos Estados Unidos e surtiria o mesmo efeito no Brasil. Rechaça a colonização como uma forma de povoamento, uma vez que a colonização seria mais opressiva que a escravidão e mais turbulenta que aquela.

Menciona que “nosso velho Portugal” ainda poderia ser uma fonte de subsídios nesta empreitada.

Voltando a abordar diretamente o tema da carta, acusa a Europa por ser a culpada exclusiva da manutenção da escravidão no Brasil: “Quem especialmente, depois da extinção daquele comércio ilícito em 1852, conservou o trabalho escravo em nosso país? A Europa, e somente a Europa. É a verdade, senhor.”. E argumenta que “aquele grande viveiro”, a Europa, deveria ter enviado ao Brasil um subsídio anual de sessenta mil emigrantes, e que se tal tivesse ocorrido, a escravidão teria cessado no Brasil. Caso fosse iniciado naquele momento mesmo o envio dessa quantidade de pessoas, a escravidão passaria a ter data de validade: segundo o autor, duraria apenas mais vinte anos, mais ou menos, sem a necessidade de existirem leis abolicionistas, sem comoção nem violência.

Sobre a imigração, Alencar argumenta que a ideia de que a escravidão afastaria a imigração branca seria um erro completo. Classifica como um grande absurdo a tese da repulsão do trabalho livre pelo escravo, entendendo que o trabalho livre seria profícuo em sociedades escravocratas por demarcar o seu espaço sem competir com o trabalho compulsório. Para ele, os filantropos estavam caluniando as intenções e os costumes dos brasileiros. Segue aconselhando o Imperador: “Não é ao monarca do Brasil, a vós, senhor, que se devia dirigir a sociedade abolicionista de França: a causa moral e econômica do trabalho livre está ganha há muito em vosso espírito e coração, como na consciência de vosso povo. A aplicação é somente o que falta, para a tornar uma realidade em neste país.”. Entretanto, o que impediria a sociedade brasileira de abdicar do trabalho compulsório? José de Alencar retoma a tese da necessidade do envio de emigrantes ao país. Rebatendo na mesma tecla em que bateu durante todas as cartas, a mensagem que o autor transmite é a de que a escravidão é inexorável, inevitável, uma necessidade gritante no Brasil. Exime a nação da responsabilidade de findá-la ao argumentar que não depende dos brasileiros extingui-la por não serem eles os

que fabricam população; dependeria, então, dos emigrantes unicamente, a aplicação do trabalho livre no Brasil. A Sociedade Abolicionista que os convencesse da necessidade de virem para as terras brasileiras para cumprirem a missão de libertar uma parte da humanidade da escravidão. A propaganda feita deveria ser no sentido de mostrar àqueles indivíduos como o Império brasileiro realmente é, e assim o princípio da liberdade receberia uma contribuição valiosa. Por esta via, a escravidão cairia sem arrastar à miséria e à anarquia uma nação jovem.

Seguindo seu raciocínio, o político cearense esclarece que o Brasil estava em pânico diante da solidão de ser a única pátria a manter o trabalho servil vivo, uma vez que a escravidão já havia sido suprimida nos Estados Unidos e estava abalada nas colônias da Espanha. Nenhum povo gostaria de ser visto como o último da fila das nações cultas, quase confundidos com os semibárbaros do Oriente, objeto de aversão para a humanidade, explica. Entretanto, Alencar execra essa tese protestando que o Brasil daria a prova de que não poderia ser reduzido a uma posição aviltante por conta disso. Relembra que o Imperador deveria pensar na forma como a escravidão se manifesta no Brasil, com a boa índole brasileira, antes de tecer qualquer consideração acerca do trabalho forçado. Tal comentário certamente segue no sentido de dissuadir Dom Pedro II em sua postura favorável ao apelo do grupo abolicionista francês. Traçando novos paralelos entre o Brasil e as grandes nações à época, o autor relembra que grandes potências precisaram esperar o momento correto para extirpar o trabalho compulsório de suas sociedades. O Brasil, um país em sua infância, tendo vivenciado três séculos de solidão e abandono, não mereceria ser escarneado em função da manutenção da escravidão. O autor novamente retoma a sua visão das etapas do desenvolvimento dos organismos para descrever a realidade nacional, pensamento este que remete às bases das estruturas evolucionistas de análise. Em suas palavras, o Brasil não merecia a repreensão internacional, afinal: “Tanto vale escarnear da criança porque não se tornou homem ainda!”. (ALENCAR, p. 104, 2008)

A partir daí o autor passa a assumir um tom mais inflamado:

Não temo, senhor, para nossa pátria, que lhe venha desonra de conservar a escravidão por algum tempo ainda, depois de geralmente abolida. Seremos os últimos a emancipar-nos dessa necessidade; mas há quem possa atirar-nos pedra por esse pecado da civilização? Seria acaso a França? Não é possível. A França que aboliu a escravidão de suas colônias em fim do século passado, no momento em que fazia ao mundo pomposa declaração dos direitos do homem, retratou-se restabelecendo-a poucos anos depois, para extingui-la em 1848; a França não tem o direito de levantar a voz neste assunto. Conservar escravo o homem que nasceu tal é uma instituição; reduzir à escravidão pessoa livre é um crime. (ALENCAR, p. 105, 2008)

E continua a carta cogitando se o “inimigo” do Brasil seria a Inglaterra. Caso positivo, também aponta que este país tampouco teria moral para censurar o Brasil. E recorre a Chateaubriand, visto pelo autor cearense como um homem ilustre que era contrário à filantropia inglesa que pressionava a França, em defesa de sua nação, assim como ele próprio, Alencar, falava em defesa do Brasil, contra a filantropia, por sua vez, francesa. As palavras de Chateaubriand defendem a tese de que a Inglaterra estaria encabeçando a pressão internacional contra o trabalho servil única e exclusivamente por medo da concorrência dos países que ainda o mantinham – ela não queria que o tráfico de africanos, do qual tinha abdicado, caísse nas mãos de nações concorrentes; do mesmo modo defendia o fim do uso do trabalho escravo porque isto seria a ruína das nações com as quais a Inglaterra competia. Na realidade, seria um egoísmo travestido de filantropia.

Devido aos seus históricos, segundo José de Alencar, tais nações não tinham condições morais para lançar pedras ao Brasil por ainda ser uma nação escravista, bem como nenhum outro país da Europa reuniria condições para isto. Para ele, o velho mundo já teria em seu próprio seio um problema crônico que fazia com que ele não fosse exemplar: o pauperismo que estaria rebaixando a humanidade mais que a antiga escravidão. Aproveitando o gancho recém-estabelecido, o escritor cearense arremeda: a liberdade seria um meio através do qual o ser humano busca a felicidade. Se a liberdade e somente ela fosse o “destino” do homem, o selvagem seria visto como próximo à perfeição. Segue teorizando que, sendo o fim a

felicidade, o escravo brasileiro teria acesso a uma felicidade com a qual o proletário europeu não poderia nem mesmo sonhar. Para ele, a liberdade permitida por lei e ali vivenciada seria inútil diante da opressão e da miséria vividas em função da anulação da lei por parte da sociedade.

Nem França, nem Inglaterra, nem toda a Europa, portanto, poderiam lançar críticas ao Brasil. Porém, a varredura não termina aí. Alencar trata de desqualificar o povo americano assim como fez com o Europeu para o serviço de desaprovação da continuidade da escravidão em terras brasileiras. Aponta que é passível de desconfiança a ideia de que os Estados Unidos estariam orgulhosos da recente emancipação realizada. Enumera atrocidades por lá promovidas contra os escravos, tais como a caçada dos cativos a dente de cão, para, então, rebater: [...]“era preciso esquecerem as atrocidades ali cometidas” [...] . Bem como os EUA, outras nações da América estariam desqualificadas como críticos por terem deixado que povos embriagados por ideias de liberdade sufocassem sua pequena indústria e sua “lavoura rudimentária”. “A agricultura é um elemento essencialmente conservador; eliminando-o, as repúblicas americanas se abandonaram à anarquia.”, completa. (ALENCAR, p. 108, 2008) Essas nações estariam se voltando contra o Brasil pelo fato dele não ter se deixado consumir em uma “febre revolucionária” e por estar, na realidade, se mostrando uma pátria nobre e digna, mostrando-se probo em seus negócios na Europa, preservando sua agricultura através de esforços. Tendo isto em mente - que as diversas nações que poderiam ou que estavam se voltando contra o Brasil não teriam moral para tanto – José de Alencar, então, lança o imperativo de que o a pátria brasileira deveria caminhar desassombrada, sem entrar em pânico em função da opinião geral. Todos os países tinham raízes com o passado: a Europa manifestando o pauperismo; o Brasil, a escravidão.

Ao elaborar uma nova passagem da sua carta, segue o autor defendendo suas ideias: a despeito de compreender que o governo pretendia realizar a abolição gradualmente, após a

guerra – do Paraguai -, e que de tal forma a perturbação econômica seria moderada, ainda assim, ele trata de deixar claro que nem mesmo através destas medidas amenizadoras dos efeitos “devastadores” da abolição ele seria favorável à mesma. Seria uma amputação dolorosa, insuportável, pois, quanto mais longa, mais perigosa seria. Alencar explica que a sociedade não poderia “permanecer dez ou vinte anos em guarda constante contra a insurreição minaz que uma faísca basta para levantar”. A existência do povo todo seria abalada diante de tamanha tensão. Conseqüentemente, classifica a esperança de uma substituição lenta como ilusória, pois toda a casta sujeita se apoiaria na lei de emancipação, e cada um dos indivíduos seria um adversário disputando seu direito ao opressor. A primeira geração, libertada desde o ventre, seria a primeira a revoltar-se para tirar do trabalho servil os seus ascendentes. A libertação, mesmo que gradual, comandada por um governo, é vista por Alencar como trágica. Cita o exemplo da Inglaterra que operou uma emancipação entre suas colônias, estabelecendo um período denominado “aprendizagem”, com duração de quatro e seis anos. E alerta que se não fosse a grande capacidade de abafar os conflitos, a desordem teria tomado conta das colônias inglesas. E se o Brasil se visse em semelhante situação arriscada? Eis a questão que o autor lança a seu interlocutor. E diz sentir vertigens ao imaginar o cenário que se montaria.

Para que tal não ocorresse, trata de indicar o caminho correto, em sua concepção de conselheiro:

A única transição possível entre a escravidão e a liberdade é aquela que se opera nos costumes e na índole da sociedade. Esta produz efeitos salutareos: adoça o cativo; vai lentamente transformando-o em mera servidão, até que chega a uma espécie de orfandade. O domínio do senhor se reduz então a uma tutela benéfica. (ALENCAR, p. 111, 2008)

A descrita transição “doce” já estaria em operação no Brasil - e apenas um cego não poderia vê-la, defende o autor. Se algum filantropo viesse ao Brasil para conhecer por dentro uma família brasileira, notaria que a filantropia já fazia dali sua morada há tempos, principalmente ao observar a dona da casa desvelando-se na cabeceira do escravo enfermo. O

que se percebe é que, para ele, o trabalhador escravizado seria como um agregado à família, praticamente uma extensão da mesma, em um regime um pouco diferenciado, afinal, no Brasil estaria em marcha a transição do trabalho escravo para uma espécie de “orfandade”.

Continuando sua narrativa, ele afirma que o filantropo francês notaria o sentimento de liberdade proporcionado pelas benfeitorias dos senhores, e estaria convencido de que “a revolução dos costumes trabalha mais poderosamente para a extinção da escravatura do que uma lei porventura votada no parlamento.” (ALENCAR, p. 111, 2008) O coração do senhor iria concedendo concessões à civilização, concessões essas que seriam responsáveis por expulsar a escravidão, sem a desmoralizar. O escravo não se revoltaria, pelo contrário, as concessões do senhor seriam para ele como benefícios preciosos que o prenderiam mais ainda à casa pela gratidão que estaria sentindo. E esse cativo, se fosse libertado, permaneceria na casa do senhor, sendo, agora, um criado. Já o liberto pela lei seria o pior inimigo do antigo dono. Fugiria, tendo ódio de raça, sendo arrebatado por uma ferocidade que o inspiraria a querer exterminar a casta odiada. Por tais motivos, o político cearense sustenta que a abolição gradual seria ainda mais nociva que a instantânea – e volta a defender a revolução “íntima dos costumes e das ideias da sociedade”.

Confiando que suas ideias expostas nas cartas aqui analisadas dariam matéria suficiente para um livro, o interlocutor de Dom Pedro finaliza a última de suas epístolas favoráveis à escravidão deixando um resumo dos principais pontos de sua tese:

Para a casa sujeita, ainda não educada, a emancipação nas circunstâncias atuais é um edito de miséria pelo abandono do trabalho e de extermínio por causa da luta que excita entre as duas raças.

Para a casta dominante, especialmente a agrícola, importa a ruína pela deserção dos braços e impossibilidade de sua pronta substituição; importa igualmente o perigo e sobressalto da insurreição iminente.

Para a estado, significa a bancarrota inevitável pelo aniquilamento de sua primeira indústria, fonte da riqueza pública; e, como consequência, o crédito nacional destruído, a nossa firma desonrada no mercado estrangeiro. (ALENCAR, p. 113, 2008)

Em suas derradeiras linhas, contesta a ideia de que a emancipação seria um ato de filantropia – “seria uma oblação feita da melhor substância nacional, amassada com lágrimas e sangue de uma população inteira”. (ALENCAR, p. 113, 2008) A visão da “escravidão docilizada” apregoada por Alencar provavelmente vem do fato da província do Ceará ser a província onde havia menos escravos em função do tráfico interprovincial. Em função disso, - este já um fato que não alcançou Alencar em vida - foi uma das primeiras províncias a libertar seus escravos: foram libertos em 25 de Março de 1884, quatro anos antes da Lei Áurea.

Ainda assim, desnecessário realizar grandes esforços para atestar que a concepção de Alencar sobre a escravidão não procedia no conjunto do país. A imagem da senhora cuidando do escravo como se entre ambos houvesse um laço quase familiar é bastante idílica. Fernando Henrique Cardoso, ao descrever a situação do negro em situação de escravidão, traz-nos outras referências:

[...] no vestuário e na alimentação, objetivava-se todo um mundo de espoliação social de que o escravo era vítima: “Antes de deixar a estância de Xuí a dona da casa mostrou-me tecidos de linho, de algodão e lã, muito fortes, feitos em sua casa, sendo os de lã mais grosseiros e destinados às roupas dos escravos”. A produção, através do trabalho das *senhoras*, do tecido utilizado pelos escravos, ao contrário do que pensam os paladinos da “democracia campesina”, não significa igualdade de tratamento entre os membros da família e os agregados e escravos, mas exatamente o oposto: nas condições materiais de um mundo de existência rústico e pobre as distinções mantêm-se como se podem manter. A economia de trocas escassas obrigava a produção doméstica dos tecidos para o vestuário de todos. Entretanto, as diferenças no modo de participação nas condições materiais de vida eram mantidas: havia os tecidos mais refinados e os mais grosseiros. (CARDOSO, F. H., 2001, p. 167)

O trecho selecionado provavelmente nem é o melhor sobre a temática tendo em vista a vastíssima literatura que dá conta do tema das condições de vida da população escravizada no Brasil pelos variados períodos da História Brasileira e que abordam situações muito mais vexatórias e humilhantes passadas pelas populações escravizadas – castigos físicos, estupros, humilhações, desintegração familiar, choques culturais – a lista é enorme. Contudo, dentro dos limites deste trabalho não seria possível contemplar a abrangência desse tema

satisfatoriamente. Ainda assim, o que diz Fernando Henrique Cardoso é útil para quebrar a visão fantasiosa de que haveria um vínculo fraternal entre escravizados e escravocratas.

CAPÍTULO IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi abordado na introdução deste trabalho, o objetivo desta pesquisa foi averiguar os caminhos percorridos por José de Alencar no sentido de sustentar seus posicionamentos favoráveis à escravidão, pautando-nos especialmente na análise de suas “Novas Cartas Políticas” direcionadas ao Imperador Dom Pedro II.

As cartas escritas por Alencar são publicadas em 1867, dezesseis anos após o período de auge da ideologia saquarema (1848-1851) (Lynch, 2010). Para análise do momento ideológico dessas epístolas encontram-se contribuições importantes no trabalho de Ângela Alonso, que se debruça especialmente na geração que teria seu auge na década que estava para se iniciar, a de 1870. As prerrogativas de Alencar estavam vinculadas a um universo de valores e perspectivas que estava sendo superado: a era dos saquaremas. Estava instalada a crise do Império e dos valores que lhe serviam de sustentáculo. Alencar pertencia justamente a esta arquitetura que estava desmoronando.

Alonso analisa as bases do romantismo no Brasil, sua função e intenções, trabalhando com o conceito de repertório, através do qual entende que os autores faziam uso de ideias estrangeiras, apropriando-se das mesmas seletivamente, em harmonia com suas aspirações. Em função desta prática, era possível associar ideias liberais em uma realidade escravista, como ocorreu no Brasil no século XIX, para citar um exemplo. Nessa linha de raciocínio, a autora aponta que o indianismo romântico no Brasil se deu justamente através da assimilação seletiva do repertório europeu; entretanto, ao invés de contestar o “tradicionalismo de modos de pensar, agir e sentir de uma sociedade enraizada”, como ocorreu na França, no Brasil o romantismo veio com sentido inverso, para criá-los, sendo um projeto que visava ser útil à legitimação das instituições imperiais, bem como para a construção da própria identidade nacional. Ganhando corpo através de instituições e práticas sociais, foi o espírito que animou a sociedade de corte à brasileira, com a criação de títulos nobiliárquicos indianistas,

reconhecendo certo grupo social como aristocracia. Além do que, a autora aponta que havia uma extensão entre as carreiras intelectual e política: política, historiografia e letras compunham facetas de uma carreira pública unificada. Tanto Gonçalves de Magalhães como Alencar, figuras de maior destaque nas letras brasileiras naquele contexto, também exerceram as funções de deputados, chegando ao Conselho de Estado pelo Partido Conservador. “Ambos edificaram uma imagem da nacionalidade em sintonia com as instituições políticas criadas com o Segundo Reinado: harmonizadora e hierarquizante”. (ALONSO, 2002, p. 57-58)

Ressalte-se que o contexto das cartas alencarianas é marcado por um processo de cisão política relacionada a uma tentativa de modernizar a sociedade. Os partidos políticos perderam sua identidade, e um novo movimento - formado por grupos que tinham ficado às margens das estruturas de poder com a permanência do domínio conservador - passa a disputar espaço no cenário político. Esse movimento era formado por grupos bastante diferenciados entre si, mas que mantinham em comum o fato de não terem tido acesso a posições sociais de prestígio por não estarem dentro da esfera de relações da sociedade de corte: eram novos liberais, liberais republicanos, federalistas científicos de São Paulo e do Rio Grande do Sul e positivistas abolicionistas. (ALONSO, 2002, p. 100-101) Apenas para ilustrar quão contrastantes eram os novos princípios que começavam a ser defendidos, a autora aponta que os liberais republicanos, para citar apenas um dos grupos, “em seu nascedouro, combatia igualmente as instituições essenciais – a monarquia, a centralização política e escravidão – e as formas de legitimação do regime – o indianismo e a religião de Estado. Isto é, a lógica e alma da obra saquarema.” (ALONSO, 2002, p. 109)

O tempo era de transição, mas José de Alencar mantinha-se firme aos ideais que correspondiam a este tempo que estava sendo corroído. A defesa da manutenção da escravidão foi feita energicamente, como se pode notar na análise das cartas realizada no Capítulo 3. Então, o que explicaria a manutenção deste posicionamento, para além do que ele

mesmo enfatiza a todo o momento, colocando-a como benéfica moralmente ao próprio escravo? O escritor cearense não enfatiza – provavelmente estrategicamente - o interesse econômico que existe por trás do trabalho servil, entretanto, não o nega. No fim da 3ª carta, faz menção ao fato de que a emancipação, ainda que gradual, deixaria a nação brasileira desprevenida. Pinta um cenário catastrófico para a suposta nova realidade brasileira, no qual o Brasil não conseguiria mais honrar seus compromissos feitos na Europa, já que a grande propriedade seria a maior prejudicada, tanto quanto as pequenas propriedades. Retomando suas palavras:

Pesa ainda sobre esta situação grave um fato. A pequena lavoura não se desenvolveu em nosso país. Circunstâncias peculiares à agricultura brasileira, exigindo forças consideráveis para o roteio e o amanho da terra, obstaram a exploração do solo por capitais diminutos. Os principais ramos de nossa produção, aqueles que provêm quase exclusivamente do braço escravo, saem dos grandes estabelecimentos rurais, engenhos ou fazendas. (ALENCAR, 2008, p. 83)

A despeito de reconhecermos que o alinhamento do intelectual e político cearense com seu partido não ocorria de maneira mecânica em função das já mencionadas divergências ideológicas internas do partido, ainda sim é constatável que o autor das *Novas Cartas Políticas de Erasmo* tenha se mantido fiel às bases tradicionais do Partido Conservador, que seriam os proprietários de terra, na maioria de suas tomadas de posição. Ele mesmo reivindica para si esta harmonia com os princípios do Partido em discurso proferido em julho de 1871, e começa a amaldiçoar as novas inclinações que o mesmo passa a assumir, favoravelmente à abolição. Primeiro, lamenta que no ano de 1870 tenha surgido no seio do Partido Conservador um “começo de propaganda abolicionista”. Depois, trata de deixar claro, neste mesmo discurso, que “o Partido Conservador sempre esteve convencido da necessidade de deixar que o problema da emancipação se resolvesse por si, por uma transformação lenta e pela revolução social dos costumes.”. Notemos que a última citação remete aos mesmos argumentos expostos nas cartas analisadas no Capítulo 3, nas quais ele rogava ao Imperador para que não interferisse na questão do trabalho servil, que o mesmo perderia suas forças

naturalmente. (ALENCAR, 1871, pp. 237, 239)

No ano de 1877, o mesmo de sua morte, publicou em parceria com seu irmão, Leonel Martiniano de Alencar, uma espécie de jornal sob o título “O protesto”⁷⁷. Como o próprio autor descreveu: ““O *Protesto*”, como o diz o seu nome, não é uma propaganda, mas um desabafo; não é uma agressão; póde ser quando muito uma resistência” (ALENCAR, 1877, p. 1). Nessa publicação, destinou duas folhas para expor seus argumentos sobre a agricultura, descrevendo o Brasil com um país essencialmente agrícola. O objetivo era criticar a política econômica então adotada, que, para ele, estava trilhando caminhos errados devido à intervenção do estado na atividade agrícola. O autor defendia a liberdade, contra a “tutela” e a subvenção estatal. Defende-a com garra: “Em nosso paiz era ella talvez a base única de uma resistência legal e pacifica mas perseverante e energica ás invasões do poder. Com sua costumada sagacidade a coroa viu o perigo, e encampou também a indústria rural” (ALENCAR, 1877, p. 20). Aplica, neste caso, a palavra “poder” com uma conotação negativa, para referir-se a algo que atrapalha a liberdade, o livre fluir das forças da sociedade. Vejamos: “O poder já invadiu tudo. Depois de absorver pela centralisação a vida politica e administrativa das localidades, elle começou a lançar as raízes do enorme pólipó pelo campo da relações servis” (ALENCAR, 1877, p. 20) O que se vê é que temos um Alencar insatisfeito com as interferências governamentais.

Outra oportunidade em que José de Alencar dá destaque à atividade agrícola é o já citado discurso de 13 de julho de 1871, indicado por Wanderley Guilherme dos Santos como um dos principais textos sobre economia escritos por Alencar⁷⁸. Neste, ele começa chamando a atenção dos seus colegas parlamentares por estarem acenando favoravelmente à emancipação, acusando-os de incoerentes, por terem se posicionado contrários a uma proposta

⁷⁷ ALENCAR, J. **O protesto**. n.2, Janeiro de 1877.

⁷⁸ SANTOS, W. G. Dois escritos democráticos de José de Alencar: Sistema representativo, 1868; Reforma eleitoral, 1873. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1991.

“muito menos adiantada do que esta que se acha em discussão⁷⁹” (ALENCAR, 1871, p. 226)

O vocabulário utilizado no discurso muito se assemelha ao empregado nas *Novas Cartas Políticas de Erasmo*. Reclama, novamente, que é indignante que o país esteja cedendo a pressões estrangeiras, e que é contra a emancipação, classificando-a como uma medida precipitada. Novamente, o autor recorre à argumentação da necessidade: “Vós quereis a emancipação como uma vã ostentação. Sacrificais os interesses máximos da Pátria a veleidades de glória”. (ALENCAR, 1871, p. 228) O interesse na “glória” por parte dos favoráveis à abolição, na leitura de Alencar, seria em função de agradar os estrangeiros, assim como acusa o imperador Dom Pedro II de estar agindo em nome da vaidade, ansiando por reconhecimento estrangeiro, quando se posicionou favoravelmente à abolição sob pressão de grupos abolicionistas franceses.

A comparação deste famoso discurso com as *Novas Cartas Políticas* mostra que esses dois textos são irmãos. Sobre o porquê de ser contrário à escravidão, sustenta ainda: “Entendeis que libertar é unicamente subtrair ao cativo, e não vos lembrais de que a liberdade concedida a essas massas brutas é um dom funesto; é o fogo sagrado entregue ao ímpeto, ao arrojo de um novo e selvagem Prometeu! Nós queremos a redenção de nossos irmãos, como a queria o Cristo. Não basta para vós dizer à criatura, tolhida em sua inteligência, abatida na sua consciência: “Tu és livre; vai; percorre os campos como uma besta fera!...” (ALENCAR, 1871, p. 228)

O trecho anterior ilumina muito nossa análise. A concepção de Alencar sobre os negros está mais do que exposta, e não é novidade: seres inferiores, brutos, de “inteligência tolhida”. O autor dedica-se com veemência a comprovar com argumentos fortes todas as suas teses, porém, não se vê o mesmo esforço para desenvolver a comprovação da tese de que negros seriam inferiores – muito provavelmente porque já o fazia o discurso científico do século XIX

⁷⁹ ALENCAR, J. **Discursos parlamentares de José de Alencar** – Deputado-geral pela província do Ceará (1861 a 1877). Brasília,

como nos mostrou Schwarcz (1993). Também não foi possível verificar-se um desenvolvimento teórico satisfatório acerca das etapas que a população escravizada teria de passar para atingir o nível mais “evoluído” a partir do qual já estariam prontos para serem libertos. Ele pontua que a escravidão findar-se-ia naturalmente, com o ritmo próprio, natural da sociedade. Mas, quais seriam os sinais palpáveis de que esta população já estaria pronta para ser liberta, se um dos motivos principais da manutenção da escravidão seria o bem-estar dos próprios cativos? Ele não demonstra preocupações com esta demanda. Apesar de parecer absurdo ao leitor contemporâneo considerar esse ponto de partida, o de pensar que seria necessário alcançar algum patamar específico para que se tenha o direito à liberdade, é importante quando se almeja realizar uma investigação séria tentar fazer uma leitura do ponto de vista do próprio autor. Se a escravidão era salutar e instrutiva para o próprio escravizado, o qual estava gozando de uma escola durante sua prestação de serviço forçada, escola esta na qual o senhor de escravos ocupava uma função de tutor, então, colocando-nos no papel de pensar nos termos de Alencar, quando o escravizado teria acumulado conhecimento suficiente para atingir este patamar superior? E qual patamar seria este? Essa lacuna teórica chama a atenção, porque, na realidade, quando se tratou de abordar os estágios de “evolução” dos escravizados, no sentido de vislumbrar suas liberdades, a teoria fica incompleta. Novamente, o conceito de Alonso (2002) com relação à seletividade de ideias estrangeiras que são incorporadas por intelectuais brasileiros da geração de 1870 parece iluminar a questão, mesmo que José de Alencar tenha pertencido a uma geração anterior. O que se pode concluir é que o autor cearense, nitidamente um defensor do liberalismo econômico, tratou de colocar limites claros à adesão da ideia de liberdade. A ambiguidade está escancarada. Ambíguos também são os valores que ele expressa com relação às populações africanas: ora recorre a uma suposta visão fraterna, e não raro mencionando valores cristãos, indicando que negros são membros de uma mesma família, a família humana, e que estavam colaborando com a civilização do continente americano; ora eram “massas brutas”, “incapazes”, “raça inferior”

“bestas selvagens”.

Relembrando a questão central deste trabalho, que pergunta o que poderia ter influenciado a postura de Alencar favorável à escravidão, e pensando nas palavras do próprio autor, o alicerce de suas argumentações contrárias à abolição é essencialmente moral. Retomando, os escravos deveriam ser mantidos naquele estado porque estariam passando por um processo de civilização muito instrutivo para eles mesmos, que não estariam jogados à própria sorte. A questão do quanto o trabalho escravo era fundamental dentro de uma forma de produção foi pouco enfatizada. Não foram totalmente ausentes as falas sobre a utilização da mão-de-obra como base da economia brasileira, mas quando elas apareceram, não mostraram sua face real por inteiro, no sentido de expor as vantagens financeiras que os senhores de escravo estavam obtendo através do trabalho servil. Quando pensamos nas três cartas analisadas, o autor, indubitavelmente, gastou muito mais energia descrevendo os problemas que a abolição traria e as vantagens que, segundo ele, o trabalho servil proporcionava ao próprio escravizado, do que se atentando à questão financeira, sendo muito discreto neste campo. Jamais aborda que a escravidão estava auxiliando a camada de proprietários de terras a acumular capitais em detrimento da exploração e coisificação de uma população. O foco, quando abordou a questão financeira, foi culpabilizar o continente europeu. O Brasil, como um país conectado e subserviente à economia da Europa, estava apenas buscando atender à demanda europeia, que tinha um “grande estômago” – “Sem esse grande estômago, chamado Europa, que anualmente digere aos milhões de gêneros coloniais, a escravidão não regurgitaria na América, nem resistiria à repugnância natural dos filhos deste continente⁸⁰”.

Entretanto, não poupou esforços para denunciar o que classificava como uma violência contra os senhores de escravos: “Ora se diz que emancipar sem indenização é um atentado inqualificável, uma violência. Ora, tratando-se da libertação do ventre, nega-se ao domínio do

⁸⁰ ALENCAR, J., *Novas cartas políticas*. 2008, p. 87.

senhor até o nome da propriedade.” (ALENCAR, 1871, p. 233) Bosi, ao abordar a questão do liberalismo e da escravidão no Brasil, referindo-se especificamente a Alencar, o classifica como um dos campeões do *status quo* especificamente durante os debates de 1871. Nas palavras de Bosi:

[...] Retomando a questão em uma das suas *Cartas a Erasmo*, dirigida ao mentor financeiro do Império, o visconde de Itaboraí, Alencar ressaltaria a conveniência de aplicar-se o novo crédito bancário à produção agrícola, ou seja, a necessidade de se estreitarem os vínculos entre poder monetário do Estado e a economia do latifúndio. O escritor alegava, em favor do seu projeto, a razão de ser o Brasil “um país novo, onde se pode dizer que a grande propriedade ainda está em gestação...” A inflação que, para a ortodoxia de Itaboraí, era um mal, subiria ao nível de mal necessário, desde que beneficiasse o senhor de terras. (BOSI, A. 1992, p. 219)

Viotti da Costa (2010) também menciona a direção da absorção de ideias liberais:

A elite brasileira, composta predominantemente por grandes proprietários e por comerciantes envolvidos na economia de exportação-importação, estava interessada em manter as estruturas tradicionais. Escolheram cuidadosamente os aspectos da ideologia liberal de acordo com seus interesses. Purgando o liberalismo de seus aspectos radicais adotaram um liberalismo conservador que admitia a escravidão e conciliaram liberalismo e escravidão da mesma forma que seus avós haviam conciliado a escravidão com o cristianismo. (VIOTTI DA COSTA, 2010, p. 360)

O que se pôde concluir através da análise dos argumentos de José de Alencar a favor da escravidão é que por trás dos malabarismos intelectuais feitos por ele para defender o trabalho servil em termos morais, seu posicionamento estava vinculado à defesa de interesses políticos e econômicos concretos, sedimentados na história política do Império e de sua elite dirigente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, F. **A comédia nacional no teatro de José de Alencar**. São Paulo: Ática, 1984.

ALENCAR, José de **Cartas a favor da escravidão** (Org. Tâmis Parron). São Paulo: Ed. Hedra, 2008.

_____. **Discursos parlamentares**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1977.

_____. **Iracema**. Rio de Janeiro: Editora Ática, 9ª. Impressão, 2006.

_____. **O demônio familiar** (1857) Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=7547. Acesso em: 12 maio 2010.

_____. **O systema representativo** (1868). Brasília: Edição Fac-Similar, Senado Federal, 1997.

ALENCAR, J. & NABUCO, J. **A polêmica Alencar-Nabuco (apresentação de Afrânio Coutinho)**. Rio de Janeiro-Brasília: Tempo Brasileiro-Ed. Unb, 1978.

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AZEVEDO, Celia Maria do Carmo de **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX**. 3ª. Ed., São Paulo: Annablume, 2004.

BEIGUELMAN, Paula. **Pequenos Estudos de Ciência Política**. 2ª. Ed. São Paulo: Pioneira, 1973.

BOTELHO, André & LAHUERTA, Milton. **Interpretações do Brasil, pensamento social e cultura política: agenda de investigação**. São Paulo: Perspectivas, v.27, 7-15, 2005.

BUENO, Alexei; ERMAKOFF, George. **Duelos no serpentário: uma antologia da polêmica intelectual no Brasil, 1850-1950**. Rio de Janeiro: G. Ermakoff, 2005.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2010.

BOSI, Alfredo **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CANDIDO, Antônio. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos**. 6ª Ed. Volumes 1 e 2. Belo Horizonte: Itatiaia Ltda., 2000.

CARDOSO, Fernando H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, José Murilo de **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Dom Pedro II**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

_____. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1998.

COSTA, Emília Viotti da **Da monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império**. São Paulo: Hucitec, 1995.

FERREIRA, Gabriela Nunes & BOTELHO, André (orgs) **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec:Fapesp, 2010.

FORACCHI, Marialice Mencarini. Introdução. In: FORACCHI, Marialice Mencarini (Org.). **Mannheim: sociologia**. São Paulo: Ática, 1982.

LOPES, A. H. **O teatro de Alencar e a imaginação da sociedade brasileira**. Perspectivas: São Paulo, Perspectivas, vol. 37, p. 87-111, jul/dez 2010.

LYNCH, Christian E. C. **O pensamento conservador saquarema**. In: FERREIRA, Gabriela Nunes & BOTELHO, André (orgs) **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec:Fapesp, 2010.

MATTOS, Ilmar Rohloff de **O tempo saquarema: A formação do Estado Imperial**. 2a. Ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MENEZES, Raimundo de **José de Alencar: literato e político** São Paulo: Martins, 1965.

NABUCO, J. **Minha formação**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1900.

PARRON, Tâmis (org.) Alencar, José de **Cartas a favor da escravidão**. São Paulo: Hedra, 2008.

PUNTONI, Pedro, “**A confederação dos tamoyos de Gonçalves de Magalhães**”, in *Novos Estudos CEBRAP*, n. 45, 1996.

NETO, Lima **O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar ou a mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil**. São Paulo: Globo, 2006.

PARRON, Tâmis **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. - São Paulo: Alameda, 2008.

_____. **O romantismo e a Ideia de Nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIZZO, R. M. A arrogância da teoria contra a lei: direito, escravidão e liberdade em Joé de Alencar. **Prisma Jurídico**. São Paulo, v. 6, p. 243-262, 2007.

_____. **Entre deliberação e política: uma leitura da teoria política de José de Alencar (1829-1877)**. Dissertação, São Paulo: Departamento de Ciências Políticas/FFLCH/USP, 2007.

_____. **José de Alencar: da literatura à teoria política**. In: FERREIRA, Gabriela Nunes & BOTELHO, André (orgs) **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec:Fapesp, 2010.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as Batatas - Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Duas cidades, 1992.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. “**Meaning and Understanding in the History of Ideas**”. *History and*

Theory, vol. 8, no 3, pp. 3-53, 1969.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

_____. **Dois escritos democráticos de José de Alencar: Sistema Representativo, 1868; Reforma Eleitoral, 1874**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1991.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SCHWARZ, R. (org.). 1992. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades

SILVA, Ricardo. **“O contextualismo linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner E o Debate Metodológico Contemporâneo”** In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, vol. 53, nº2, pp.299-335.

SIMÕES, David. **O lugar as ideias de José de Alencar**. 36º Encontro Anual da ANPOCS, GT: Teoria política e pensamento político brasileiro: normatividade e história, 2012.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

SKINNER, Quentin. “Meaning and understanding in the History of Ideas”. In: James Tully (org.). **Meaning and Context: Quentin Skinner and his Critics**. Princeton: Princeton University Press, 1988.

_____. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

SOARES DE SOUZA, J. A. **A vida do visconde de Uruguai**. Rio de Janeiro: Nacional, 1944.

VIANA FILHO, Luís **A vida de José de Alencar** 2a. Ed. - São Paulo: Ed. UNESP; Salvador, BA: EUFBA, 2008.

VIANNA, Werneck Luiz **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

WEFFORT, F. **Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens**. São Paulo: Ática, 2006.